

ION PARASCHIV

**ESTRATÉGIAS DE REABILITAÇÃO DE ESTRUTURAS
EDIFICADAS
EDIFÍCIO DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS – LISBOA**

Orientador: Professor Doutor Arquiteto António José de Santa-Rita

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Artes, Arquitetura e Tecnologias da Informação - ECATI
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Lisboa

2016

ION PARASCHIV

**ESTRATÉGIAS DE REABILITAÇÃO DE ESTRUTURAS
EDIFICADAS
EDIFÍCIO DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS – LISBOA**

Dissertação defendida em provas públicas para
obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura no curso
de Mestrado integrado em Arquitetura, conferido pela
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias,

Com o Despacho Reitoral nº 426/2016 com a seguinte
composição de Júri:

Presidente- Professor Doutor Carlos Bobone Ressano
Garcia

Arguente- Professor Doutor Pedro Filipe Coutinho
Cabral d'Oliveira Quaresma

Vogal- Professora Doutora Maria Rita Pais Ramos Abreu
de Almeida

Orientador: Professor Doutor Arqt. António José de
Santa Rita

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Artes, Arquitetura e Tecnologias da Informação - ECATI
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Lisboa
2016

Epigrafe

O “projecto de restauro” deve garantir uma relação correcta com o conjunto envolvente, incluindo o ambiente, a decoração e a escultura e respeitando as técnicas tradicionais da construção e a sua necessária integração como uma parte substancial do património construído.
(Carta de Cracóvia)

Dedicatória

Ao meu irmão Dmitrii...

Agradecimentos

Ao Exmo. Professor Doutor Arquitecto António José de Santa Rita, orientador da presente dissertação, pelo seu entusiasmo, dedicação e confiança.

À minha família pela paciência comigo e ajuda.

Aos colegas e amigos que contribuíram para a minha formação e adaptação em Portugal.

RESUMO

Esta investigação tem como objetivo o estudo de recuperação do edifício do *Diário de Notícias*, na Avenida da Liberdade nº 266 em Lisboa, procurando conciliar a sua atual morfologia interna e as suas características externas com o legado que o arquiteto autor do projeto nos deixou e que lhe conferiu o valor de um símbolo da cidade. Procuramos ainda conciliar a sua mudança de uso, que consta da nossa proposta, com as indicações concretas emanadas da Direção Geral do Património e da Câmara Municipal de Lisboa com o fim de salvaguardar o edifício, tanto quanto possível na sua versão original. A sua utilização como sede de um importante jornal o *Diário de Notícias* – para a sua redação e impressão, já não fará sentido na época atual em que o espaço então necessário aquando da sua construção, tem sido drasticamente reduzido devido ao aparecimento constante de novas tecnologias de informação e de composição gráfica.

Incluimos também nesta proposta a eliminação das dissonâncias que existem como consequência do uso e também a referência às patologias existentes e o respetivo tratamento, procurando conciliar o espírito do edifício com a necessidade prática da sua eliminação.

Este trabalho de investigação obrigou a consultas de arquivos e outras fontes, necessárias para a compreensão desta obra realizada e também para a compreensão do espírito da época em que foi projetado e construído.

Palavras-chave: Património, Reversibilidade, Conservação, Recuperação

ABSTRACT

This research has the aim the study for the refurbishment of the *Diário de Notícias* building, in the Avenida da Liberdade in Lisbon, a landmark of the town. It is necessary to conciliate the new proposal for its use with the internal and external morphology and obey to the instructions from the Portuguese Patrimony Administration and Lisbon Municipality, regarding the artistical and patrimony building safeguard.

The space for the newspaper work and printing is not necessary anymore, so the space must be reduced as a consequence of the informative Technologies and press composition.

The removal of dissonances as consequence of the continuous use are included in our study, as well as the pathologies.

This research lead us to archives and another informative files, necessary to the understanding of this landmark and the forties in Portuguese architecture

Keywords: Built Evaluation, Refurbishment, Maintenance

Abreviaturas, Siglas e Símbolos

AQS – Águas Quentes Sanitárias

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CML – Câmara Municipal de Lisboa

DGEMN – Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGOTDU – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

DOT – Divisão de Ordenamento do Território

ENP – Empresa Nacional de Publicidade

FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

IIM – Imóveis de Interesse Municipal

IIP – Imóveis de Interesse Público

IGESPAR – Instituto Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitetónico

INE – Instituto Nacional de Estatística

INH – Instituto Nacional da Habitação

IVC – Imóveis em Vias de Classificação

LFC Laboratório de Física das Construções

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

MN – Monumentos Nacionais

PATORREB – Patologia e Reabilitação de Edifícios

PDM – Plano Diretor Municipal

PRU – Programa de Reabilitação Urbana

RCCTE – Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios

REGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas

RPDM – Regulamento do Plano Diretor Municipal

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZE – Zona de Enquadramento

Índice

Índice	8
Introdução	11
1 - Património e Reversibilidade	16
2 - Enquadramento Histórico	18
3 - Casos de Estudo	21
3.1 - Loft na Av. 24 de Julho	21
3.2 - Hotel Vitória	23
3.3 - Cine-Teatro Éden	26
4 - Objeto de Estudo	31
4.1. Patologias e Dissonâncias	35
4.1.1. Patologias genéricas	35
4.1.2. Dissonâncias genéricas	39
5 - Proposta de reabilitação	42
5.1 – Patologias em revestimentos	42
5.2 - Novo Uso	43
5.3 – Programa - Pisos	47
5.4 - Alçados	53
5.5 Descrição da intervenção no interior:	56
Conclusões	62
Bibliografia	64
Legislação em Portugal	66
Documentação Internacional	67
Anexos	69

Índice das Figuras

Figura 1 Hotel Vitória Alçado sobre Av.Liberdade 1992 Fonte (monumentos.pt).....	24
Figura 2 Alçado sobre Av.Liberdade 1992 Fonte monumentos.pt	25
Figura 3 Planta R/C Fonte Arquivo municipal de Lisboa	25
Figura 4 Planta Piso 1 Fonte Arquivo municipal de Lisboa	25
Figura 5 Planta piso 2 Fonte: Arquivo municipal de Lisboa	26
Figura 6 Alçado sobre Av. Liberdade Fonte: Arquivo municipal de Lisboa	26
Figura 7 Alçado sobre Praça dos Restauradores Fonte: Arquivo municipal de Lisboa	28
Figura 8 Planta piso 0 proposta da transformação. Fonte: Arquivo municipal de Lisboa	29
Figura 9 Planta piso 1 proposta da transformação. Fonte: Arquivo municipal de Lisboa	29
Figura 10 Escada interior no hall de entrada. Fonte: Arquivo municipal de Lisboa	30
Figura 11 Corpo edificado demolido em 1930 Fonte: Arquivo municipal de Lisboa	30
Figura 12 Alçado sobre Av. Liberdade Fonte: monumentos.pt	31
Figura 13 Inauguração em 1940, com o presidente Carmona a cortar a fita, ladeado pelo arquitecto Pardal Monteiro e por Augusto de Castro Fonte: Arquivo DN	31
Figura 14 Placa comemorativa na fachada principal Fonte: fotografia própria.....	32
Figura 15 Alçado sobre Av.Liverdade Fonte: Arquivo municipal de Lisboa	34
Figura 16 Fachada sobre a rua Rodrigues Sampaio Fonte: Arquivo municipal de Lisboa.....	35
Figura 17 Pano de peito na fachada principal Fonte: Fotografia própria	36
Figura 18 Pormenor da porta giratória Fonte: Fotografia própria.....	36
Figura 19 A pala tardo de betão armado Fonte: Fotografia própria	36
Figura 20 Revestimento de mármore nas escadas Fonte: Fotografia própria.....	36
Figura 21 Caixilharia de aço cromado Fonte: Fotografia própria.....	37
Figura 22 Caixilharia metálica interior Fonte: Fotografia própria.....	37
Figura 23 Degraão da escada Fonte: Fotografia própria.....	37
Figura 24 Impermeabilização de terraço Fonte: Fotografia própria.....	37
Figura 25 Parede exterior revestida por tela de alumínio Fonte: Fotografia própria.....	38
Figura 26 A cúpula de metal do terreão Fonte: Fotografia própria	38
Figura 27 Pintura das paredes exeriores engolamentada Fonte: Fotografia própria.....	38
Figura 28 Pormenor da pintura no hall da entrada Fonte: Fotografia própria	38
Figura 29 A métrica das folhas de montra Fonte: Fotografia própria.....	40
Figura 30 Ar Condicionado no terraço Fonte: Fotografia própria.....	40
Figura 31 Alçado sobre a rua R.Sampaio Fonte: Fotografia própria	41
Figura 32 Terraço coberto com a caixilharia Fonte: Fotografia própria	41
Figura 33 Terraço coberto Fonte: Fotografia própria	41
Figura 34 Elemento da estrutura metálica ca cave FOnite: Fotografia própria	41
Figura 35 Folha 126 do Proc. 10460 de 1936 Fonte: Arquivo municipal de Lisboa	43
Figura 36 Foto demonstrativa de iluminação da Publicidade nas fachadas norte e poente. Fonte: www.pbbase.com.....	44
Figura 37 Foto anterior a 1944 de Fernando Martins Pozart. Fonte: http://aps-ruasdelisboacomhistrhia.blogspot.pt/	44

Figura 38 Folha 6 do Proc.13684 de 1939. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa	45
Figura 39 Folha 3 do Proc.21090 de 1954. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa	45
Figura 40 Folha 5 do Proc.3692/OB/1973. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa	46
Figura 41 Folha 5 do Proc.3692/OB/1973. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa	46
Figura 42 Paineis de Almada Negreiros na entrada do edifício do Diário de Notícias, 1944 . Fonte: http://www.dn.pt/inicio/artes/interior.aspx?content_id=3151798	47
Figura 43 Fotografia do imóvel que mostra o fecho do terraço no 4º andar (pisos 5 – 2015) . Fonte: Fotografia Própria	54
Figura 44 Fotografia do imóvel que mostra o acesso ao elevador monta-carros, 2015. Fonte: Fotografia Própria	56

Introdução

Esta investigação refere-se ao estudo e desenvolvimento de um possível modelo de avaliação, diagnóstico e proposta de um processo de recuperação e remodelação de um edifício do início do século XX, estudo das possíveis medidas corretivas e a sua eventual mudança de uso. Neste tipo de intervenção que nos tem vindo a interessar, será sempre necessário recorrer às tecnologias atuais e à compreensão da tectónica original e ao respetivo espírito arquitetónico, a fim de se poderem otimizar as soluções para este tipo de reabilitação.

As características históricas e morfológicas da construção foram tomadas em conta com a finalidade de se definirem e estudarem as melhores soluções para uma intervenção adequada de acordo com o Programa proposto, o que será válido não só neste caso como em outros semelhantes.

O jornal *Diário de Notícias* vai ter de abandonar a sua sede tradicional e procurar outra, com menores encargos, devido, parece e por um lado, ao decréscimo da importância da imprensa escrita em favor do audiovisual e por outro, para a sua redação e impressão já não fará sentido na época atual tanto espaço, pois o então necessário aquando da sua construção, tem sido drasticamente reduzido devido ao aparecimento constante de novas tecnologias de informação e de composição gráfica. O mercado está a movimentar-se e a interessar-se como consequência desta mudança, tanto mais que a sede atual, o nosso objeto de estudo, se implanta numa das zonas mais importantes de comércio e de prestígio do país. A origem, e os programas iniciais e atual do edifício do *Diário de Notícias* foram igualmente estudados, tendo sido levado em conta a sua importância para o desenvolvimento da Cidade de Lisboa, particularmente constituindo este imóvel um exemplo importante, uma imagem de marca, assim como a preservação da sua memória e da relação da sua construção sustentável com o respeito ambiental.

A presente investigação considerou todas as exigências das leis portuguesas aplicáveis nas áreas de conforto e bem-estar, os princípios de intervenção contemporâneos, bem como os princípios da salvaguarda da identidade. Obedece ainda às diretivas da Direção Geral do Património e da Câmara Municipal de Lisboa.

Esta investigação tem por fim o estudo de uma recuperação de um edifício do início do século XX (anos 40), encarando-a numa perspetiva de intervenção mínima dentro do programa já estabelecido, pouco intrusiva, indo ao encontro do patenteado nas principais cartas internacionais sobre conservação e restauro do Património, surgindo como um princípio basilar as recomendações do ICOMOS. Será assim preocupação deste estudo a verificação do princípio da reversibilidade uma vez que a reabilitação preconizada não irá alterar o edifício na sua essência e forma, inserindo-se porém no todo em harmonia com a pré existência onde os materiais e as tecnologias

interventivas respeitarão no seu todo a função original do edificado, assegurando a compatibilidade com a preexistência, em soluções que contribuam para a recuperação e reabilitação das estruturas edificadas antigas, tendo como objetivo final a preservação dos valores que asseguram a sua identidade e autenticidade. Como objetivo também, há a necessidade de minimizar as intervenções de reabilitação que surgem como uma consequência de um princípio muito mais geral: o da sustentabilidade, tanto da construção em si como da urbana. Reduzindo-se a intervenção ao mínimo, garantem-se melhores resultados nas considerações económicas, sociais e ambientais - quanto menor for a intervenção, numa redução ao estritamente necessário, menores serão os custos de reabilitação, daí que a intervenção pouco intrusiva é uma maior garantia na preservação patrimonial e identitária.

Tanto os resíduos produzidos, como os materiais a utilizar assim como a energia consumida, serão sempre menores numa intervenção minimizada. Assim como os custos da mão-de-obra.

Recorrendo-se quanto possível ao uso dos materiais, instalações e sistemas já existentes, conseguir-se-á uma intervenção não só que respeita mais o Património como também o Ambiente, indo deste modo também ao encontro dos objetivos da sustentabilidade. A base orientadora neste estudo sobre princípios do século XX – anos 30, terá como objetivo focar a presente dissertação numa área mais restrita do território nacional, mais propriamente em Lisboa, cidade de grande procura de locais nobres e de espaços físicos condizentes tanto para se viver como para se trabalhar. Ainda há a vantagem de o local estar muito bem servido de acessos e de modos de transporte de qualquer espécie.

O tema escolhido tem também como propósito uma procura e um consequente desenvolvimento de um modelo, conceito ou solução arquitetónica que responda às solicitações alvo de estudo – escritórios no edifício de *Diário de Notícias*, na Avenida Liberdade, em Lisboa, e que pelo seu carácter tipológico, morfológico e estético em que se insere, possa ser objeto de catalogação e de estudos comparativos. O estudo terá como objetivo primeiro a conceção de um tipo ou forma de intervenção em edifícios antigos, classificados, de tipologia mista, acentuadamente industrial e terciária, concebida originalmente para uma utilização definida e agora a reconverter em edifício de escritórios, indo deste modo ao encontro das necessidades com que a Câmara Municipal de Lisboa – CML, se depara relativamente à atual ausência de espaços próprios e condignos para estes fins, para não deixar morrer a cidade. Neste contexto e face ao atual estado de alguma degradação em que se encontra, há muito que me fez despertar interesse para a necessidade de se elaborar uma investigação profunda e cuidada, através de um trabalho de campo que permita um levantamento real da situação evidenciando a diversidade cultural pela valorização dos aspetos que contribuem para a sua identificação no lugar em que está inserido, valorizando a sua própria identidade e a do meio urbano, incorporando na sua forma e nos materiais originais como um todo, a contemporaneidade e os valores atuais, a natureza e as

características determinantes da envolvente, a sua história, cultura, tradições e dinâmicas socioeconómicas.

Será também um nosso objetivo repensar o Património protegido e atuar com êxito, esperamos, numa intervenção melindrosa em edifício tão importante, conciliando o novo uso com as soluções e materiais já existentes, que provaram a sua sustentabilidade e rigor estético, por forma a não adulterar a morfologia de todo o edifício, tanto externa como interna.

Todo este trabalho foi complementado com pesquisas em obras ou outros trabalhos científicos publicados sobre a problemática da reabilitação e de mudança de uso, agora mais que nunca, e também, sob numa perspetiva de sustentabilidade, tão pertinente, com relevância obvia para o futuro da arquitetura e da Construção Civil. Em resultado de várias visitas ao espaço foi realizado um levantamento da situação existente depois de vários anos de ampliação de várias áreas. Considerando-se na base da proposta de reabilitação dois conceitos fundamentais de intervenção no património construído – o princípio da reversibilidade e o princípio da intervenção mínima, este estudo terá como finalidade a possível experimentação, através da elaboração do estudo e do projeto, de soluções que venham a contribuir para a sua reabilitação, sem esquecer a preservação dos valores que asseguram a sua identidade e autenticidade. Pretende-se assim desenvolver uma solução arquitetónica que se possa incluir nos exemplos de boas práticas em recuperação e reabilitação de estruturas edificadas e que possa também vir a ser objeto de catalogação e de estudos comparativos de carácter tipológico semelhante, propondo-se assim soluções tecnicamente compatíveis com o atual estado em que o edifício se apresenta, numa tentativa de modernização, de conforto e bem-estar, e ainda numa garantia de durabilidade da intervenção e de economia de custos.

Foi elaborado um inventário histórico e morfológico, apresentado sob a forma de ficha técnica de identificação, com base no que nos parece poder vir a ser um elemento ordenador de futuras intervenções, desde o diagnóstico sobre o estado de conservação, envolvendo a execução de levantamentos e reconhecimentos geométricos e construtivos e a análise de soluções de intervenção. Face ao seu carácter específico, foram abordados e desenvolvidos um conjunto de temas igualmente importantes, entre os quais se destacam a reabilitação estrutural, o reforço de fundações, e as técnicas de manutenção de fachadas, com a necessária avaliação das patologias e dissonâncias e das suas causas, anomalias construtivas e respetiva metodologias de reparação consideradas adequadas.

O nosso programa que se pretendeu implementar procurou, numa ótica de um restauro crítico, defender uma avaliação ponderada dos valores em presença, da capacidade de transformação e exigência de conservação, gerindo-se no seu todo e de um modo equilibrado, criando-se as necessárias condições para uma adequação do programa à preexistência, excluindo a adequação da preexistência ao novo programa. Um outro objetivo é o propósito e o reconhecimento do valor de testemunho que representa este edifício na preservação de um legado que muita embora nos

tenha sido confiado não nos pertence, retirando-nos por isso e de acordo com John Ruskin (1819-1900) o direito de os alterar sem deixar clara a época da intervenção. Esta proposta de recuperação pretende ainda apresentar e mostrar a forma mais adequada para a execução dos trabalhos com vista à salvaguarda dos valores patrimoniais do edifício mediante o estudo e análise detalhadas das suas patologias, embora se altere o seu uso. Também sob a perspetiva de sustentabilidade deparamo-nos com uma consciência mais esclarecida da sociedade, sensibilizada para a necessidade de reabilitar em maior escala, em detrimento da edificação em massa a que o País foi sujeito nas últimas décadas.

A reabilitação de edifícios antigos apresenta-se um pouco por todo o mundo como uma necessidade de importância inquestionável, com reconhecidas vantagens económicas, sociais e ambientais, comparando-a com a construção nova. Esta mudança de atitude torna-se pertinente, tendo como resultado prático a recuperação do património arquitetónico e consequentemente a história e identidade dos locais onde se inserem, muitos dos quais sujeitos intervenções desastrosas, descaracterizantes, visando satisfazer interesses meramente imobiliários e/ou especulativos, provocando por vezes a saída dos residentes com menos posses financeiras, surgindo um novo fenómeno sociológico a que se atribui a designação de «gentrificação dos centros urbanos». Neste contexto a pertinência da reabilitação vista de uma forma técnica/científica correta torna-se muito mais do que um ato isolado do arquiteto, devendo por isso ser envolvidos e consultados neste tipo de processos os habitantes locais, numa tentativa de se minimizar roturas com as vivências e memórias como recomendam os conceitos da sustentabilidade – o Futuro, o Ambiente, a Participação Pública e a Equidade.

O trabalho de investigação debruçou-se sobre obras congéneres, Casos de Estudo que convém analisar pelas suas consequências urbanas e sociais, e que apontamos – Mudança de uso do Cine - Teatro Eden, na Praça dos Restauradores para uso residencial, Hotel Vitória na Avenida da Liberdade que passou de hotel a sede partidária-política e um *loft* relativamente recente sito na Avenida 24 de julho em Lisboa, que tendo o uso inicial fabril se transformou em habitação.

Houve ajuda de bibliografia adequada a este tipo de intervenções, referida na Bibliografia geral, metodologia que foi de grande valia para nos apercebermos de vários problemas de ordem técnica. Recorremos também aos arquivos da Câmara Municipal de Lisboa para a recuperação de elementos gráficos originais do projeto da autoria do Arquiteto Porfírio Pardal Monteiro, imprescindíveis para se poder seguir toda a história do edifício.

O trabalho encontra-se estruturado em vários capítulos para além da introdução, onde se descrevem ainda os objetivos que se preconizam atingir com o trabalho de investigação e as conclusões finais.

No primeiro capítulo apresenta-se o conceito que aqui se defende de Património e Reversibilidade. Introduzem-se as noções que concorrem para a caracterização dos

edifícios da tipologia alvo de estudo, nomeadamente situando a evolução dos conceitos patrimoniais e referenciando autores e noções que integram hoje a prática de reabilitação em arquitetura.

O segundo capítulo refere o enquadramento histórico desde a sua origem e as correntes arquitetónicas da época.

O terceiro capítulo apresenta os Casos de Estudo já aqui referidos que, numa escolha que se pretendeu ser representativa de três diferentes abordagens de intervenção em património classificado e como tal, de interesse.

O quarto capítulo foi reservado para a apresentação do Objeto de Estudo, numa análise cuidada e abrangente, visando desde a caracterização estrutural, à tectónica das paredes exteriores e interiores, à análise das patologias e dissonâncias e outros aspetos construtivos de interesse e de ponderação.

O quinto e último capítulo encerra a proposta de intervenção em toda a sua abrangência, incluindo revestimentos e outros aspetos construtivos, reforços estruturais e salvaguarda de elementos decorativos e outros.

Por último as conclusões refletem os resultados desta investigação.

O texto está esclarecido com desenhos, plantas, alçados e cortes na escala conveniente para a perceção correta das análises efetuadas e da proposta feita, insertos ao longo do texto.

Foi importante a avaliação do estado da arte, não só recorrendo a fontes escritas mas também a fontes desenhadas e peças de arquivo atualizadas que nos serviram de suporte para as diversas análises e opções que tivemos de efetuar.

As referências bibliográficas seguem as normas da APA.

1 - Património e Reversibilidade

Sob o termo do Património, entende-se uma classificação complexa de objetos arquitetónicos que permitam observar os edifícios de forma a perceber os seus valores parciais e integrais. Também o termo património permite proteger as peças construídas de forma a fazer ser possível transmitir o interesse arquitetónico que herdámos para as gerações futuras. O património, segundo a definição da carta de Cracóvia é um conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a seleção de valores. Na composição desta identificação influenciam vários aspetos entre quais, o sócio-cultural é um dos mais importantes. Porque o património arquitetónico é resultante de uma dialética entre os momentos históricos e diferentes contextos sócio-culturais. A conservação do património é realizada mediante diversas intervenções como a manutenção adequada, a reparação, o restauro, a renovação, a reabilitação e o controlo do meio ambiente. Cada tipo de intervenção pressupõe uma responsabilidade do lado do profissional. O património como um tesouro cultural e económico, tem uma necessidade de ser constantemente protegido tendo em consideração que um objeto do património está composto por várias partes fundamentais em que a autenticidade e a identidade são as mais valiosas, porque transmitem a verdadeira importância cultural do objeto patrimonial. Na Carta de Cracóvia cada um destes aspetos tem uma clara definição. A autenticidade é o somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação atual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo. A identidade – entende-se como referência coletiva englobando, quer os valores atuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado. Dai como resultado define-se o objetivo principal de qualquer “projeto de restauro” – manter a autenticidade, identidade e integridade do património, incluindo os espaços interiores, os objetos da decoração e peças do imóvel originais. Para o sucesso das intervenções desta natureza existe uma clara necessidade de uma formação educativa adequada, que deve assegurar uma qualidade necessária á resolução de problemas de investigação. Uma formação adotada aos critérios específicos do património pode garantir uma íntegra recolha da informação e a leitura da mesma, que no final permite ter a certeza que o património, seja ele qual for, arquitetónico ou arqueológico, vai ser preservado. Depois duma leitura da informação recolhida sobre um objeto do património, é fundamental nos projetos de restauro, evitem-se reconstruções de partes significativas o que permite preservar aquilo a que os responsáveis julgam o “verdadeiro estilo” do objeto. Um dos objetivos fundamentais da preservação do património será o de elaborar os projetos de restauro e/ou de recuperação baseando-se na estratégia de intervenção mínima, sem alterações, se possível, do uso do edifício ou então uma renovação significativa dos compartimentos interiores, tendo em consideração que o património arquitetónico tem que ser adotado para o uso contemporâneo, e se for necessário, podem-se incorporar

elementos especiais e funcionais, onde estes devem transmitir pelos seus aspetos estéticos e sua morfologia a linguagem da arquitetura atual.

A Reversibilidade pressupõe a devolução aos edifícios dos seus usos iniciais que durante a sua vida foram alterados sob a influência de vários fatores – económicos, socioculturais, ambientais etc.. No âmbito do presente trabalho teórico, o objetivo de reversibilidade tem um interesse muito elevado embora dúbio, pois o uso do edifício do *Diário de Notícias* foi sempre complexo. O autor da obra, arquiteto Porfírio Pardal Monteiro pensou, desenhou e elaborou o projeto como uma peça de uso industrial, programado para a produção tipográfica, mas além disso, incluía um centro de receção e de troca de informação e de atendimento ao público. As testemunhas das primeiras décadas da vida do edifício contam que o hall da entrada era um espaço sempre aberto, onde podiam entrar todos os interessados em responder aos muitos anúncios que o jornal diariamente publicava como o aluguer de casa, a compra de um veículo, a resposta a um pedido de casamento, a assistência aos eventos culturais que eram promovidas pelo jornal em certas épocas do ano, principalmente no dia do seu aniversário e outros eventos que patrocinava, e muito mais, como a publicação de anúncios de muitas espécies incluindo o obituário. Os frescos de Almada Negreiros foram sempre as peças de muito interesse no salão de receção do público na entrada principal, que dominam toda a área e constituíam o pano de fundo atrás do grande balcão que se estendia ao longo do imenso espaço e sobre o qual se situavam os cacifos que recolhiam as respostas aos anúncios numerados, frescos e arte que hoje, infelizmente, estão escondidos e que necessitam de uma intervenção de restauro cujo objetivo é a sua conservação, e a sua posterior apropriação pela comunidade.

A Reversibilidade pode ser considerada como um conceito da área da Reabilitação que permitirá neste caso concreto, levar os lisboetas a viajar pelas suas recordações e permitir acumular as novas sensações ao visitar o edifício. Até hoje há portugueses que ouvindo a frase - Avenida da Liberdade 266, Lisboa, recordam de festas para as crianças nas vésperas do Ano Novo pelo aniversário do jornal no dia 30 de dezembro, ou os concertos abertos ao público ou ainda o concurso das construções na areia pelas praias do país, e tudo isto faz parte da memória cultural do edifício enquadrado na sua totalidade. Reversibilidade também depende do estado físico dos objetos do património. A conservação dos edifícios é o conjunto das atitudes de uma comunidade que contribuem para perpetuar o património e os seus monumentos. A conservação do património construído deve ser realizada, quer pelo respeito e pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados.

2 - Enquadramento Histórico

É o primeiro edifício construído de raiz para albergar os serviços de um jornal, neste caso o Diário de Notícias, jornal fundado em 29 de Dezembro de 1864. Projetado, em 1936, pelo Arquiteto Porfírio Pardal Monteiro foi inaugurado em 1940 na Avenida da Liberdade em Lisboa, tendo recebido o Prémio Valmor desse ano.

Classificado como Imóvel de Interesse Público, sobressai no contexto da arquitetura portuguesa contemporânea pela solução original de compromisso entre a linguagem monumentalista da época e as tendências inovadoras e modernistas, traduzindo a procura de um equilíbrio entre os vetores estético, funcional e construtivo. Merecem destaque os elementos decorativos utilizados, nomeadamente a diversidade e qualidade dos materiais e as suas cores naturais, onde a pedra e o mármore polidos abundam, assim como os frescos de Almada Negreiros, localizados no hall e vestíbulo principal.

Este edifício foi inaugurado com as presenças do Presidente da República o General Óscar Carmona, do diretor do “Diário de Notícias” Dr. Augusto de Castro, do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, General França Borges, e outras individualidades.

O primeiro número do jornal “Diário de Notícias” foi publicado na data da sua fundação e viria a tornar-se num dos principais jornais de referência em Portugal. O seu preço de capa era então de dez reis. Foi fundado por Eduardo Coelho e Tomaz Quintino Antunes em que as primeiras três décadas de vida do “Diário de Notícias” foram marcadas pela direção do primeiro, jornalista e escritor, que seguiu uma estratégia de implementação e consolidação do jornal, praticando um jornalismo moderno, informativo e independente, tendo introduzindo dois novos géneros jornalísticos: o editorial e a grande reportagem (monumentos.pt).

Desde o primeiro número, o “Diário de Notícias” afirmou-se como um jornal exclusivamente informativo, para transmitir “com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, e comentá-los ao seu sabor”. Constituiu uma inovação numa época de Imprensa partidária. O seu fundador, ao caracterizar nestes termos, o perfil do “Diário de Notícias”, esclareceu: “Será uma compilação cuidadosa de todas as notícias do dia, de todos os Países, de todas as especialidades, um noticiário universal.”. Além disto, lançou em Portugal a reportagem na sua aceção atual e incluía, nas suas colunas, os telegramas das agências internacionais.

Ao mesmo tempo, o “Diário de Notícias” introduziu a publicidade, o pequeno anúncio, a fim de satisfazer as necessidades quotidianas do leitor. Enquanto outros jornais da altura custavam 30, 40 e até 60 reis, o “Diário de Notícias” custava apenas 10 reis. Os anúncios tornaram-se acessíveis a largos estratos da população, devido ao preço do seu custo – 20 reis a linha - pois a maior parte dos outros periódicos cobrava 100 reis a linha. Coube, ainda, ao “Diário de Notícias”, a reformulação do modo da venda do jornal nas ruas através de ardinhas (uma nova classe profissional), pondo termo ao monopólio dos “cegos papelistas” da “Irmandade de São Jorge de Arroios” (monumentos.pt).

Em 1894 Eduardo Coelho seria substituído por Alfredo Cunha que procurou também, impulsionar o “Diário de Notícias” captando novos colaboradores de qualidade como os escritores Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz e Pinheiro Chagas.

O jornal diário foi vendido nos anos 30 pela família do fundador, Eduardo Coelho, á “Companhia Industrial de Portugal e Colónias”, passando a constituir uma sociedade anónima denominada “Empresa Nacional de Publicidade SARL”, assumindo a sua direção, em 20 de Abril de 1939, o advogado, jornalista e ex-político monárquico Dr. Augusto de Castro, que já tinha exercido, anteriormente, o cargo de diretor do jornal entre 1 de Junho de 1919 a 23 de Junho de 1924.

Em 1936, o arquiteto Porfírio Padral Monteiro, recebeu a encomenda para elaboração do projeto do novo edifício a situar-se na Avenida da Liberdade, estendendo as suas traseiras até à Rua Rodrigues Sampaio com frentes para ambas as ruas. Neste projeto Pardal Monteiro iria ter a colaboração do arquiteto Raúl Rodrigues Lima (1909-1980) – arquiteto dos cinemas “Monumental”, “Cinearte” e do “Teatro Micaelense”. Seria o primeiro edifício construído de raiz destinado a um jornal em Portugal, incluindo uma seção industrial e os escritórios, com todas as atividades desenvolvidas por este jornal, desde a preparação, e gestão até à sua impressão e distribuição.

“Do ponto de vista técnico o edifício do Diário de Notícias foi para a sua época o mais desenvolvido: O problema da forma como foi posto ao arquiteto assim o implicava, “um edifício englobando em si duas atividades completamente diferenciadas”. Por um lado a zona fabril de produção do jornal, ruidosa, implicando grandes sobrecargas nos pavimentos, introduzidas não só pelo peso das rotativas, mas também pelos camiões que descarregam as bobines de papel para alimentação das mesmas, rotativas que pesavam toneladas, por outro uma zona de trabalho e receção de público que se pretendia sossegada e silenciosa. Também esta seção fabril, integrada num edifício urbano, produz ruído aéreo das máquinas e produz vibrações que muito facilmente se propagam através da estrutura do edifício chegando a todos os locais.

Além dos problemas dos ruídos e das vibrações houve ainda que resolver de forma eficaz a ventilação dos espaços de trabalho interiores e dos cheiros a tinta, naturalmente existentes numa gráfica ou numa tipografia.

Para resolver todos esses problemas, e todos os outros que naturalmente existiram, Pardal Monteiro, rodeou-se de uma equipa técnica altamente competente e considerada” (monumentos.pt).

Quanto ao interior do edifício, façamos uma pequena “visita guiada” utilizando a descrição do repórter do “Diário de Lisboa” que acompanhou a inauguração:

“O Sr. Presidente da República esteve primeiramente no vasto “hall” onde admirou a instalação de vários serviços e a grande carta do mundo, obra de Almada Negreiros. Na sobreloja, o Sr. General Carmona visitou a biblioteca e a sala de receções, passando depois para a tipografia, modernamente apetrechada, onde presenciou os trabalhos de composição de um suplemento dedicado á visita presidencial e que minutos depois estaria impressa.

Na sala da redação, o respetivo chefe, nosso prezado colega Aprígio Mafra, apresentou ao Chefe do Estado todos os redatores e repórteres do “Diário de

Notícias”, após que o Sr. General Carmona visitou, sucessivamente, a linda sala de receção privativa do diretor e os gabinetes dos Srs. Dr. Augusto de Castro e Coronel Pereira Coelho, bem como a secretaria.

Passando para o 2º andar o Sr. Presidente da República esteve nas instalações dos “Sports”, do “Notícias Agrícola” e do “Arquivo Nacional” e na secção de propaganda e províncias. Depois de percorrer no 3º andar, as instalações da administração, o Sr. General Carmona subiu á grande esplanada, donde se disfruta um panorama magnífico sobre a cidade e o rio e onde foi servido um “Copo de Água»” (monumentos.pt).

Ficha técnica da construção do edifício do “Diário de Notícias” (monumentos.pt).:

- Arquiteto: Porfírio Pardal Monteiro
- Construtor civil: Filipe Rodrigues Vacas
- Fundações: “Empresa de Sondagens e Fundações”, do Eng.º Ricardo Esquível Teixeira Duarte
- Pinturas exteriores: J. Freitas Garcia
- Instalações Elétricas: “Nogueira, Lda”
- Principais empresas fornecedoras de materiais e serviços:
- “Sociedade Comercial Phillips Portuguesa” – Iluminação e instalações elétricas
- “Móveis Olaio” e “Jalco, Lda” – Mobiliário e decorações
- “Sociedade Zickermann, SARL” – Vários materiais de construção especialmente ferro e outros metais.
- “A Portuguesa” de José Carvalho – Trabalhos de carpintaria e marcenaria
- “Empresa de Pavimentos e Isolamentos, Lda” - Isolamentos de humidades, infiltrações, de caldeiras, tubos, condutores de vapor, câmaras frigoríficas, etc.
- “Lusalite – Corporação Mercantil Portuguesa, Lda” – Chapas lisas e tubagens, de fibrocimento.
- “Primaz, Lda” – Relógios elétricos
- “Sociedade Industrial Metalúrgica, Lda.” – Trabalhos de serralharia em aço macio, latão e bronze.
- “Electro Reclamo, Lda.” – Trabalhos de ornamentação luminosa com tubos “Néon”
- “Carrier Continentale” (Paris) – Ventilação e aquecimento central. (monumentos.pt)

3 - Casos de Estudo

3.1 - Loft na Av. 24 de Julho

Avenida 24 de Julho nº 150

O “LisboaLoft” é um empreendimento, localizado na Av. 24 de Julho, que resulta da reabilitação de 2 edifícios contíguos, ambos com uma imagem industrial – Fábrica de lâmpadas Lumiar - F.H. D’Oliveira e C^a (Irmão). Concluído em 2003, tem 76 fogos com áreas entre 80 e os 400 m². Trata-se de uma promoção do Grupo Pereira Coutinho, por via da empresa imobiliária TEMPLE, a qual tem tido uma ampla actividade em Lisboa (Brasil, Macau e Angola) no sector de “imobiliário de luxo” (Alcântara Residente, Residências de S. Bento, Alto do Parque, Chiado XXI e Paço do Duque – Ex Pide).

Originalmente, o Loft é uma solução de “recurso” dos artistas residentes em Nova Iorque, cujas primeiras experiências remontam na primeira parte do séc. XX, mas que ganha especial visibilidade na década de 60 como consequência da emergente valorização da Arte (Zukin, 1989).

A aquisição em “bruto” de um armazém industrial desactivado revelava-se uma solução barata, que permitia a conjugação da habitação e do espaço de trabalho. Acresce que a sua reabilitação por parte do próprio permitia ainda utilizar a casa como espaço de ensaio de uma criatividade pessoal, potenciando uma maior profusão no quotidiano dos hábitos do seu autor e, portanto, da sua própria individualidade. Esta coincidência entre espaço de habitar e de trabalho revela um modo de vida em que a dicotomia trabalho/lazer perde o sentido, porquanto o que está em jogo é a celebração do indivíduo, uma espécie de “self reunificado” por um fio condutor único – a realização pessoal pela Arte. Ora, é o próprio fenómeno de valorização social da Arte e de tudo o que ela pressupõe que faz dos Lofts, já na década de 70, um “modo de habitar” procurado por alguns membros das classes médias, médias-altas e altas. A partir daí, o “Loftliving” torna-se, sobretudo nos E.U.A., um segmento muitíssimo relevante do mercado imobiliário. Hoje, o Loft é sobretudo “uma tipologia habitacional”, caracterizada pelo “open space”, em que o duplo pé-direito, para além de permitir uma grande luminosidade, é aproveitado geralmente para a construção de uma mezzanine, onde se localiza o(s) quarto(s) e respectiva WC.

Presente exemplo de requalificação dum espaço de origem industrial em habitação, permite afirmar uma capacidade de articular a filosofia da reabilitação dos edifícios. Acresce a ideia de uma urbanidade que “recupere o passado”, um “passado” especial, por oposição à arquitectura e urbanismo Modernos. Muitas das estratégias de valorização de um passado específico passam pelo destacamento de determinadas componentes do “seu objecto”, capazes de “hipersimbolizarem” a imagem que a contemporaneidade tem sobre ele. Neste caso, identificam-se 4 componentes em que essa “hiper-simbolização” é realizada:

- I) O exterior do edifício assume essa vocação industrial do edifício, mas na sua versão mais “soft” ou decorativa, nomeadamente com o aproveitamento do painel decorativo *Arte Nova* e sua extensão para o edifício maior; acresce a importância das janelas;
- II) A entrada do edifício (principal) em que, por momentos, essa vocação é interrompida por uma imagem de sumptuosidade (através de um grande “lustre contemporâneo”, aproveitando o triplo pé-direito) que lhe é supostamente estranha, mas que acaba por lembrar o carácter mais luxuoso da promoção;
- III) A zona dos espaços comuns em que o industrial é celebrado através do uso exclusivo dos dois materiais que materializam o seu lado mais duro, o ferro e o tijolo;
- IV) O fogo, em que o industrialismo é lembrado em dois elementos “domesticáveis” que não interferissem com o conforto do interior da habitação: o ferro, utilizado muito pontualmente, nas vigas (cuja função parece efectivamente mais decorativa do que construtiva) e nas escadas; as janelas, cuja dimensão permite uma luminosidade inexistente na habitação “normal”.

3.2 - Hotel Vitória

Avenida Liberdade n.º 168 - 170

Este edifício enquadra-se no plano marginal da Avenida da Liberdade, n.º 168 – 170, e é um dos seus emblemas, permanecendo isolado no seu lado nascente, afirmando-se então como um projeto de arquitetura de vanguarda. Foi projetado para o uso comercial e turístico, nomeadamente um hotel. Posteriormente foi requalificado para um novo uso, agora de carácter político-administrativo, a Sede da organização Político-Partidária Partido Comunista Português. Apresenta uma planta retangular com 6 pisos mais cave. A fachada é composta por dois corpos cuja leitura se refere a movimentos circulares de que o arquiteto tirou partido e inovação, e está revestida a mármore. O 1º piso, piso térreo, é bastante fenestrado com a entrada principal no lado esquerdo, encimada por pala e bem vincado no conjunto; no lado oposto, consola suportada por pilar. Restantes pisos - o corpo da esquerda: avança em relação ao da direita, é rasgado por janelas de vão retangular, com mainel em forma cilíndrica. Este corpo é encimado por um último andar ligeiramente ressaltado de parede côncava com uma espécie de cetro que se eleva ao centro. O 2º corpo, à direita, é ligeiramente recuado e mais largo, com 4 pisos de varanda corrida, terminadas por uma saliência em arco pleno, suportados por pilares. A cobertura é em terraço, e neste, um pilar central coroado por uma consola cujo círculo continua ao longo da fachada lateral por uma espécie de pala suportada por pilares. As varandas são corridas por frisos metálicos. As fachadas laterais não têm qualquer ornamento, sendo a do lado Sul rasgada em cada piso por 5 janelas de vão retangular.

O edifício está protegido pelos seguintes documentos em vigor:

IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 29/84, DR, 1.ª série, n.º 145 de 25 junho 1984 / ZEP, Portaria n.º 529/96, DR, 1.ª série-B, n.º 228 de 01 outubro 1996 *1 / Incluído na classificação da Avenida da Liberdade (v. IPA.00005972) e na Zona de Proteção do Cinema Tivoli (v. IPA.00002623) *1 - DOF: Edifício do antigo Hotel Vitória. Zona Especial de Proteção Conjunta da Avenida da Liberdade e edifícios classificados na área envolvente.

Cronologia:

1934 - Freire e Matos, Lda. pedem autorização para construir no seu terreno um edifício destinado a hotel, em substituição de um outro já aprovado, segundo projeto do arquiteto Cassiano Viriato Branco (1897-1970);
1935 - Aprovação da ampliação da fachada principal;
1936 - Inauguração do hotel;
1941 - Victoria Hotel, S.A.R.L., deseja ampliar as atuais instalações, ocupando o terreno anexo;



*Figura 1 Hotel Vitória Alçado sobre Av. Liberdade
1992 Fonte (monumentos.pt)*

1947 - É apresentado um anteprojecto para a ampliação do hotel;
 1949 - É apresentado um novo estudo para o projecto de ampliação, que prevê uma nova ampliação do hotel no local onde se encontrava o Hotel Liz;
 1954 - Apresentação de novo projecto de ampliação de R. Lima;
 1974 - SINIA (Sociedade Geral de Investimentos para o Comércio e Indústria), SARL, é a proprietária do edifício; este encontrava-se em estado de abandono;
 1975 - Esta empresa apresenta um anteprojecto para uma nova reintegração arquitectónica do Hotel Vitória;
 1985 - A propriedade do imóvel era já da Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português. (monumentos.pt)

Alterações elaboradas no edifício:

1934 - Obras de alteração de um edifício destinado a um hotel;
 1939 - Pintura de gelsias, portas e caixilharia;
 1946 - Reparações e pinturas no saguão situado na empena do lado N.;
 1948 - Obras interiores: limpezas, pinturas e pequenas reparações em tetos e paredes;
 1950 - Obras e pinturas nos vários andares, pinturas exteriores: pintura de gradeamento e de portas; legalização, a título provisório da construção de um barracão de alvenaria e tijolo;
 1951 - Reparações e pinturas interiores e exteriores;
 1955 - Obras de beneficiação geral;
 1959 - Colocação de um letreiro luminoso na fachada sob a entrada do hotel, para tal, foi criada uma pala sobre a entrada onde este foi colocado;



Figura 2 Alçada sobre Av. Liberdade 1992 Fonte monumentos.pt

1956 - Todos os quartos do 1º, 2º, 3º, 4º e 5º andares foram dotados com casa de banho privativa; 1957 - modificação e ampliação parcial do 5º andar; 1985 - Obras de limpeza e restauro da fachada. (monumentos.pt)

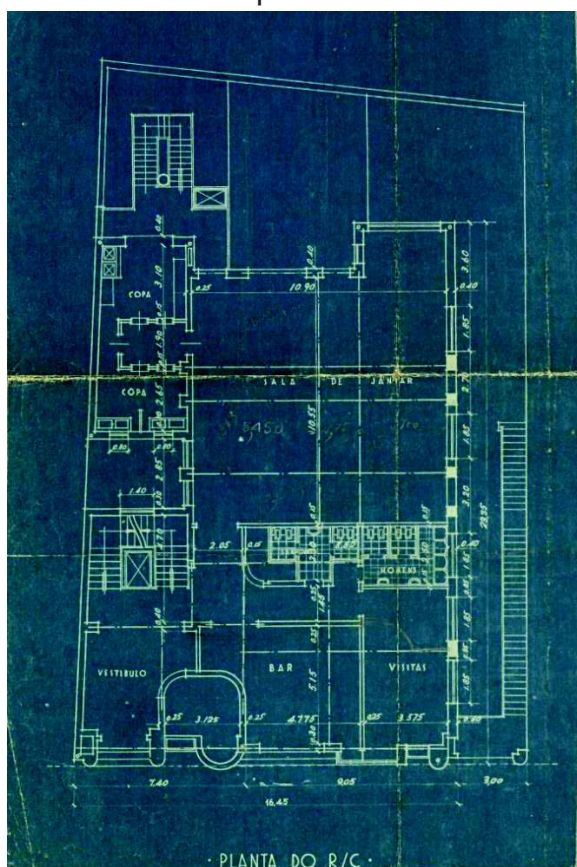


Figura 3 Planta R/C Fonte Arquivo municipal de Lisboa

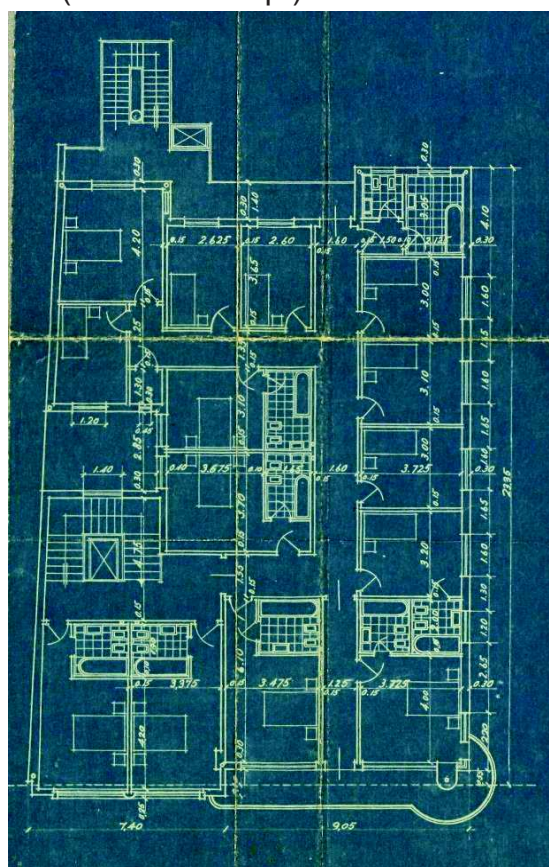


Figura 4 Planta Piso 1 Fonte Arquivo municipal de Lisboa

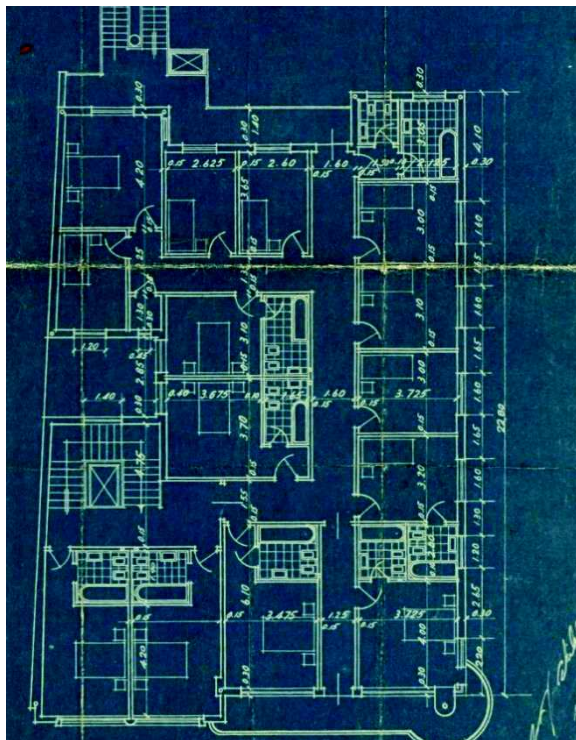


Figura 5 Planta piso 2 Fonte: Arquivo municipal de Lisboa

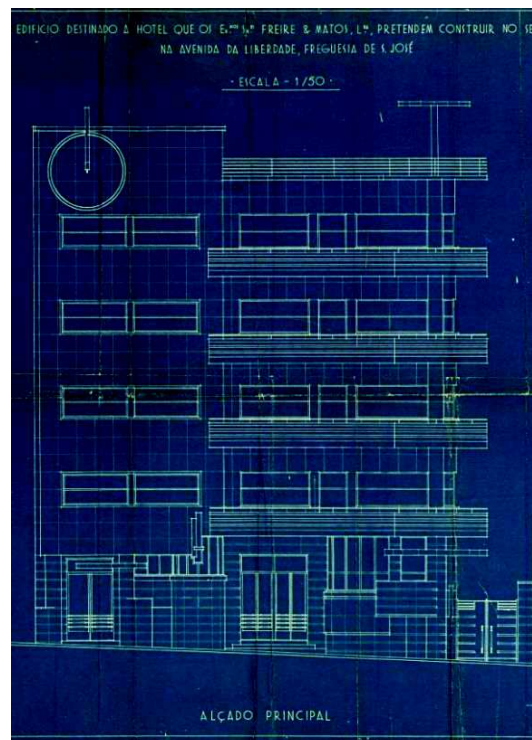


Figura 6 Alçado sobre Av. Liberdade Fonte: Arquivo municipal de Lisboa

3.3 - Cine-Teatro Éden

Praça dos Restauradores, 17-24

Classificado como Imóvel de Interesse Público, tem projeto inicial do arquiteto Cassiano Branco (1897-1970), terminado pelo arquiteto Carlos Dias. Esta construção típica do início dos anos 30 do séc. XX foi considerada uma das mais importantes obras da arquitetura modernista em Portugal. Inaugurado em 1937, constitui-se como um animado polo de diversão, com a sua grande sala de espetáculos, bares e espaços comerciais no piso térreo. De planta retangular, evidencia uma acentuada verticalidade com cobertura em terraço. O exterior destaca-se pelo original jogo de formas e volumes da fachada, desenvolvida simetricamente em relação a um corpo central, evidenciando-se a utilização do vidro e do ferro nas janelas e os painéis do friso superior, com baixos-relevos evocativos das artes representadas no interior da sala de espetáculos, que foi o Éden. O interior merece destaque pelo jogo dinâmico dos seus acessos, favorecendo uma animada circulação e rápida evacuação dos diversos níveis de plateia e balcões, através de escadarias suspensas que se cruzam no átrio da entrada, assim como pelos vários pormenores decorativos. Desativado como sala de espetáculos em 1989, o edifício foi objeto de profundas obras de remodelação e reconversão, em 1995, segundo projeto dos arquitetos Frederico Valsassina e George Pancreach, passando a acolher uma unidade hoteleira nos pisos

superiores, premiada como “Melhor Projeto de Renovação Urbana” e “A Melhor Realização Turística em Portugal. (monumentos.pt)

Numa análise do edifício original do Arq. Cassiano Branco, podemos concluir que se trata de um Edifício destinado a arquitetura cultural e recreativa - teatro e cinema, cujos planos evidenciam uma conceção moderna, dada pela clareza da sua fachada e pelo jogo dinâmico dos seus acessos às zonas de público assistente em que grandiosas escadarias suspensas se cruzam em forma de "passerelle", promovendo uma animada circulação; e pela própria escala e complexidade de relações dos espaços internos. Constitui um magnífico edifício com um excelente enquadramento urbano que se situa no lado Oeste da Praça dos Restauradores. Destaca-se dos edifícios contíguos pela volumetria e conceção. Depois da sua transformação e mudança de uso, foi alterada para o uso Comercial e Turístico, ou seja, um hotel. De planta retangular com uma acentuada horizontalidade, tem a cobertura em terraço.

Fachada principal: amplas entradas revestidas a mármore, encimadas por 1 conjunto horizontal de janelas abertas num pano de parede em ressalto. A fenestração está disposta sobretudo na vertical. A fachada desenvolve-se de forma simétrica dividida por 3 altas janelas, de vão retangular, que a seccionam, sendo as laterais mais altas que a central. São janelas trifacetadas com os vãos preenchidos por uma quadrícula de perfis de ferro e vidro. Estão ladeadas por pilastras coroadas por máscaras. Os espaços entre as janelas são preenchidos por 2 grandes panos sensivelmente quadrados e recuados, para afixação dos cartazes de espetáculos. Na prumada da janela central, o pano de parede projeta-se de forma escalonada, acima da cimalha, quebrando-a. Neste, e a coroar o painel esculpido, o nome do cinema em letras estilizadas. O seu interior, com 3 salas de espetáculos, apresentava uma certa complexidade em termos de relações espaciais, destacando-se sobretudo, os vários e sinuosos lanços de escadas do átrio. (monumentos.pt)

Cronologia das épocas de construção/alteração

1906 - O edifício foi inaugurado pelo comerciante Albert Beauvelet, para garagem de automóveis; anteriormente estavam aqui as cavalariças e cocheiras dos Castelo Melhor;

1909 - Desapareceu a garagem, adaptando-se o edifício a um teatro de variedades, que durou 4 anos;

1914 - Por iniciativa de Luis Galhardo, ligado a Leopoldo O'Donnel e outros, construiu-se um Eden-Teatro;

1928 - Foi reprovado pela Inspeção Geral dos Teatros; o 2º Conde de Sussena começou a levantar um teatro, em substituição do Éden-Teatro demolido em 1930, com projeto inicial do arquiteto Cassiano Viriato Branco (1897 – 1970), mas terminado pelo arquiteto, Carlos Dias, devido a desinteligências do primeiro com os proprietários; Cassiano apresenta 3 variantes de fachada, mas a definitiva não tem a sua assinatura;

1937 - Ano da sua inauguração;

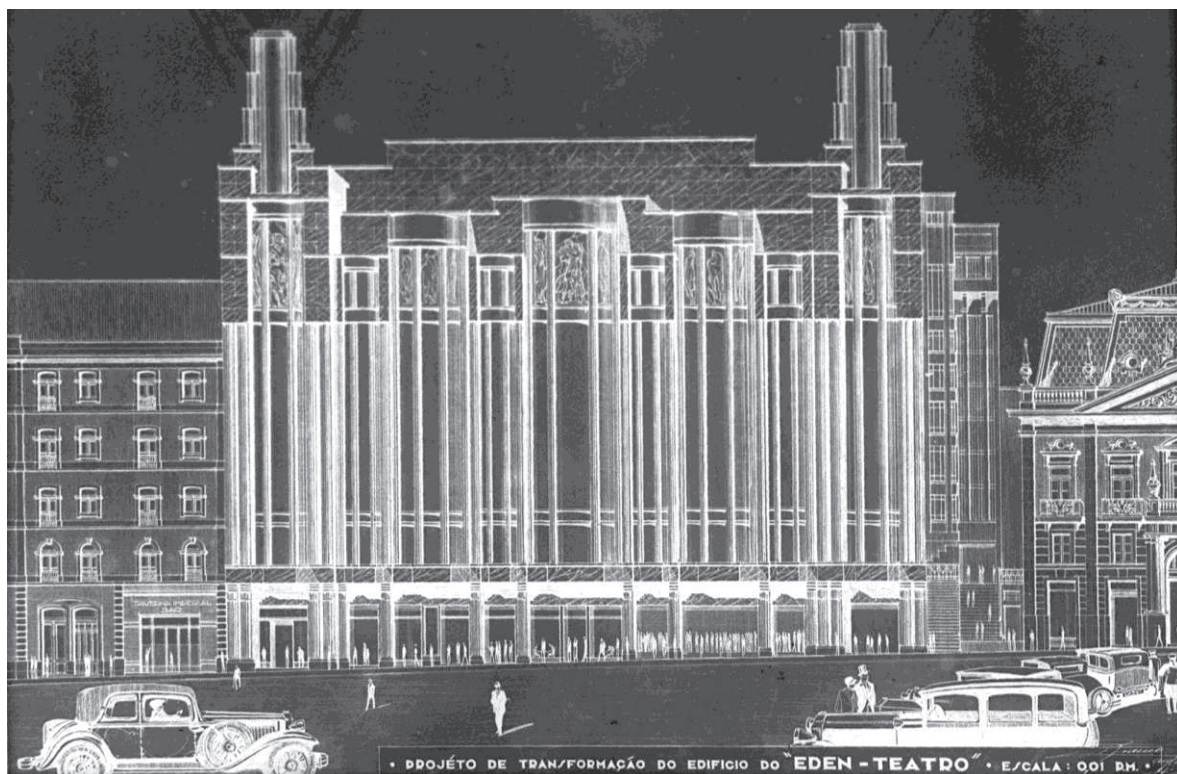


Figura 7 Alçado sobre Praça dos Restauradores Fonte: Arquivo municipal de Lisboa

Alterações elaboradas no edifício:

- 1989 - O Éden foi adquirido pelo grupo económico Amorim e o cinema fechou as suas portas;
- 1991 - Realizou-se uma exposição intitulada "Cassiano Branco e o Éden-Lisboa 91", numa época em que se questionava acerca do futuro do edifício e em que o responsável pela conceção da exposição foi o designer Henrique Cayatte;
- 1995 - Foram realizadas obras de adaptação ao novo uso;
- 2001 - Encerramento da Virgin Megastore;
- 2003 - Abertura da Loja do Cidadão, instalada no piso térreo e cave;
- 2006, 22 agosto - Parecer da DRC Lisboa para definição de Zona Especial de Proteção conjunta do castelo de São Jorge e restos das cercas de Lisboa, Baixa Pombalina e imóveis classificados na sua área envolvente;
- 2011, 10 outubro - O Conselho Nacional de Cultura propõe o arquivamento de definição de Zona Especial de Proteção; 18 outubro - Despacho do diretor do IGESPAR a concordar com o parecer e a pedir novas definições de Zona Especial de Proteção.

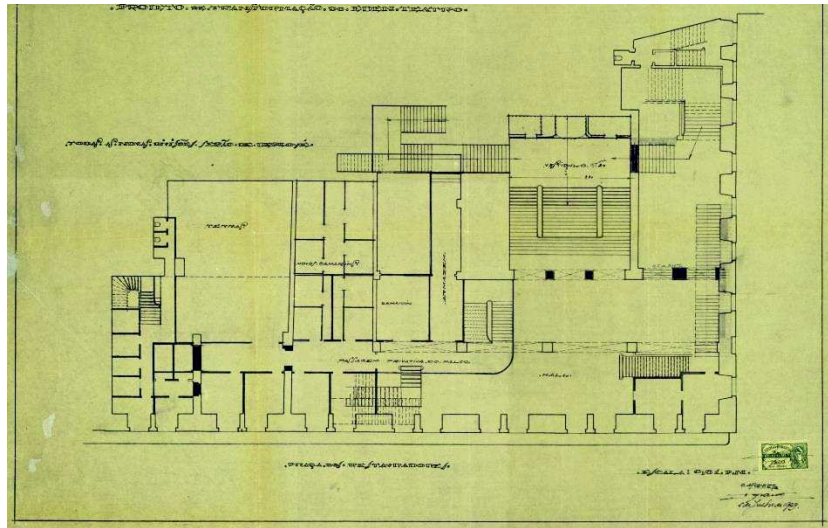


Figura 8 Planta piso 0 proposta da transformação. Fonte: Arquivo municipal de Lisboa

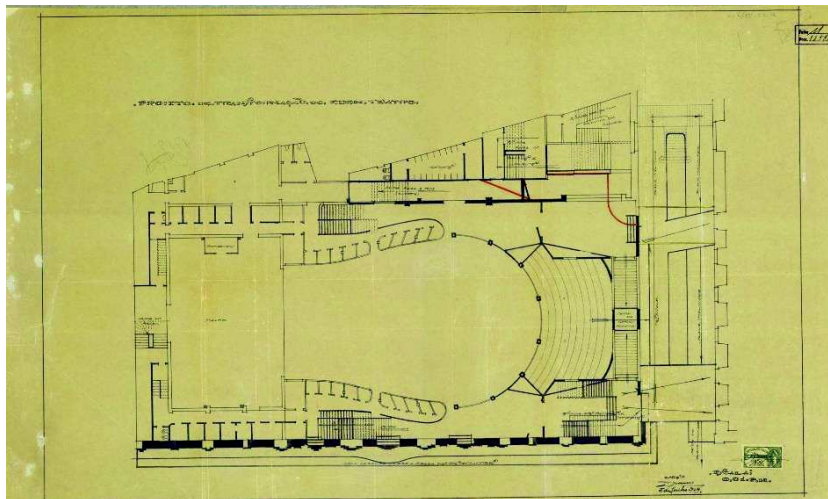


Figura 9 Planta piso 1 proposta da transformação. Fonte: Arquivo municipal de Lisboa

O edifício do Teatro Éden esta protegido pelos seguintes documentos

IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 8/83, DR, 1.ª série, n.º 19 de 24 janeiro 1983 / ZEP, Portaria n.º 529/96, DR, 1.ª série-B, n.º 228 de 01 outubro 1996 *1 / Incluído na classificação da Avenida da Liberdade (v. IPA.00005972) e na Zona de Proteção do Ascensor da Glória (IPA.00003986) (monumentos.pt)



Figura 10 Escada interior no hall de entrada. Fonte: Arquivo municipal de Lisboa



Figura 11 Corpo edificado demolido em 1930 Fonte: Arquivo municipal de Lisboa

4 - Objeto de Estudo

O “Diário de Notícias” nasceu no Bairro Alto em 1864 cujo nome lá se mantém através da topónimo *Diário de Notícias* dado a uma das ruas do bairro.



Figura 12 Alçado sobre Av. Liberdade Fonte: monumentos.pt



Figura 13 Inauguração em 1940, com o presidente Carmona a cortar a fita, ladeado pelo arquitecto Pardal Monteiro e por Augusto de Castro Fonte: Arquivo DN

Descrição e análise

É um dos edifícios mais emblemáticos e notáveis da cidade de Lisboa que se situa no lado nascente da Avenida da Liberdade, nº266-266 A, junto à Praça do Marquês de Pombal. A fachada posterior está virada para a Rua Rodrigues Sampaio, nº 111, que serve de rua de serventia, tanto para carga como para descarga.

Apresenta uma planta retangular existindo no seu interior vários pátios ou saguões que lhe conferem um certo ritmo, luz e ventilação natural, numa morfologia conseguida que garante a presença fundamental de luz natural em todo o interior em qualquer hora do dia. Tem a cércea de 6 pisos mais cave. A fachada principal é na sua maior parte, revestida com pedra aparelhada com uma estereotomia e composição sóbria, contudo vincada pelo corpo mais alto do edifício em forma de torre facetada e rasgada por janelas, coroada por um lanternim também luminoso em forma de prisma hexagonal. O 1º piso é rasgado por 2 portas encimadas por palas (a porta que ladeia as montras serve de suporte a uma esfera armilar) e com grandes aberturas com função de montras. Esta fachada é rasgada por janelas simples ladeadas por um sistema de pilastras e molduras que na cumeeira servem de suporte a uma consola, encimada por um letreiro luminoso com o título do jornal, “Diário de Notícias” em letra gótica. O edifício termina em terraço coberto, alpendrado. A fachada Norte é decorada com um artístico e bem dimensionado letreiro luminoso que titula o Diário de Notícias. A fachada posterior, de composição sóbria, é rasgada no 1º piso por várias portas e, nos seguintes, por janelas simples, sendo o alçado central mais elevado que os laterais, encimados por uma grade e o central por uma espécie de cornija arquivada. (Arquivo Municipal de Lisboa)



Figura 14 Placa comemorativa na fachada principal Fonte: fotografia própria

A publicidade do edifício e do jornal foi desenhada e projetada com o máximo cuidado sendo prevista a sua iluminação por Néon, quer nos letreiros da fachada principal quer no painel da empena e também por isso, sempre constituiu um edifício de referência.

Os primeiros registos deste edifício remontam à sua construção em 1936, através do processo camarário nº10460/36.

Pretendeu-se criar um edifício que à época era de grande dimensão devido à sua localização junto à rotunda do Marquês de Pombal, já então uma zona importante para a cidade de Lisboa. Pretendia ser um edifício misto para escritórios e indústria considerando que as instalações principais (escritórios) seriam voltadas para a Avenida da Liberdade e as instalações industriais voltadas para a Rua Rodrigues Sampaio.

Trata-se de um edifício de planta retangular com cave e seis pisos acima da cota de soleira. É composto por vários pátios interiores que lhe conferem alguma dinâmica entre os espaços interiores.

Para as fachadas pretendeu-se a aplicação de revestimentos nobres e duradouros como é o caso da pedra aparelhada (revestimento de quase toda a fachada), o mosaico cerâmico de pequena dimensão numa mistura de diversos tons (nos pilares ou duplos colonelos da fachada) e o mosaico de vidro opala de cor acentuada (no corpo prismático sobre a entrada principal). Por ter a norte um edifício mais baixo e no qual não toca, foi dada especial atenção a esta empena tendo sido colocado um cartaz artístico, alusivo ao Diário de Notícias e à imprensa

O edifício esta protegido pelos seguintes documentos em vigor:

IIP – Imóvel de Interesse Público, Decreto nº 1/86, DR, 1.ª série, n.º 2 de 3 Janeiro 1986 / ZEP, Portaria nº 529/96, DR, 1.ª série-B, n.º 228 de 01 outubro 1996 *1 / Incluindo na classificação da Avenida da Liberdade (v. IPA. 00005972) *1 - constitui uma Zona Especial de Proteção conjunta dos edifícios classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente.

Cronologia do edifício:

1936 – A Empresa Nacional de Publicidade pede autorização, à CML, para a construção de um edifício no seu terreno e nele instalar todos os serviços de redação, impressão e de distribuição do jornal Diário de Notícias;

1940 – Inauguração do edifício, projetado por Porfírio Pardal Monteiro; recebeu o Prémio Valmor, tendo como júri António do Couto Martins (CML), José Ângelo Cottinelli Telmo (ANBA) e Jorge de Almeida Segurado (SNA);

1995 – Despacho do Subsecretário de Estado da Cultura de 8 de Setembro, que determina a Zona Especial de Proteção;

1998 - Dezembro – Elaboração da Carta de Risco do imóvel pela DGEMN (monumentos.pt)

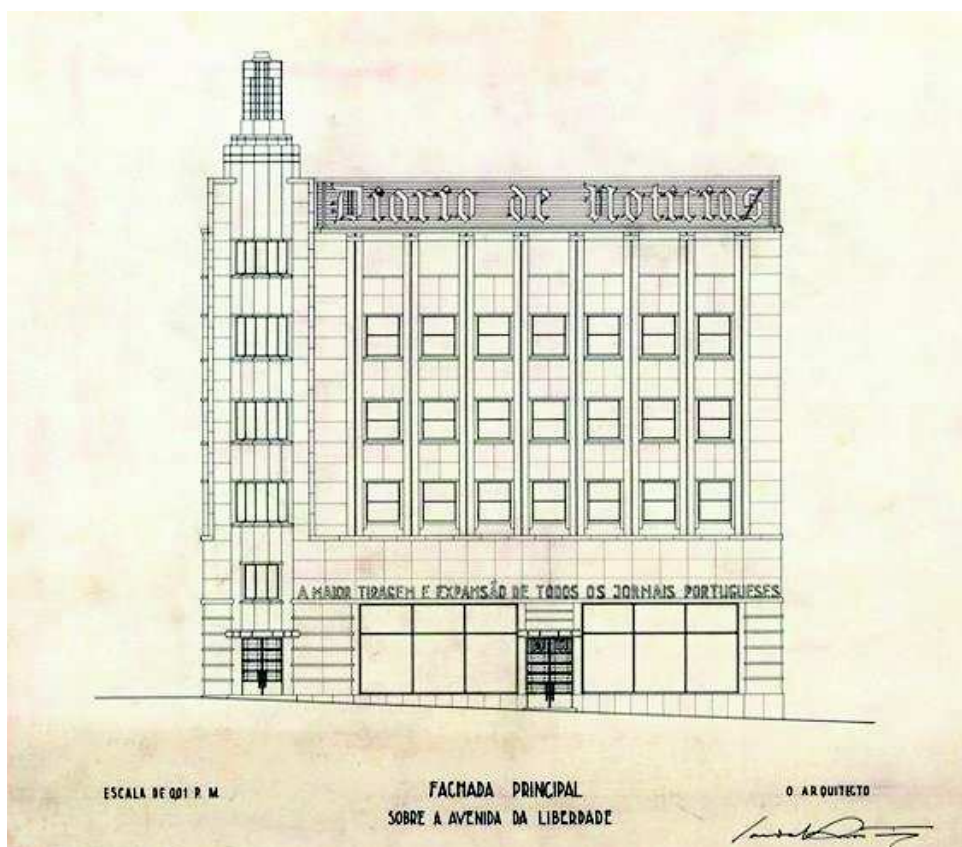


Figura 15 Alçado sobre Av.Liberdade Fonte: Arquivo municipal de Lisboa

Alterações elaboradas no Edifício do *Diário de Notícias*:

1942 – Obras de limpeza, pinturas e pequenas reparações;

1943 – Colocação de azulejos na fachada principal;

1954 – Modificação no compartimento denominado “posto do bairro” através da construção de uma galeria, cujo acesso é feito por uma escada, que parte da sala de distribuição;

1959 – Construção de caixa de ascensor adjacente à fachada E;

1962 – Limpeza da fachada;

1964 – Pintura das portas onduladas da fachada principal e posterior;

1967 – Colocação de gradeamento de proteção na cobertura;

1968 – Beneficiação geral;

1974 – Reparação do painel;

1986 – Reparação das montras;

1998 – Remodelação das antigas oficinas dos pisos inferiores nas garagens e anfiteatro. (monumentos.pt)

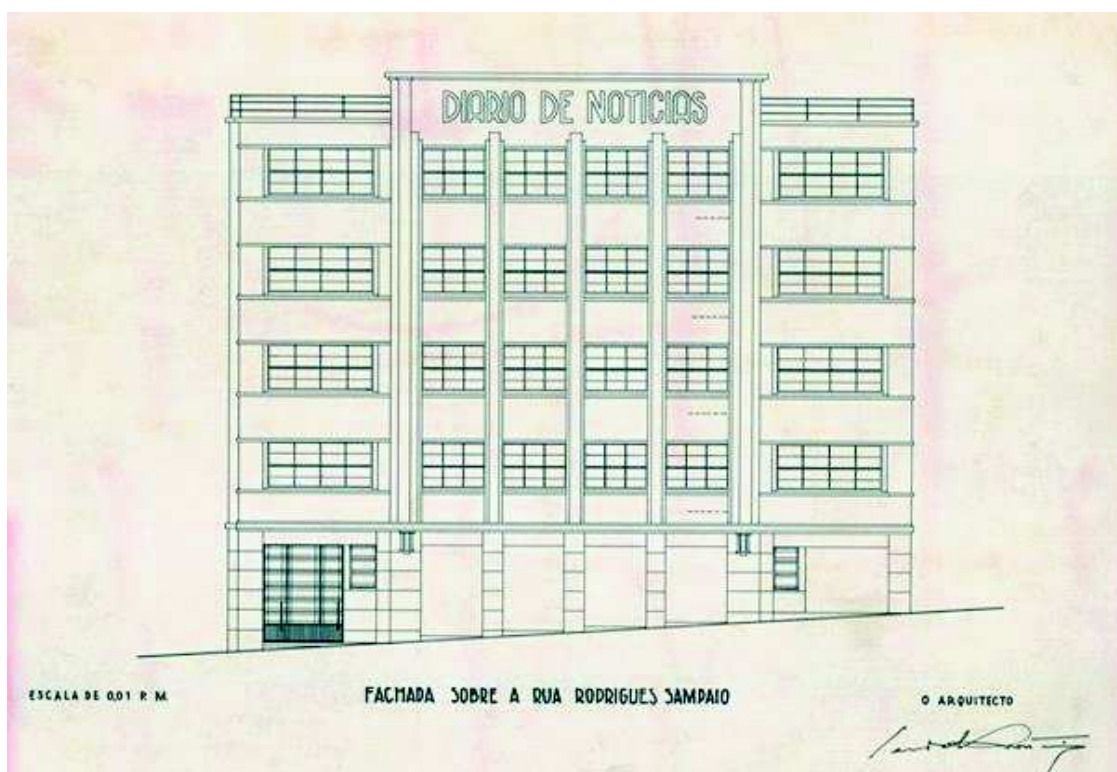


Figura 16 Fachada sobre a rua Rodrigues Sampaio Fonte: Arquivo municipal de Lisboa

4.1. Patologias e Dissonâncias

4.1.1. Patologias genéricas

O edifício do Diário de Notícias está num grau de conservação que se pode concluir de muito bom, considerando o seu funcionamento contínuo desde a sua inauguração em 1940 e o trabalho nele realizado durante períodos diários longos, avançando pelas noites.

A sua traça original está quase intacta, considerando-se porém, de uma forma geral, apresenta as seguintes patologias que denotam o uso regular e contínuo, a falta de conservação, mas também a excelente qualidade da maioria dos materiais de revestimento aplicados:

- Os panos de peito da fachada principal no R/C têm as forras de pedra de revestimento fendilhadas e lascadas (Fig.17);
- A porta giratória de entrada apresenta-se com os acabamentos de madeira envernizada e metálicos em mau estado, acusando desgaste pelo uso e as ferragens estão oxidadas a necessitarem de revisão ou substituição (Fig.18);



Figura 17 Pano de peito na fachada principal Fonte: Fotografia própria



Figura 18 Pormenor da porta giratória
Fonte: Fotografia própria



Figura 19 A pala de tardo de betão armado Fonte: Fotografia própria



Figura 20 Revestimento de mármore nas escadas Fonte: Fotografia própria

- A bomba da escada principal tem os revestimentos de mármore deteriorado em diversos locais e as guardas metálicas precisam de reparação e pintura (Fig.20);
- A pala de tardo de betão armado sobre as entradas do R/C apresenta repasses de água e armaduras de aço oxidadas (Fig.19);
- Toda a caixilharia metálica de aço cromado da fachada principal necessita de reparação, incluindo as ferragens, acusando desgaste pelo uso (Fig.21);

- A caixilharia metálica interior necessita de reparação das ferragens e de pintura (Fig.22);



Figura 21 Caixilharia de aço cromado Fonte: Fotografia própria



Figura 22 Caixilharia metálica interior Fonte: Fotografia própria



Figura 23 Soleira da entrada - Fonte: Fotografia própria

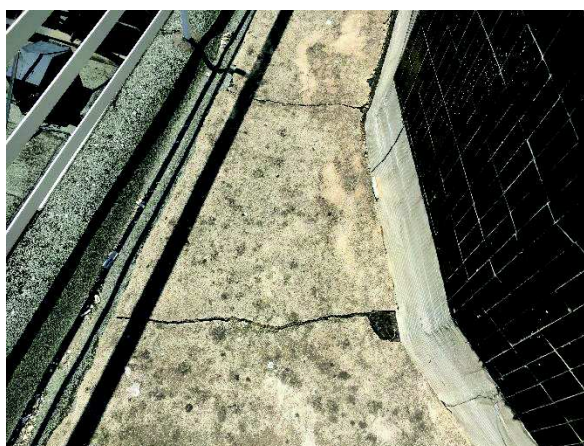


Figura 24 Impermeabilização de terraço Fonte: Fotografia própria

- Os degraus das escadas interiores e a soleira da entrada principal apresentam os cobertores gastos pelo uso (Fig.23);

- As impermeabilizações de terraços estão deterioradas e as telas de alumínio de remate e/ou de cobertura estão deterioradas e envelhecidas; as telas de borracha butílica também estão deterioradas e envelhecidas (Fig.24);



Figura 25 Parede exterior revestida por tela de alumínio
Fonte: Fotografia própria



Figura 26 A cúpula de metal do terraço Fonte: Fotografia própria

- Existem paredes exteriores revestidas por telas de alumínio para se evitarem mais infiltrações para o interior, que também já estão envelhecidas (Fig.25);
- A cúpula ou lanternim de metal e vidro do torreão da fachada principal tem a estrutura completamente deteriorada e oxidada, os elementos da armadura de betão armado oxidados, os caixilhos também oxidados e o revestimento de pequenos azulejos vidrados em mau estado, com alguns já soltos (Fig.26);



Figura 27 Pintura das paredes exteriores com enfolamentada - Fonte: Fotografia própria



Figura 28 Pormenor da pintura no hall da entrada Fonte: também deteriorada - Fotografia própria

- As pinturas das paredes exteriores apresentam enfolamentos do filme de recobrimento em todas as fachadas assim como na empena norte, onde já há falhas da tinta e os rebocos também já estão afetados(Fig.27);
- Existe vegetação parasitária nas coberturas dos terraços;
- A pintura a fresco da autoria de Almada Negreiros no grande hall da entrada do R/C apresenta alguma deterioração, precisando de restauro (Fig.28);
- A ventilação do PT na cave é deficiente;
- A instalação elétrica precisa de revisão, assim como as redes de águas e de esgotos.

4.1.2. Dissonâncias genéricas

As dissonâncias encontradas representam algumas obras efetuadas ao longo da vida do edifício, grande parte delas realizadas sem qualquer licenciamento

- As bandeiras fixas das montras da fachada principal estão obturadas pela face interior;
- A métrica das folhas das montras da fachada principal foi alterada no ritmo dos pinásios (Fig.29);
- Foi introduzido ar condicionado no terraço (último piso), agora vedado com caixilharia, através de unidades “split”, tendo-se criado um passadiço metálico sobre um dos pátios interiores para manutenção desta aparelhagem (Fig.30);
- Foram colocados estores exteriores nos vãos exteriores das fachadas (Fig.31);
- Foram introduzidas grelhas de tomada de ar/ventilação em cada pano de peito das janelas da fachada principal (Fig.31);
- Existem cablamentos exteriores e tubos de drenagem de águas de condensados espalhados pelos alçados (Fig.33);



Figura 29 A métrica das folhas de montra
Fonte: Fotografia própria



Figura 30 Ar Condicionado no terraço
Fonte: Fotografia própria

- O terraço superior, inicialmente aberto, foi vedado pelo exterior com caixilharia de alumínio, constituindo atualmente um amplo gabinete de trabalho, assim como as galerias exteriores deste piso que também foram vedadas com caixilharia de alumínio anodizado (Fig.32);
- Foi criada uma laje assente em estrutura metálica de entrepiso na altura da cave, para se criar mais estacionamento (Fig.34);
- A fachada de tardoz apresenta diversos condicionadores de ar, tipo “split” (Fig.31);
- As caixilharias de alumínio anodizado nas fachadas sobre os pátios e sobre a Rua Rodrigues Sampaio não obedecem à morfologia original, nem em qualidade nem em desenho (Fig.31-31);
- Parte dos tetos falsos originais sanqueados foram alterados;
- Idem quanto a portas interiores;
- Foi construído no último piso, no terraço, no lado nascente, um compartimento para a instalação da maquinaria do ar condicionado;
- As condutas de admissão e de extração do sistema de ventilação/ar condicionado estão fortemente oxidadas;



Figura 31 Alçado sobre a rua R.Sampaio
Fonte: Fotografia própria

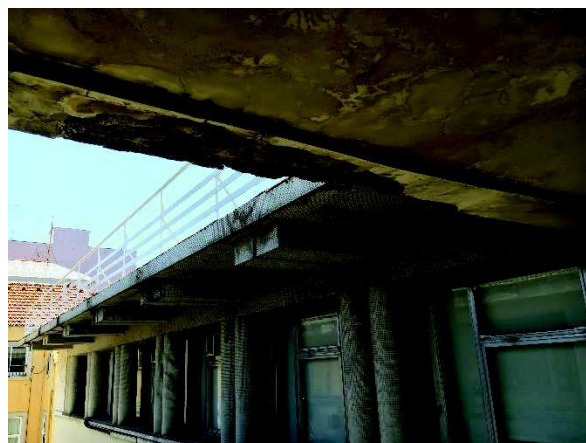


Figura 32 Terraço coberto com a caixilharia
Fonte: Fotografia própria

- Foram introduzidas novas portas, lisas, em compartimentos interiores, assim como alguns pavimentos flutuantes sobre os pavimentos originais;
- Foram introduzidos tetos falsos sob os tetos originais em diversos compartimentos.
- Conduitas exteriores de ar condicionado/ventilação em mau estado de conservação nos traçados exteriores (Fig.33)



Figura 33 Terraço coberto Fonte: Fotografia própria

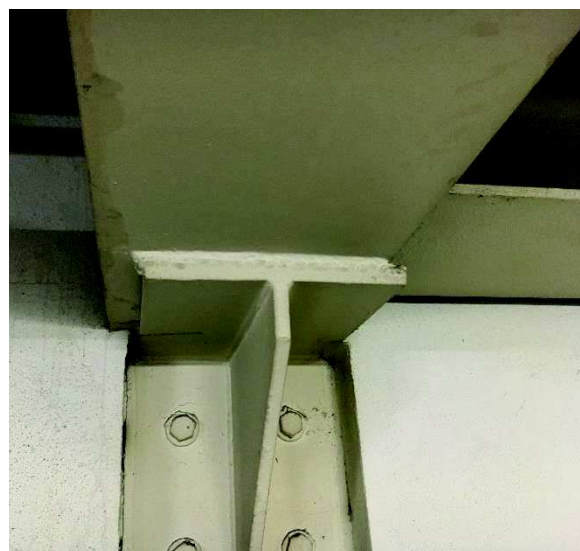


Figura 34 Elemento da estrutura metálica da cave
Fonte: Fotografia própria

5 - Proposta de reabilitação

A nossa proposta de reabilitação terá de analisar em primeiro lugar as patologias existentes no edifício assim como as dissonâncias também existentes, uma oportunidade para conferir ao edifício as qualidades necessárias para mais um período de vida. O uso, embora intenso e contínuo, tem vindo a ajudar a conservar todo o edifício e as patologias existentes devem-se mais a uma falta de conservação e cansaço dos materiais utilizados que poderão ter chegado ao seu final de vida.

5.1 – Patologias em revestimentos

Rebocos:

- Fachada sul - Existem despreendimentos na camada superficial do reboco notando-se uma forte presença de fungos (Fig.27);
- Ao nível do piso 0 existem desprendimentos de rebocos devido à subida de águas por capilaridade;
- Fissurações generalizadas por todos os paramentos rebocados;
- Na fachada principal deve-se retirar a caixa contentora das grades metálicas que fecham os vãos substituir as forras de lios danificadas aquando da instalação das mesmas.

Lambris para manter as decorações são para manter, edifício vive, o pior é ser abandonado, reversibilidade com as alterações mais pequenas possíveis!

Corredores ficam como estão os painéis estão para manter, novo uso surge das preexistências. Os humanos gostam de construir, e trocam os usos dos espaços iniciais. Reabilitação pressupõe preservar as preexistências. Ao longo do tempo não há destruição dos elementos fundamentais houve adaptação dos espaços.

Infiltrações e pintura empolada e em desagregação. Solução selar as juntas das pedras com silicone picar a parede nas zonas afetadas (parcialmente e/ou integralmente) voltar a Rebocar com argamassa de cimento e cal hidráulica e pintar com tinta plástica a base de água de cor a definir.

- Infiltrações de água no último piso proveniente da cobertura em terraço.
- Fissuração de algumas peças de betão armado com corrosão de armaduras e delaminação do betão;
- Picagem das partes deterioradas limpeza das armaduras pintura epoxidica acabamento com argamassa a 1 para 4 e assentamento de um capeamento de pedra balanceado para ambos dos lados da parede substituição integral da tela do alumínio;

5.2 - Novo Uso

O programa de reabilitação deste edifício destinado a um Centro Empresarial e de Escritórios teve em conta as instalações existentes que se terão de aproveitar tanto quanto possível e introduzir novas compartimentações ligeiras onde se tornar necessário, dada a dimensão das áreas em causa.

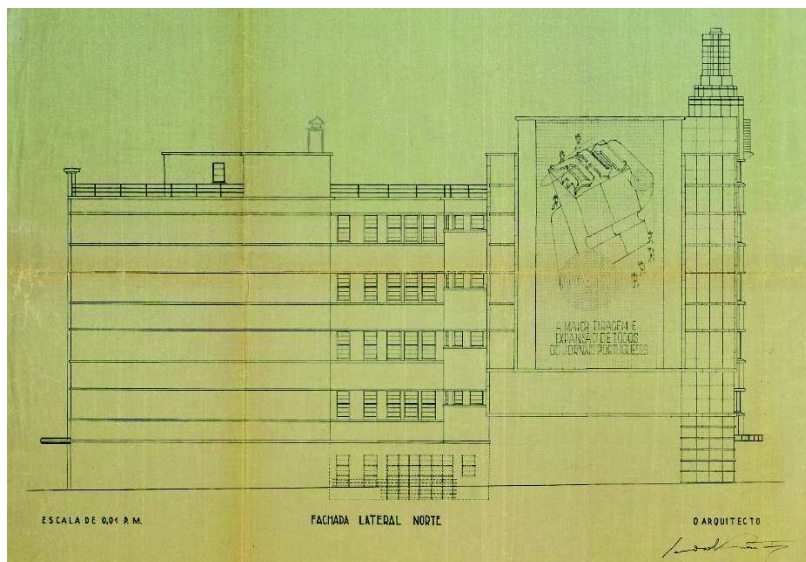


Figura 35 Folha 126 do Proc. 10460 de 1936 Fonte: Arquivo municipal de Lisboa

Desde o processo inicial que se propôs a criação de um terraço coberto, tipo alpendre, no último piso para a realização de eventos do jornal e para fruição da cidade de Lisboa, que pode ser vista e admirada de um dos pontos mais altos da cidade.

Em 1939, pelo processo nº13634/1939, foi autorizada a construção de um refeitório no último piso, alterando então a morfologia inicial de projeto do edifício e a sua fachada na Rua Rodrigues Sampaio.

Em 1940, logo após a sua inauguração, este edifício da autoria do arquiteto Porfírio Pardal Monteiro, recebeu o Prémio Valmor.

Em 1954 foi autorizada a construção de um piso intermédio de galeria na zona sul do edifício junto à fachada da Rua Rodrigues Sampaio.

Em 1959 foi instalado um ascensor na fachada Norte do edifício.

Em 1973, com deferimento camarário, deu-se a construção/alteração de balneários/vestiários na cave. Desta intervenção resulta a criação de um piso intermédio sobre os vários compartimentos constituintes dos balneários.



Figura 36 Foto de iluminação da Publicidade nas fachadas norte e poente. Fonte: www.pbase.com

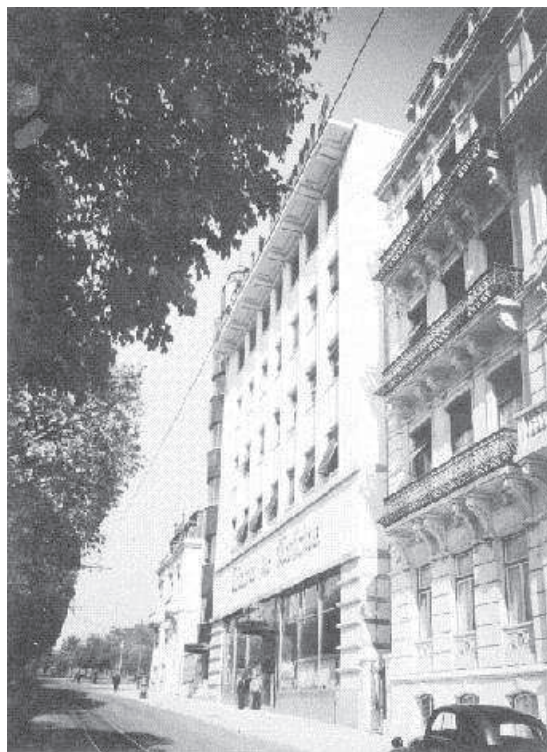


Figura 37 Foto anterior a 1944 de Fernando Martins Pozart. Fonte: <http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.pt/>

Desde 1986 que o edifício foi classificado como imóvel de interesse público, classificação atribuída através do Decreto n.º 1/86, DR, I Série, n.º 2, de 3-01-1986.

Este edifício de Arquitetura Industrial Moderna foi o primeiro edifício moderno da Avenida da Liberdade e o primeiro edifício a ser projetado de raiz para albergar um jornal.

O imóvel obteve a sua classificação principalmente por apresentar uma linguagem monumentalista seguindo as tendências inovadoras e modernistas da época. Conseguiu, assim, um equilíbrio entre os fatores estético, funcional e construtivo. Na sua classificação destacam-se também os elementos decorativos utilizados, nomeadamente os frescos da autoria de Almada Negreiros localizados no hall e vestíbulo principal (“Grande Planisfério” e “Quatro Alegorias a Portugal e à Imprensa”)

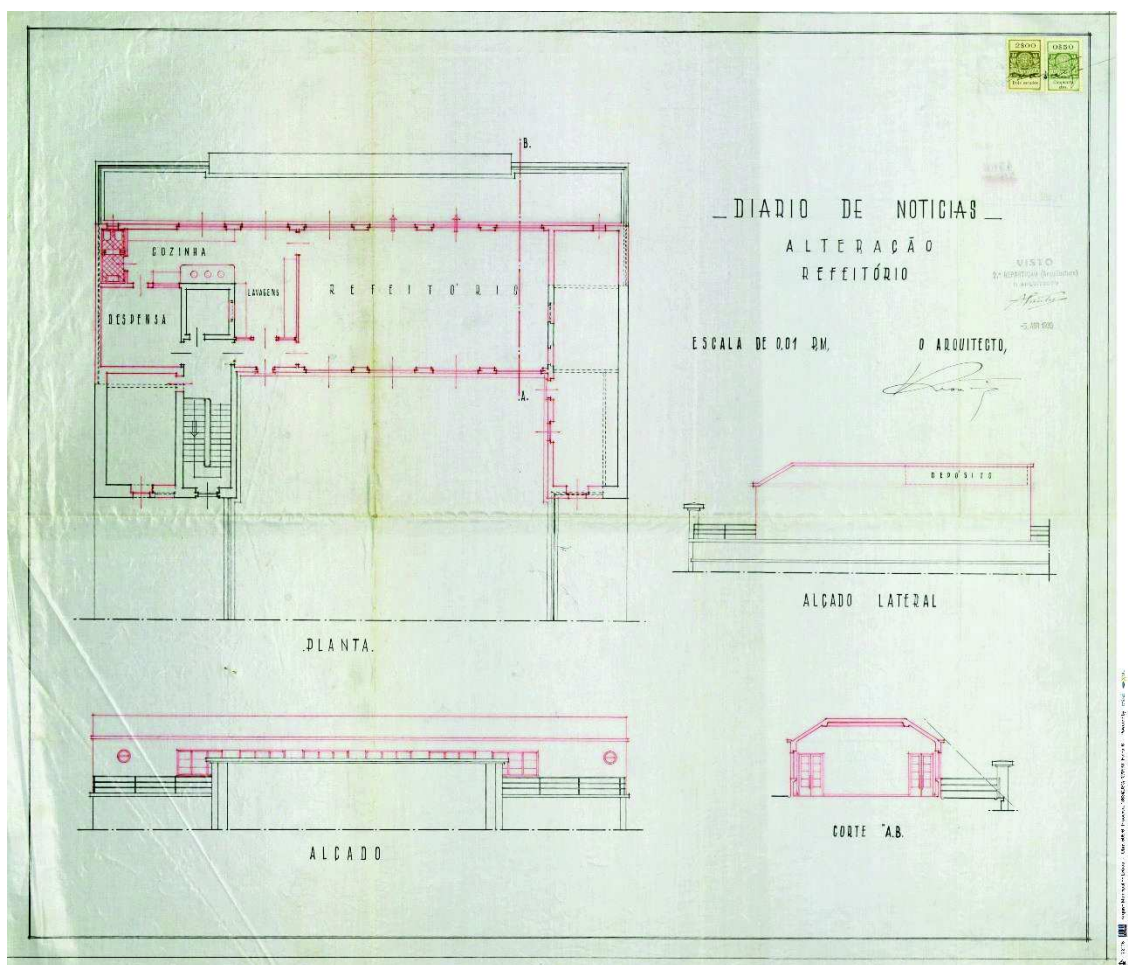


Figura 38 Folha 6 do Proc.13684 de 1939. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

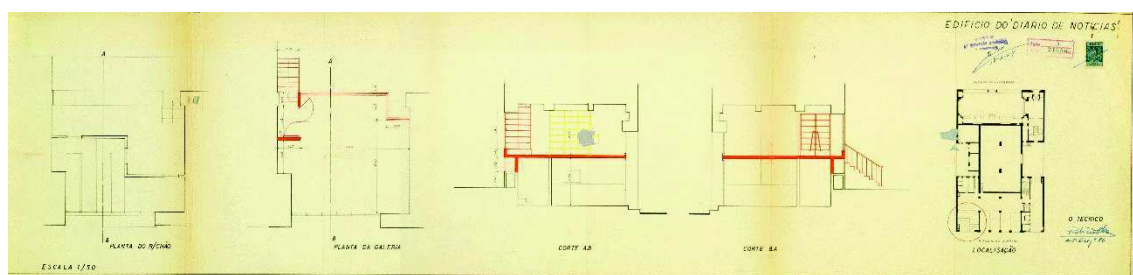


Figura 39 Folha 3 do Proc.21090 de 1954. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

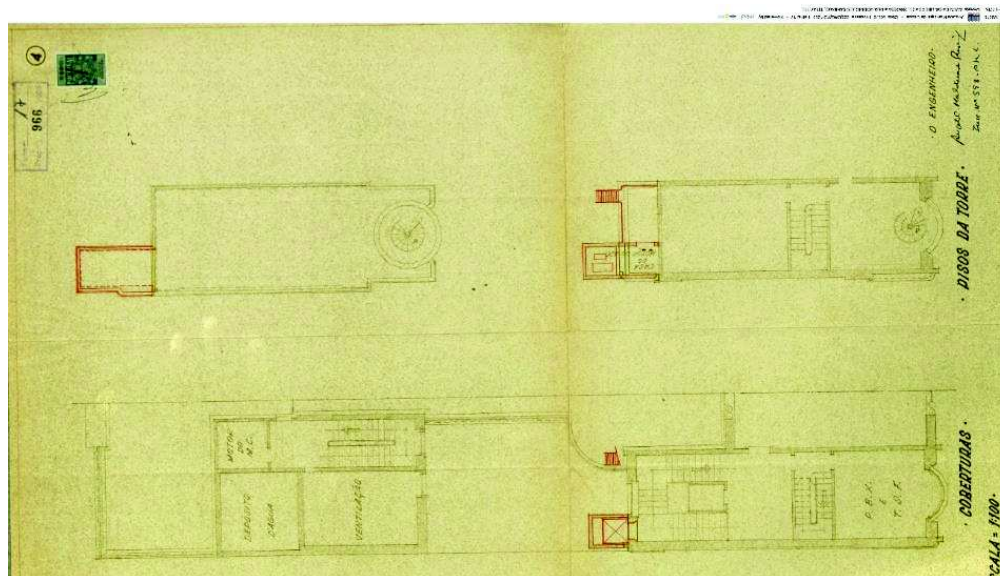


Figura 40 Folha 5 do Proc.3692/OB/1973. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

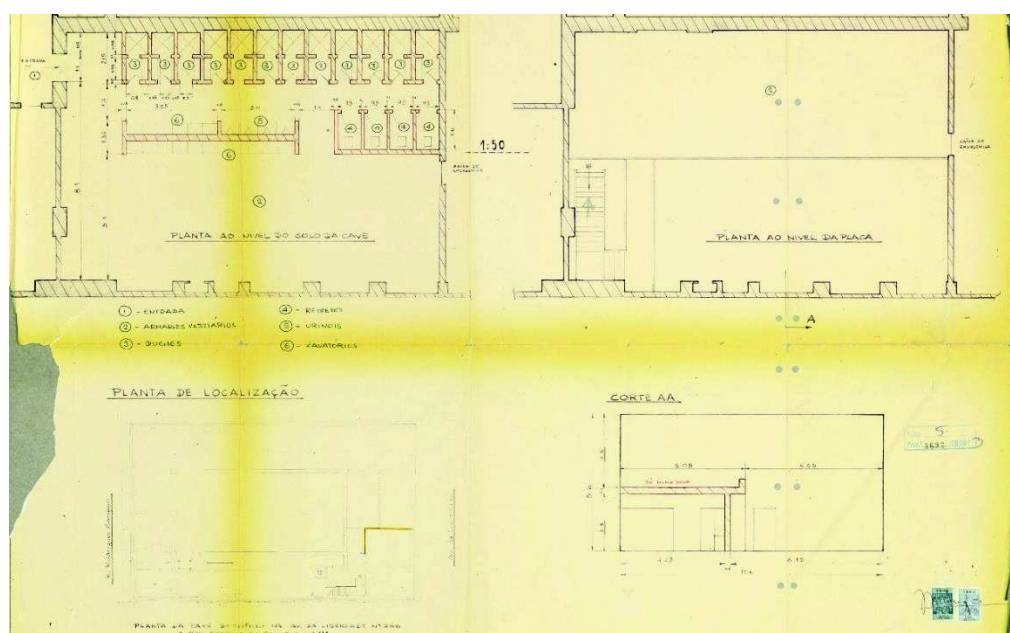


Figura 41 Folha 5 do Proc.3692/OB/1973. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

Em 1997, no processo nº3066/OB/1997 foi apresentado um pedido para o fecho do terraço no último piso com o intuito de resolver problemas de infiltração. Tal intenção foi indeferida e foi solicitada a reposição dos vãos do piso térreo da fachada principal que alegadamente haviam sido alterados sem autorização em 1991.

De uma forma geral, a presente proposta demonstra um enorme respeito pela obra do arquiteto autor do projeto pelo que se pretende a manutenção da linguagem e imagem do imóvel querendo apenas reorganizá-lo interiormente de forma a criar frações independentes e dotá-lo das características técnicas, funcionais e estéticas adequadas aos usos propostos para cada uma das diferentes frações: escritórios e

comércio. Neste sentido, torna-se também deveras importante a criação/legalização do estacionamento interior.



Figura 42 Painel de Almada Negreiros na entrada do edifício do Diário de Notícias, 1944 . Fonte: http://www.dn.pt/inicio/artes/interior.aspx?content_id=3151798

De facto, pretende-se reabilitar o edifício, tornando o mesmo interessante e rentável para um investidor, evitando-se o abandono e a consequente degradação do património, atribuindo um uso efetivo (e de acordo com a procura atual) ao edificado e requalificando a cidade de Lisboa.

5.3 – Programa - Pisos

1. Piso - 2 (Cave)

Este piso, para além de 34 lugares de estacionamento que se conseguirão (em vez dos atuais 23), destina-se também a arrecadações privativas às frações, a áreas técnicas e aos acessos verticais.

O acesso automóvel é feito através de dois elevadores monta-carros que se pretende legalizar e que, portanto um deles se manterá. As diversas áreas técnicas já se encontram em funcionamento, tais como a Casa das Máquinas, a Cabine de Alta Tensão, Quadro Geral e UPS.

São criadas duas novas escadas que permitirão ligar os pisos de estacionamento. A criação dessas escadas é fundamental, pois as escadas originais apenas fazem a ligação entre os pisos originais - 2 e 0. Atualmente, só se tinha acesso o piso -1 (intermédio) pelo exterior através de uma rampa ilegal e pelo elevador 2, que se pretende demolir. Assim sendo, a única solução viável é que o acesso ao piso -1 seja feito passando pelo piso - 2, que é o piso que tem ligação direta aos acessos principais.

Para além do novo conjunto de elevadores que faz a ligação dos pisos - 2 ao 5, propõe-se que o elevador 1 não faça apenas a ligação entre os pisos 0 e 5, como também ao - 2 (estacionamento).

2. Piso -1 (Piso intermédio)

Este piso intermédio existe atualmente, apenas no núcleo central do edifício e na faixa junto à Avenida da Liberdade. Pretende-se portanto a legalização deste piso tal como se encontra atualmente, bem como a criação de uma laje de ligação entre o monta-carros e o estacionamento, permitindo assim o acesso do mesmo aos pisos inferior e superior.

Propõe-se ainda a ampliação deste piso para uma área maior, no sentido de rentabilizar a área disponível para estacionamento, e sempre que os elementos pré-existent, nomeadamente a inexistência de programa funcional relevante ou a existência de um pé-direito viável, o permitirem.

Abaixo da cota de soleira foi criado um piso intermédio, que se pretende manter, destinado a estacionamento. Na cave, existem atualmente 33 lugares de estacionamento, e é possível obterem-se 57 lugares que, dada a escassez de estacionamento nestes eixos, se apresentam como uma clara maior valia para este edifício. A organização escolhida opta pela lógica dos lugares duplos, no sentido de rentabilizar a área disponível e oferecer o número de lugares razoável por exatários.

Propõe-se a legalização dos pisos de estacionamento privativo criados pelo atual proprietário e para além disso pretende-se criar uma nova laje de ligação entre o monta-carros e o piso -1, intermédio, já construído. Esta ligação permitirá que não seja necessário legalizar a rampa de acesso já existente, propondo apenas legalizar o monta-carros, que será assim o único acesso de entrada para o estacionamento. O monta-carros permitirá o acesso aos dois pisos de estacionamento que são acedidos

por uma das antigas garagens individuais na Rua Rodrigues Sampaio através do monta-carros.

A rampa hoje existente será removida.

À exceção do corpo paralelepípedo do lado da Avenida da Liberdade, o piso de cave (atual - 2) será destinado a estacionamento cujo acesso é feito pela porta de garagem central da fachada da Rua Rodrigues Sampaio do elevador monta-carros.

A faixa junto à Avenida da Liberdade destina-se a armazém para a Loja.

3. Piso Térreo – R/C: Acessos e Comércio

Este piso destina-se essencialmente a acessos e comércio. É através deste piso que se faz a distribuição para todo o edifício.

É importante realçar o facto de este piso já se encontrar totalmente alterado em relação ao projeto original. Um dos pontos relevantes a abordar é a legalização e reconversão das lajes hoje existentes, assentes em estruturas metálicas. No espaço central deste piso existia um vazado (pé-direito do piso - 2), necessário à antiga função e que albergava maquinaria de grande dimensão. Esse vazado foi fechado com uma laje, que permitiu a ocupação total do piso. Pretende-se a legalização da mesma, no sentido de viabilizar o projeto e por não se justificar já a solução referente ao projeto original. No entanto, propõe-se a reposição de outras lajes à cota original, referentes aos espaços perimetrais do edifício que também foram alteradas sem projeto licenciado, nomeadamente onde se encontra hoje a rampa de acesso ao piso -1.

Como explicado anteriormente, este piso será preferencialmente destinado a comércio com a criação de um espaço comercial de dimensão generosa. A Loja, com frente para a Avenida da Liberdade e para a Rua Rodrigues Sampaio, tem cerca de 963.97 m² de área neste piso.

O espaço de logradouro neste piso encontra-se fechado, pois foi nele instalado um auditório. Não se pretende manter o auditório mas pretende-se legalizar a cobertura criada, que transformou este espaço em espaço interior coberto pois esta será uma área deveras importante para a configuração e distribuição na loja

O acesso para os pisos superiores (destinados a vários usos) é garantido pelas duas frentes do edifício. A entrada principal pela Avenida da Liberdade prevê a manutenção

integral do átrio existente com os seus elementos marcantes como a porta giratória, o painel artístico de Almada Negreiros, etc.

É relevante mencionar a necessidade técnica de separar os dois usos neste piso, escritórios e comércio, o que justificou o facto de se fecharem alguns vãos nos espaços interiores de acessos.

No piso 0, é criada uma porta no vão da zona de acesso aos escritórios. Apesar do vão ser mantido, será introduzido outro tipo de porta que substitua o portão de garagem. Essa substituição é justificada pelo facto de não ser necessário mais do que um portão de garagem, visto que não se pretende legalizar a rampa atualmente existente, pretendendo-se a sua remoção, localizando nesse espaço uma entrada independente para a escritórios.

Propomos a abertura de vãos na parede, inferiormente ao painel de Almada Negreiros no átrio principal, e para isso foi realizado um estudo académico, pelo que se pode garantir que esta abertura de vãos não terá qualquer consequência no painel. Essa abertura é crucial para o aumento da área de loja e será feita tendo em consideração a manutenção integral desse mesmo painel. É um objetivo inerente à nossa proposta a preservação de todos os elementos com valor no imóvel. O facto de ficar parcialmente suspenso poderá ainda conferir-lhe mais protagonismo.

Para este espaço é ainda proposta a introdução de umas novas escadas que assegurem a ligação deste piso ao piso -1, o que permitirá ligar a loja ao armazém da mesma e viabilizar o espaço destinado a comércio.

4. Piso 1 (Sobreloja)

Este piso destina-se essencialmente a escritórios, sendo a mezanine existente na galeria está abrangida pela Loja, apesar do seu encerramento relativamente à escritórios.

O programa define-se por acessos verticais, e escritórios equipados com uma zona comum de receção, zona de espera, salas de reunião, copa e instalações sanitárias.

A estratégia utilizada neste piso é a mesma utilizada nos restantes: demolir sempre que possível os elementos construídos sem projeto licenciado e que causem dissonâncias, manter e preservar o máximo de elementos originais, repor sempre que possível elementos originais já demolidos de acordo com o projeto original, e introduzir

novos elementos, nomeadamente pavimentos, tetos, paredes, sanitários e equipamentos, que permitam separar e compartimentar os escritórios, viabilizar o projeto e a alteração de uso e função.

É de salientar que propomos a reposição do pátio a Sudoeste, de acordo com o projeto original, e que atualmente se encontra ocupado como espaço interior.

Pretende-se legalizar a laje criada, que faz com que o pátio a Norte comece apenas a partir deste piso.

5. Piso 2

Este piso destina-se a escritórios.

O programa define-se por acessos verticais, e escritórios equipados com uma zona comum de receção, zona de espera, salas de reunião, copa e instalações sanitárias.

A estratégia utilizada neste piso é a mesma utilizada nos restantes: demolir sempre que possível os elementos construídos sem projeto licenciado, manter e preservar o máximo de elementos originais, repor sempre que possível elementos já demolidos, de acordo com o projeto original, e introduzir novos elementos, nomeadamente pavimentos, tetos, paredes, loiças sanitárias e equipamentos, que permitam separar e compartimentar os escritórios, viabilizar o projeto e a alteração de uso e função.

É de salientar que propomos a reposição dos pátios a Sudoeste e central, de acordo com o projeto original, e que atualmente se encontram ocupados como espaços interiores.

6. Piso 3

Este piso destina-se a escritórios.

O programa define-se por acessos verticais, e escritórios equipados com uma zona comum de receção, zona de espera, salas de reunião, copa e instalações sanitárias.

A estratégia utilizada neste piso é a mesma utilizada nos restantes: demolir sempre que possível os elementos construídos sem projeto licenciado, manter e preservar o máximo de elementos originais, repor sempre que possível elementos já demolidos, de acordo com o projeto original, e introduzir novos elementos, nomeadamente pavimentos, tetos, paredes, loiças sanitárias e equipamentos, que permitam separar e compartimentar os escritórios, viabilizar o projeto e a alteração de uso e função.

É de salientar que propomos a reposição do pátio a Sudoeste, de acordo com o projeto original, e que atualmente se encontra ocupado como espaço interior.

7. Piso 4

Este piso destina-se a escritórios.

O programa define-se por acessos verticais e escritórios equipados com uma zona comum de receção, zona de espera, salas de reunião, copa e instalações sanitárias.

A estratégia utilizada neste piso é a mesma utilizada nos restantes: demolir sempre que possível os elementos construídos sem projeto licenciado, manter e preservar o máximo de elementos originais, repor sempre que possível elementos já demolidos, de acordo com o projeto original, e introduzir novos elementos, nomeadamente pavimentos, tetos, paredes, loiças sanitárias e equipamentos, que permitam separar e compartimentar os escritórios, viabilizar o projeto e a alteração de uso e função.

8. Piso 5

Este piso destina-se a escritórios e restauração e como tal exige um maior cuidado na intervenção.

Conforme indicado anteriormente, neste piso pretende-se legalizar o fecho parcial do terraço, assim como o fecho de todo o volume central do edifício. O programa inclui também os acessos verticais, para além dos escritórios, pretende-se organizar um restaurante com a vista privilegiada para Avenida de Liberdade.

A estratégia utilizada neste piso é a mesma utilizada nos restantes: demolir sempre que possível os elementos construídos sem projeto licenciado, manter e preservar o máximo de elementos originais, repor sempre que possível elementos já demolidos, de acordo com o projeto original, e introduzir novos elementos, nomeadamente pavimentos, tetos, paredes, loiças sanitárias e equipamentos, que permitam separar e compartimentar os escritórios, viabilizar o projeto e a alteração de uso e função.

No entanto, neste piso só serão demolidos os elementos ilegais sem qualquer valor arquitetónico e/ou decorativo, e danosos à imagem do edifício, pois pretende-se a legalização da cobertura do espaço central e da sua extensão à cobertura do terraço e da estrutura que a suporta, por exemplo.

O volume central a legalizar, terá uma linguagem que se destaca do projeto original, com planos de vidro de dimensão considerável nas suas fachadas.

Relativamente à ocupação parcial do terraço, será o menos intrusiva possível, e resulta no fechamento dos escritórios com planos de vidro, pelo interior das fachadas pré-existentes.

5.4 - Alçados

Para as fachadas propõe-se, essencialmente, devolver o edifício à sua configuração original.

Fachada principal - Na Av. da Liberdade, no piso térreo, serão substituídas as caixilharias com 5 folhas em cada um dos grandes vãos da loja por caixilharia de 3 folhas conforme projeto original. Em todos os pisos, as grelhas de climatização existentes na fachada ao longo dos vários pisos serão suprimidas.

No piso 5 será retirada a caixilharia ilegal que encerra o terraço para eventos do jornal que voltará a funcionar como terraço ao longo de 2.8 m de profundidade, coberto mas não encerrado, sendo proposta uma ocupação parcial deste volume, ocupação que se torna assim invisível desde o passeio nascente do eixo principal da Av. da Liberdade

Será também realizada uma limpeza, refecimento de juntas, tamponamento de furações existentes na pedra e nos mosaicos.

Todas as caixilharias desta fachada serão para substituir por outras de igual desenho e material (aço cromado), e que terão vidro duplo e membrana acústica tipo Saint Gobain Silence.

Fachada posterior - Na rua Rodrigues Sampaio ao nível do piso térreo será suprimida a porta de garagem que dá acesso por rampa ao estacionamento no piso -1, sendo esta substituída por uma nova porta replicando a porta existente a Norte.

Todas as caixilharias dos pisos superiores na rua Rodrigues Sampaio foram alteradas não sendo, portanto, as originais (solução em alumínio anodizado cinza, hoje em mau estado de conservação). Estas janelas serão substituídas por novas no material original, caixilharia de aço cromado, com a métrica do projeto original, mas usando a tecnologia do vidro duplo.

No piso 5 pretendemos legalizar parte da volumetria interior, já construída, assumindo a mesma como uma solução atual. Esta volumetria não é visível em nenhum caso dos arruamentos exteriores.



Figura 43 Fotografia do imóvel que mostra o fecho do terraço no 4º andar (piso 5 – 2015) . Fonte: Fotografia Própria

As caixilharias interiores que ladeiam os saguões e pátios serão também para substituir por outras de aço cromado, com a métrica e desenho originais, mas suportando vidro duplo

Na empena a Sudoeste o saguão do projeto original desenvolvia-se até ao piso 0, tendo sido fechado até ao piso 3.

Nesta intervenção vamos libertar de novo o saguão, demolindo a construção ilegal existente, voltando ao projeto original.

O mesmo será feito quanto ao miolo construído no piso 2 (foi adicionado um piso, no interior do pátio) que se pretende demolir restituindo a solução original.

No que se refere à empena a Nordeste foi coberto o saguão no piso 0 (sobre o atual auditório). Pretende-se legalizar este elemento uma vez que não interfere na imagem de conjunto.

Pretende-se também limpar a fachada da Rua Rodrigues Sampaio de todos os aparelhos de ar-condicionado colocando-os na cobertura em terraço ou ligando todo o edifício a uma rede centralizada com comando local individual.

Intervenção no interior - generalidades:

A intervenção proposta visa três aspetos principais: a legalização de dois volumes adicionais hoje existentes, uma vez que não afetam a arquitetura original e serão necessários para o futuro uso, a criação de escritórios de qualidade com o intuito de fixar população nesta zona central da cidade, e o desenvolvimento de uma loja no piso 0, com acesso pela Avenida da Liberdade.

A tentativa de respeitar e manter o máximo número de elementos transparece na solução descrita e apresentada, como por exemplo, na manutenção dos vários acessos verticais deste imóvel, na preservação do átrio de entrada a Norte passando o mesmo a ser a entrada principal de acesso aos escritórios. Também se pretende manter todas as paredes limítrofes e objetos de valor artístico no grande átrio central onde será instalado um estabelecimento comercial.

O único acesso vertical que se pretende suprimir nos pisos superiores é o elevador junto à Rua Rodrigues Sampaio, pois a sua localização comprometerá a organização interior dos escritórios deixando o espaço pouco fluído, algo pouco apelativo para os parâmetros de mercado para aluguer ou venda de gama média/alta como o que aqui se pretende realizar.

Para compensar este acesso vertical retirado, são criados dois elevadores acessíveis de acesso aos pisos superiores de habitação.

O interior em todos os pisos está compartimentado ao longo dos corredores, com divisórias com cerca de 1,00 metro de altura, revestidas por mármore polido e tampos de basalto polido em ambas as faces, e envidraçados com caixilharias de aço cromado, o que garantiu e garante uma riqueza de pormenor e de arquitetura de interiores verdadeiramente notável. Todas estas divisórias se manterão, integrando-se no estudo de conjunto e obrigando a soluções modernas compatíveis com a solução do arquiteto autor do projeto original. Os tetos ou são estucados com sanqueados ou nos locais mais nobres, tem teto falso, eventualmente feitos de estafe com sancas decorativas e de iluminação ao gosto da época, que se manterão.



Figura 44 Fotografia do imóvel que mostra o acesso ao elevador monta-carros, 2015. Fonte: Fotografia Própria

5.5 Descrição da intervenção no interior:

Toda a morfologia interna pode ser descrita numa forma genérica, como uma sucessão de espaços, horizontais e verticais subdividido com paredes e divisórias de alvenaria de tijolo e tetos falsos de estafe estucado ou estucados diretamente às lajes de betão armado. Parte da iluminação está encastrada ou escondida em sanqueados ao gosto da época da sua construção, salvo nas circulações, e nem todas (exceto a zona industrial de impressão, p. ex.) e nos pisos enterrados e ainda, com divisórias interiores em circulações e gabinetes ricamente decoradas com liós polido e basalto também polido, fazendo balcão, suportes excelentes para a compartimentação vidrada que lhe está superior suportada por caixilharia de aço cromado e que se propõe manter na íntegra.

Por se tratar de uma reabilitação/ampliação de edifício existente, esta intervenção enquadra-se no Regime Excecional para a Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 53/2014) ficando, assim, isenta da necessidade de cumprimento da legislação referente às acessibilidades.

Por se manterem as fachadas existentes na sua íntegra, torna-se tecnicamente inviável o cumprimento de todas as condicionantes do Regulamento de resíduos sólidos da cidade de Lisboa, nomeadamente no que diz respeito à dimensão dos vãos e à ventilação. No entanto, caso necessário, poder-se-ão adotar medidas compensatórias numa fase futura. Foram criados compartimentos dos lixos no piso 0,

um integrado na área da loja e o compartimento dos lixos relativos aos escritórios foi integrado na área de acessos aos mesmos, sendo possível conduzir os contentores ao arruamento da Rua Rodrigues Sampaio.

a) Alteração do uso

De acordo com o nº5 do Anexo I da Portaria nº 113/2015 de 22 de Abril propõe-se a divisão e compartimentação deste edifício em frações e a sua alteração de uso, embora a vocação original estivesse já afetada, em parte, ao novo uso que se propõe, dotando-o de características técnicas, funcionais e estéticas adequadas. Aproveita-se ainda esta oportunidade para a possível legalização de um conjunto de obras realizadas ao longo dos anos pelo atual proprietário.

Nas últimas décadas Lisboa tem-se desenvolvido à imagem das grandes capitais europeias estando a Avenida da Liberdade a afirmar-se cada vez mais como um eixo dedicado ao retalho icónico e de qualidade.

De facto, a avenida de largo perfil e arborizada, apresenta-se como uma área cosmopolita, com as suas esplanadas, pavimento em calçada à portuguesa, existência de bancos de jardim para repouso e fruição e outros equipamentos urbanos. A grandiosidade do conjunto arquitetónico edificado que se procura preservar são os fatores que em conjunto provocaram esta mudança.

Este tipo de comércio funciona em grupo (clustter) sendo a condição principal de instalação, a existência de espaços adequados e de lojas concorrentes na mesma zona.

Concorrendo com os exemplos acima descritos, a Avenida da Liberdade será cada vez mais destinada ao comércio nas margens do arruamento e ao uso misto nos pisos superiores, neste caso concreto, escritórios apenas.

Num tempo em que muito do comércio de rua perdeu algo face ao conceito cultural de Centro Comercial, cabe também aos arquitetos e urbanistas procurarem uma solução de salvaguarda do comércio dito tradicional, mantendo vivo o centro da cidade.

A área a intervir encontra-se abrangida pela zona especial de proteção conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente. Além disso, trata-se de um Imóvel classificado como Imóvel de Interesse Público.

b) Caracterização da operação urbanística;

A presente proposta caracteriza-se pela reabilitação e ampliação controlada do edifício nº266 da Avenida da Liberdade, localizado no lado Nascente da mesma.

c) Enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis;

A proposta apresentada enquadra-se em espaço central e residencial no traçado urbano B consolidado. Localiza-se em zona cujo traçado urbano é planeado, organizado em quarteirão, caracterizado pela aplicação de planos ortogonais perfeitos de onde resultam linhas direitas e perpendiculares entre si, de acordo com o enquadramento do Plano Diretor Municipal de Lisboa.

Quanto ao uso do solo enquadra-se em área terciária de acordo com o Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zonas Envolventes.

d) Justificação das opções técnicas e da integração urbana e paisagística da operação;

Na presente proposta optou-se pela manutenção integral das fachadas de acordo com o projeto original, assim como os elementos de maior valor artístico do seu interior (os painéis de Almada Negreiros, por exemplo, a morfologia ou mapa de acabamentos interiores em pavimentos, paredes e tetos, o tipo de caixilharia agora adaptado à nova regulamentação térmica e acústica).

A ampliação da área edificada no último piso não é visível através da Avenida uma vez que o terraço do lado da Avenida da Liberdade sempre foi coberto e do lado da Rua Rodrigues Sampaio foi erigido um refeitório também no último piso. Estas duas particularidades fazem com que, visualmente, o edifício não se altere.

A criação de um piso intermédio para estacionamento e aproveitamento do piso enterrado para o mesmo destino tem também uma vantagem em termos da integração desta intervenção na sua envolvente minimizando o estacionamento no exterior. Desta forma, garante-se que não serão sobrecarregadas as vias rodoviárias e o escasso número de lugares de estacionamento com os veículos respeitantes aos que aqui irão habitar. É a atual cave que tem pé direito suficiente para se fazerem 2 pisos de estacionamento.

e) Indicação das condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente, incluindo com a via pública e as infraestruturas ou equipamentos aí existentes.

A proposta apresentada garante a continuidade com a sua envolvente, quer em termos de alinhamentos quer em termos de usos.

Ao nível funcional pretende-se a criação de estacionamento nos pisos enterrados, comércio no piso térreo e habitação nos pisos superiores.

O acesso ao estacionamento é feito através da Rua Rodrigues Sampaio, 111, aproveitando o facto de esta ser a rua onde as manobras de entrada e saída do estacionamento serão menos incomodativas ao tráfego e por os três vãos centrais do piso térreo desta fachada terem sido originalmente desenhados para garagens.

f) Programa de utilização das edificações, quando for o caso, incluindo a área a afetar aos diversos usos.

A intervenção será afeta aos usos de escritórios, estacionamento e comércio.

O edifício será dotado de dois pisos de estacionamento abaixo do nível do solo cuja entrada será efetuada Rua Rodrigues Sampaio. A área destinada a estacionamento é de 1482.1 m², num total de 55 lugares de estacionamento para automóveis.

No piso térreo pretende-se a criação de um espaço comercial, cuja arrecadação será em cave: a loja, com frente para a Avenida da Liberdade e para a Rua Rodrigues Sampaio, tem um total de 986.04 m² de área.

Os pisos superiores destinam-se a escritórios, organizados em tipologias adequadas e coerentes ao uso indicado, perfazendo uma área total de 4279.85 m².

g) Áreas destinadas a infraestruturas, equipamentos, espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva e respetivos arranjos, quando estejam previstas;

Encontra-se prevista a existência de compartimentos específicos para a Casa das Máquinas de ar condicionado, Posto de Transformação com a chegada em Alta Tensão, Quadro Geral, UPS e Compartimentos dos Lixos.

Não se encontra prevista a criação de áreas de utilização coletiva.

h) Quadro sinóptico

Superfície total do terreno		1 272.40 m ²
Área total de implantação		1 272.40 m ²
Área de implantação do edifício		1 272.40 m ²
Área total de construção		6 692.35 m ²
Área de construção dos edifícios		6 692.35 m ²
Número de pisos (acima da cota de soleira)		6
Número de pisos (abaixo da cota de soleira)		2
Altura da fachada	Avenida da Liberdade	25.4 m
	Rua Rodrigues Sampaio	22.8 m
Áreas a afetar aos usos pretendidos	Estacionamento	1482.1 m ²
	Comércio	986.04 m ²
	Escritórios	4279.85 m ²
Áreas de cedência		N/ Aplicável
Área Bruta de Construção	Existente	7 303.35m ²
	Proposta	6 692.35 m ²
Volumetria	Existente	25 308.00 m ³
	Proposta	27 032.54 m ³

Área do Lote		1 293.75 m ²
Lugares de Estacionamento Propostos		49
Área do Logradouro	Existente	110.40m ²
	Proposta	39.70m ²
Área impermeabilizada do Logradouro (existente)		100%

Conclusões

As conclusões a que se poderá chegar são que a mudança de uso parcial ou integral do edifício, é possível efetuar-se mesmo sendo classificado e com a importância e carga histórica, arquitetónica e artística dos seus exteriores e interiores. Estando atualmente o edifício meio devoluto ou com aproveitamento da sua área interna inferior à sua área total, pode-se devolver à cidade em perfeitas condições de funcionamento, como um motor poderoso do desenvolvimento do meio urbano onde se insere. A sua sustentabilidade deve-se ao uso regular e contínuo desde 1940, não só devido à funcionalidade do seu organograma mas também e principalmente pela aplicação coerente e uso de materiais duráveis, resistentes, nacionais e de grande valor decorativo, cuja combinação é excelente e paradigmática.

A proposta agora apresentada poderá valorizar o edifício, atualizando-o na sua funcionalidade técnica e tecnológica, substituindo também materiais deteriorados que existem ainda no mercado, modernizando-o com vista a mais um período de vida e contribuindo para a criação de mais emprego e de modernização e dinamização da cidade de Lisboa. Ficaria também atualizado nas suas condições de qualidade térmica e acústica, ensombramentos interiores, etc.

Os materiais preconizados para os acabamentos de zonas a criar com esta proposta, terão que combinar em qualidade e acabamento com os que lá estão, modernizando apenas os mapas de acabamentos em zonas onde seja possível denotar o período atual de intervenção, garantindo-se uma continuidade onde ela seja necessária fazer-se. Os materiais empregados na construção e acabamentos estão perfeitamente atuais, mostrando riqueza e vistas largas de durabilidade e de bom gosto, uma lição de arte moderna que ainda hoje está atual.

Parece-nos poder ter alcançado um conceito de intervenção para um edifício histórico, imagem de marca da cidade, e com tantas características e riqueza ornamental. As patologias serão reparadas e as dissonâncias construídas ou introduzidas pelo tempo, serão eliminadas.

Relativamente ao estudo gráfico apresentado nas peças arquitectónicas parece-nos que a solução proposta responde positivamente ao programa e as soluções apresentadas considera-mo-las as indispensáveis para o seu cumprimento.

As condições de estabilidade não terão alterações substanciais já que a estrutura e pavimentos suportarão as novas sobrecargas sem qualquer reforço.

Expressamos ainda a nossa convicção sobre a imagem de marca do edifício sobre a cidade, sugerindo a manutenção das letras que encimam a fachada principal e que constituem uma referência, um ícone da cidade, não por ser faraônico ou reflexo do poder económico, como refere Alain Bourdin, mas que “arquitetura e Urbanismo devem constituir-se como acontecimento” (Bourdin, 37).

Citamos ainda este autor que “o futuro dependerá das transformações e das escolhas económicas, as das empresas, as dos Estados e apenas marginalmente as das cidades” (Bourdin, 99), que terão de orientar o que se fará, ou não, nas cidades que tutelam, contribuindo para uma coesão urbana e, portanto, para uma coesão social.

Bibliografia

- Appleton, J. (2011). *Reabilitação dos Edifícios – Patologias e Tecnologias de Intervenção*. Amadora: Edições Orion.
- Appleton, J & Domingos, I. (2009). *Biografia de um Pombalino – Um caso de reabilitação na Baixa de Lisboa*. Amadora: Edições Orion.
- Ascher, F. (2010). *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Beinhauer, P. (2012) *Atlas de detalhes Construtivos: Reabilitação com mais de 400 Pormenores*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Beinhauer, P. (2013) *Atlas de detalhes Construtivos: Construção Nova com 199 Pormenores construtivos*. S. Paulo: Editorial Gustavo Gili.
- Benevolo, L. (1998). *História da Arquitectura Moderna*. S. Paulo: Perspectiva.
- Bessa, C. et al (2009). *Farol Museu de Santa Marta*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Boito, C. (2002). *Os Restauradores*. S. Paulo: Ateliê Editorial.
- Brandi, C. (2006) *Teoria do restauro*. Amadora: Edições Orion.
- Bourdin, Alain. (2011). *O Urbanismo depois da Crise*. Lisboa. Livros Horizonte
- Carrió, J. (1998). *Tratado de Rehabilitación*. Madrid: Editorial Munilla-Lería
- Cascais, C. Municipal (2005). *II Fórum Ibérico Sobre Centros Históricos*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais
- Cordeiro, M. & Capucho, D. (2007). *Núcleo Cascais XXI*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais
- Choay, F. (2010). *Alegoria do Património*. Coimbra: Edições 70 Lda.
- Choay, F. (2011). *As Questões do Património*. Lisboa: Edições 70 Lda.
- Chudley, R. & Greeno, R. (2013). *Manual de Construcción de Edifícios*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Coias, V. (2007). *Reabilitação Estrutural de Edifícios Antigos*. Lisboa: Argumentum/Gecorpa.
- Coias, V. (2009). *Inspecção e ensaios na reabilitação de Edifícios*. Lisboa: Editora IST Press.
- Colaço, B. & Archer, M. (2013) *Memórias da Linha de Cascais*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, Lda.
- Doxiadis, C. (1965). *Arquitetura em Transição*. Coimbra: Arménio Amado

- Fernando, J. et al (1991). *Arquitectura do Principio do século em Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Gaspar, D. (2011) *Palácio da Cidadela de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais
- Henriques, J. (2005). *História da Freguesia de Cascais: 1870-1908*. Cascais: Edições Colibri.
- Henriques, J. (2005). *Da Riviera Portuguesa à Costa do Estoril*. Cascais: Edições Colibri.
- Lopes, F. & Correia, M. (2004). *Património Arquitectónico e Arqueológico – Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte
- Lopes, F. & Correia, M. (2013). *Zonas de Proteção ao Património Arquitectónico – Para que Servem?* Lisboa: Caleidoscópio.
- Lopes, F. & Correia, M. (2014). *Património Cultural – Critérios e Normas Internacionais de Proteção*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Pinto, A. (2004) *Manual de Segurança – Construção, Restauro e Conservação de Edifícios*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Proença, J. & Gomes, A. (2011). *Colectânea de Legislação de Arquitectura*. Lisboa: Quid Juris.
- Santa-Rita, A. (2008). *A Recuperação da Casa Sanches*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Santa-Rita, A. (2009). *Reflexões – Ocupação Urbana.Arquitetura e Sustentabilidade. Meio Ambiente*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Santos, C. & Cabral, J. (2003) *Patrimónios de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais
- Silva, R. (2010). *Arquitectura de Veraneio, Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais
- Sousa, L. (2001) *Monumentos 31*. Lisboa: I.H.R.U
- Tirone, L. (2008). *Construção sustentável*. Sintra: Tirone Nunes SA.
- Viollet-le-Duc, E.(2000). *Restauração*. S. Paulo: Ateliê Editorial.

Sites da Internet:

<http://www.dn.pt>

<http://www.monumentos.pt>

<http://www.arquivomunicipal.cm-lisboa.com>

<http://www.cm-lisboa.pt>

<http://aps-ruasdelisboacomhistreria.blogspot.pt/>

<http://www.pbase.com>

Legislação em Portugal

Decreto-Lei nº 38382, de 7 Agosto de 1951, Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU)

Dec. Lei 555/99 de 16 de dezembro na sua nova redação conferida pelo Dec. Lei 26/10 de 30 de Março

Decreto-Lei n.º 287/2000 Alteração ao Decreto-Lei nº 270/99 de 15 de julho

Regulamenta os Procedimentos de AIA - Decreto-Lei nº 69/2000 de 3 de maio

Lei 107/2001 - Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural

Decreto-Lei nº80/2006, de 4 de Abril, Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE);

Decreto-Lei nº78/2006, de 4 de Abril, Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar interior nos edifícios;

Decreto-lei nº79/2006, de 4 de Abril, Regulamento dos Sistemas Enérgicos de Climatização em Edifícios;

Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto, Acessibilidades a edifícios que recebem público,
vias públicas e edifícios de habitação por pessoas de mobilidade condicionada;

Decreto-Lei 215/2006 - Lei Orgânica do Ministério da Cultura

Dec. Lei nº 96/2008 de 09 de Junho – Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios.

Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro, Segurança contra incêndios em edifícios;

Decreto-Lei 309/2009 - Procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.

Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2009 - Cria do Programa de Recuperação do Património Classificado (PRPC) - Programa Cheque-Obra

Decreto-Lei 138/2009 - Criação do Fundo de Salvaguarda do Património

Decreto-Lei 139/2009 - Estabelece o Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Imaterial

Decreto-Lei 140/2009 - Aprova o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais móveis e imóveis classificados ou em vias de classificação de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal

Forma de Criação e Gestão de Parques Arqueológicos - Decreto-Lei nº 131/2002 de 11 de maio

Documentação Internacional

Conservação e Restauro

Carta de Atenas do Restauro, 1931 (I Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos);

Carta de Atenas - Sociedade das Nações - Outubro de 1931. Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus.

Carta de Atenas - CIAM - Novembro de 1933. Generalidades, diagnósticos e conclusões sobre os problemas urbanísticos das principais e grandes cidades do mundo, apurados pelo

Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, em Atenas.

Carta de Veneza, 1964 (Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios - ICOMOS);

Carta do Restauro - Abril de 1972. Carta do Restauro, do Ministério da Instrução Pública do Governo da Itália

Declaração de Amesterdão, 1975 (Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu – Concelho da Europa);

Princípios para a Preservação das Estruturas Históricas em Madeira [pdf] – Adoptada pelo ICOMOS na 12.^a Assembleia Geral no México, em Outubro de 1999

Carta de Cracóvia, 2000 (Conservação e Restauro do Património Construído).

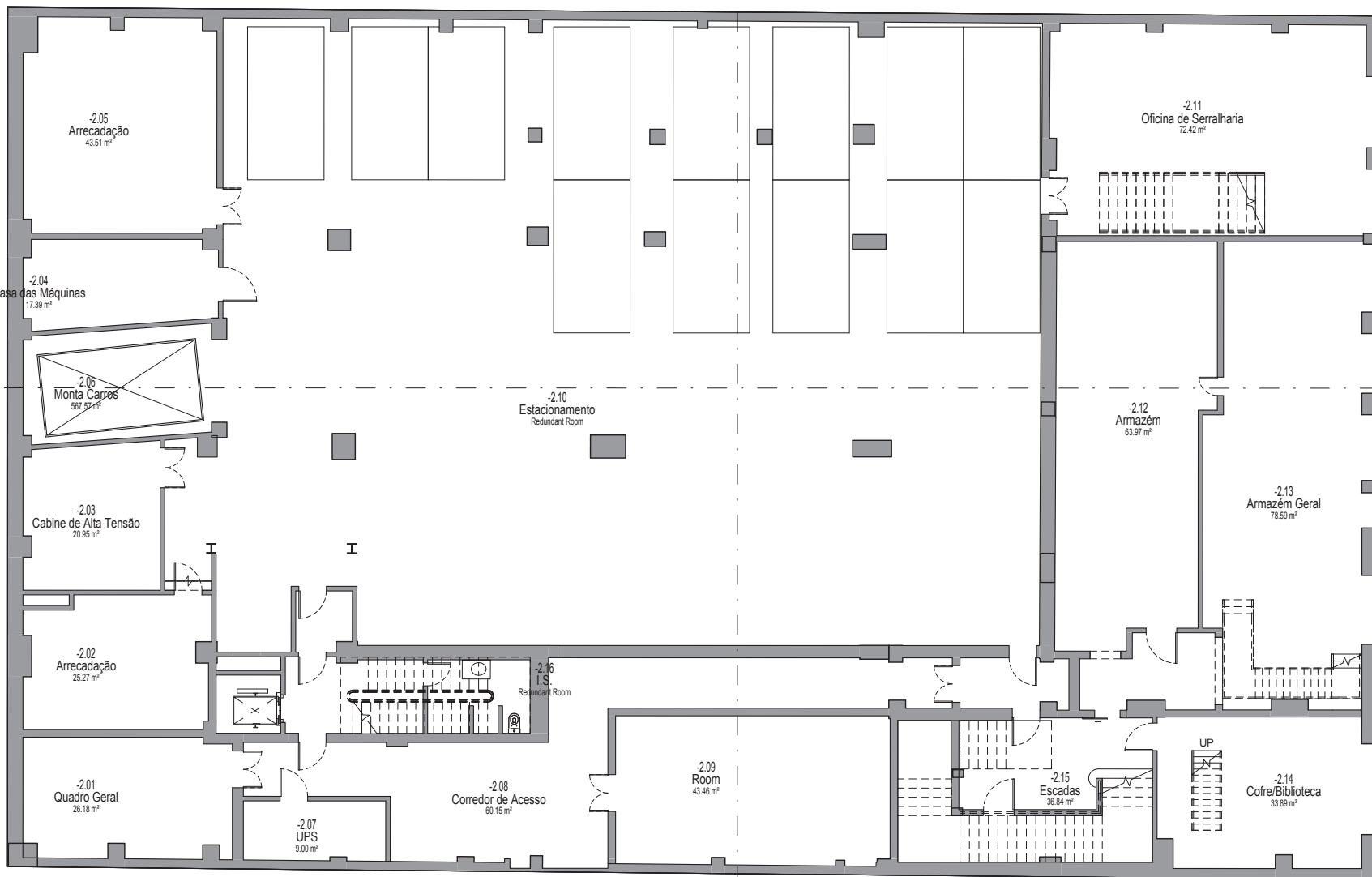
Textos Europeus sobre o Património Arquitectónico Europeu Acordo de Granada, 1985 (Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa – Concelho da Europa); Sítios Históricos e Património Vernacular
Recomendação de Nairobi, 1976 (Relativo à Salvaguarda e Papel Contemporâneo das Áreas Históricas – UNESCO);

Carta de Toledo, 1987 (Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas – ICOMOS);

Carta do Património Vernacular Construído, 2000 (Charter on the Built Vernacular Heritage - ICOMOS);

Carta de Burra - 1980. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, na Austrália.

Anexos



PROJECTO:
LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266-266A

N.º Proj
N.º

PLANTA EXISTENTE PISO -2

DESENHO:
EXT.:1.001



VERSÃO:
V.09/29/16

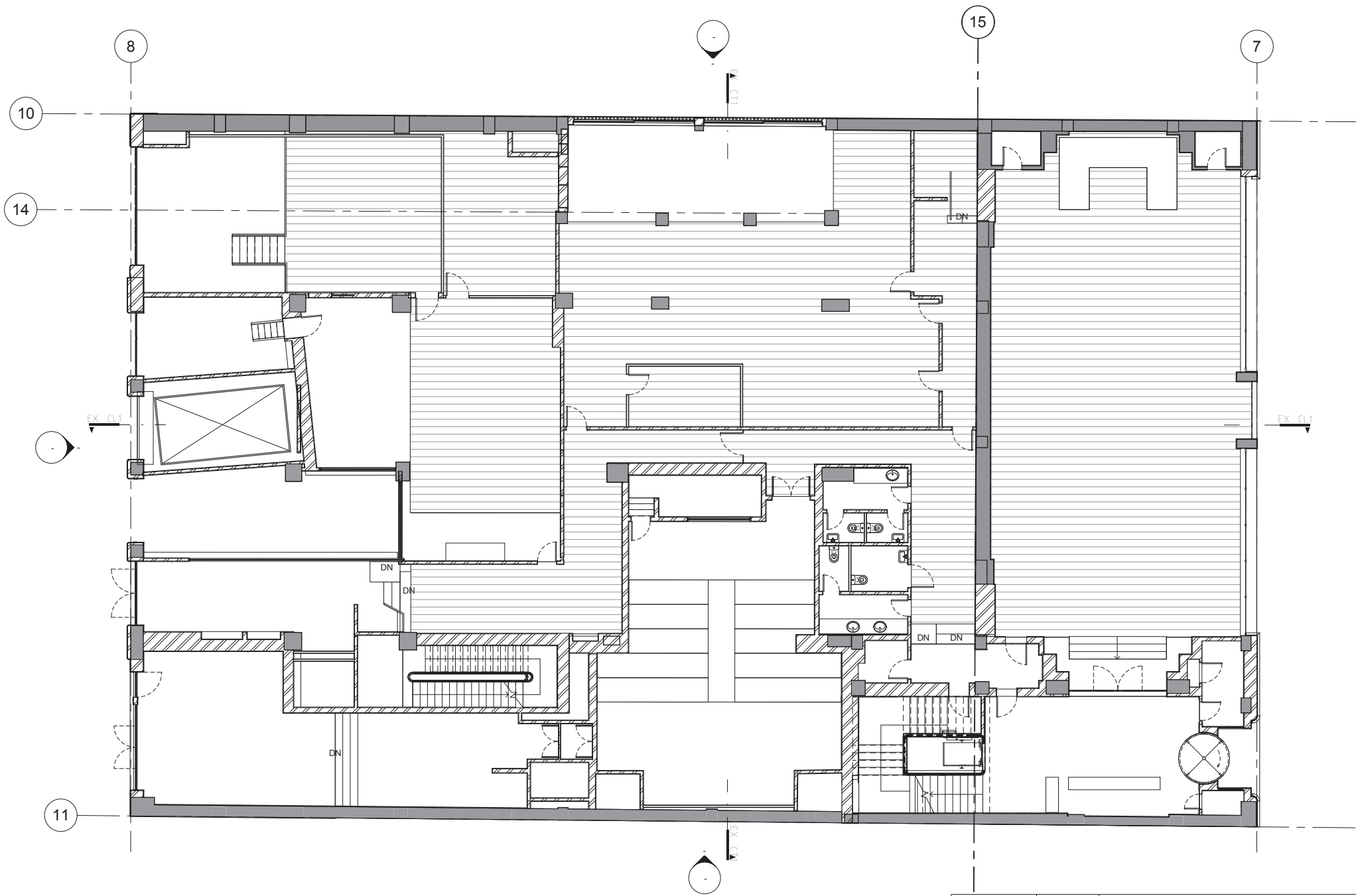
DATA:
2016/09/30

ESCALA:
1 : 100

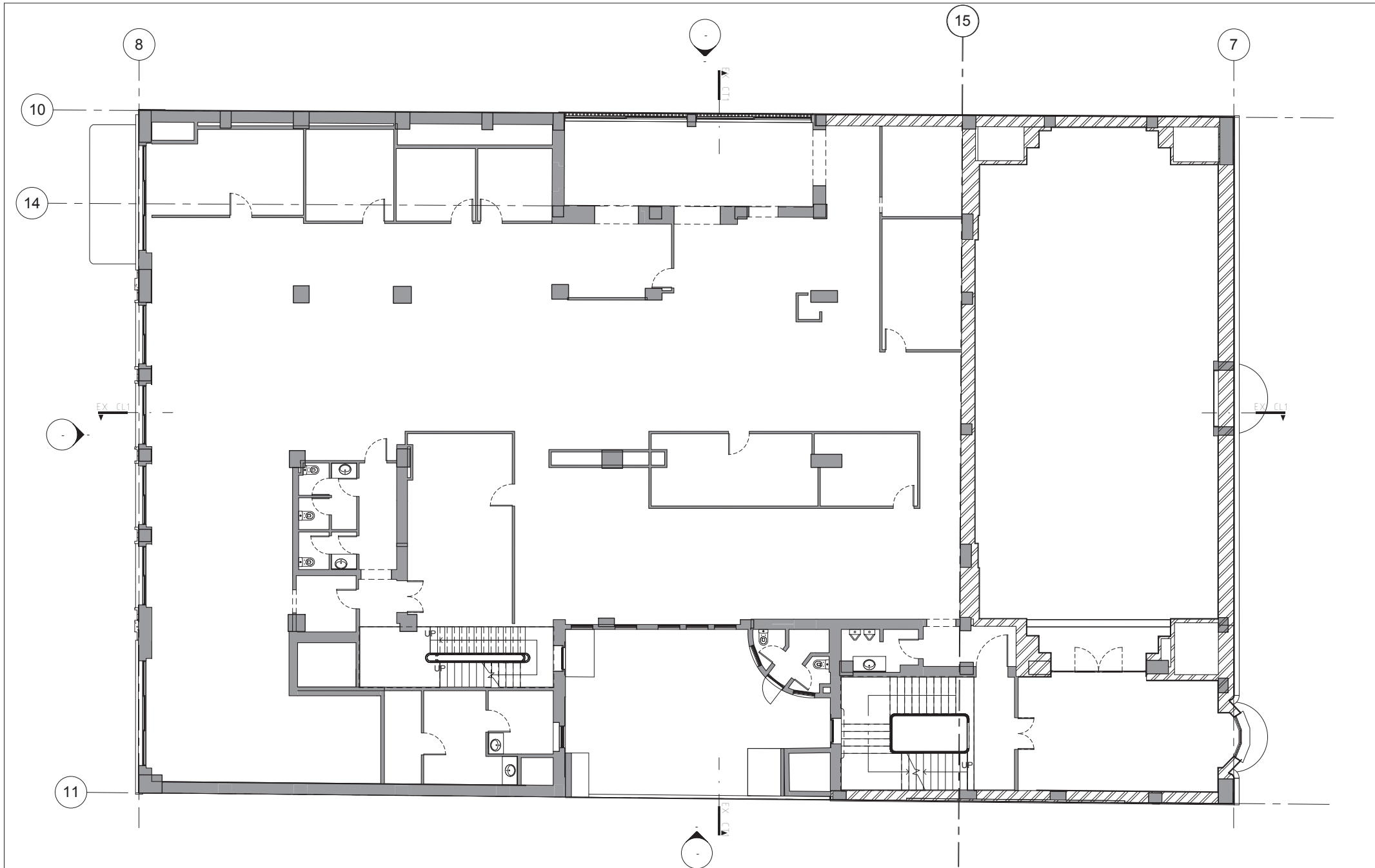
APROVADO POR / DATA:
EDITADO PARA:
ENTREGA




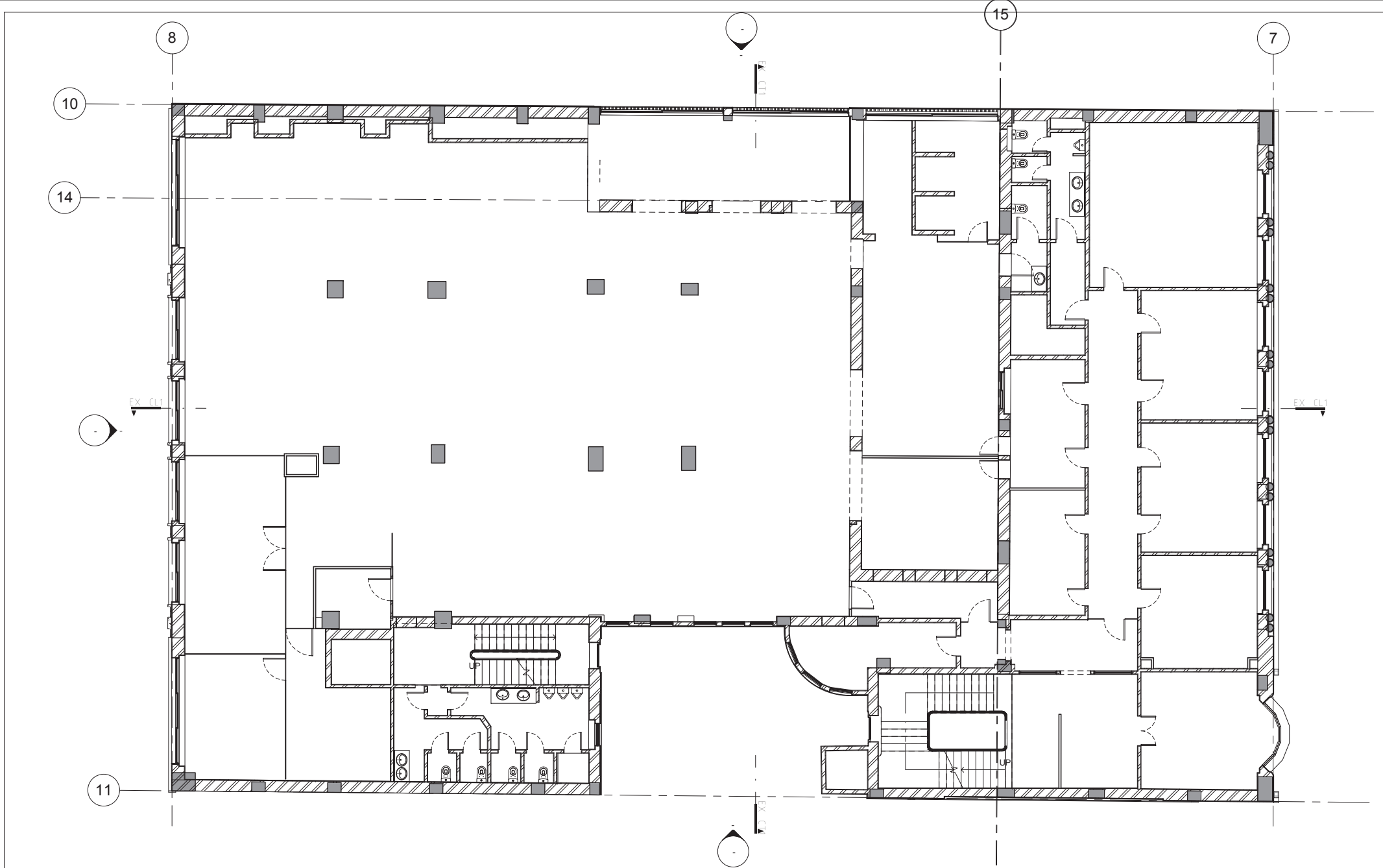
PROJETO: LOCALIZAÇÃO:		N.º Proj. N. 	
PLANTA EXISTENTE - 1		DESENHO: EXT.1.002	
		VERSÃO: V.09/29/16	
APROVADO POR / DATA:		DATA: 2016/09/30	ESCALA: 1 : 100
		EDITADO PARA: ENTREGA	




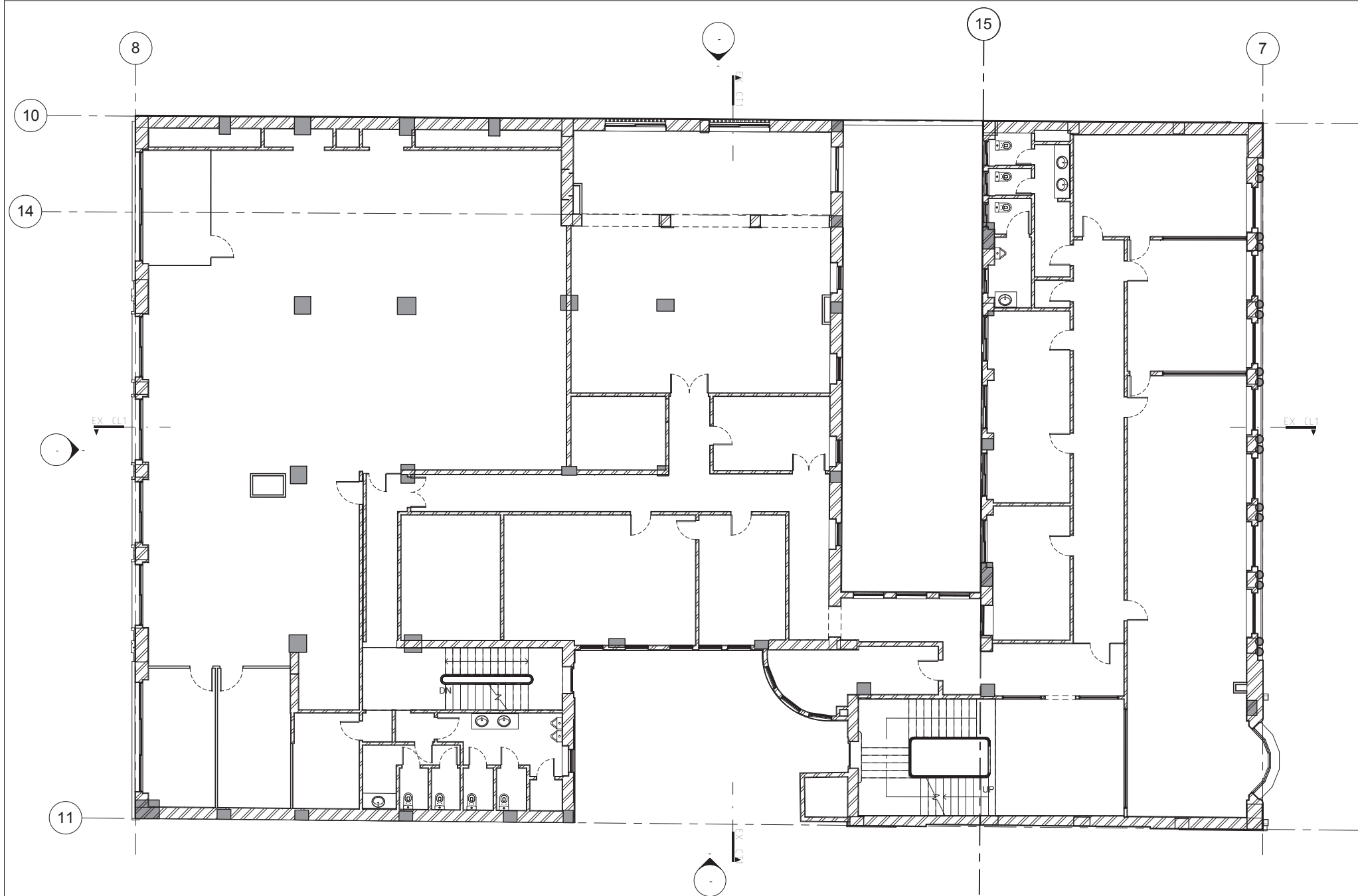
PROJECTO:		N.º Proj	
LOCALIZAÇÃO:		N	
PLANTA EXISTE PISO 0		DESENHO:	
		EXT.1.003	
		VERSÃO:	
APROVADO POR / DATA:		V.09/29/16	
		ESCALA:	
		1 : 100	
		ENTREGA	



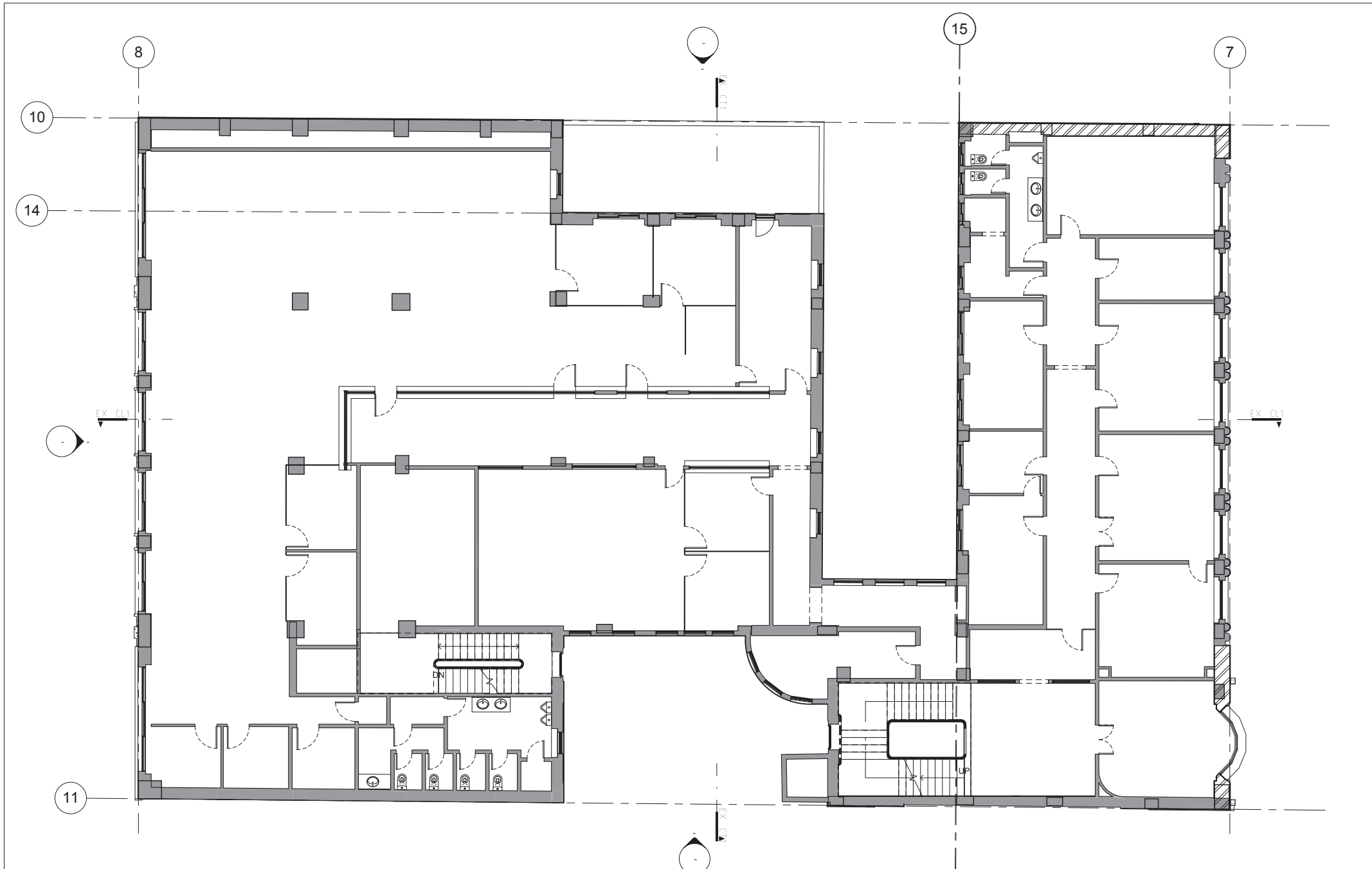
		PROJECTO:	N.º Proj	N.		
		LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266-266A				
	EXISTENTE PLANTA PISO 1		DESENHO:	EXT.1.004		
			VERSÃO:	V.09/29/16		
		DATA:	2016/09/30		ESCALA:	1 : 100
		APROVADO POR / DATA:		EDITADO PARA: ENTREGA		




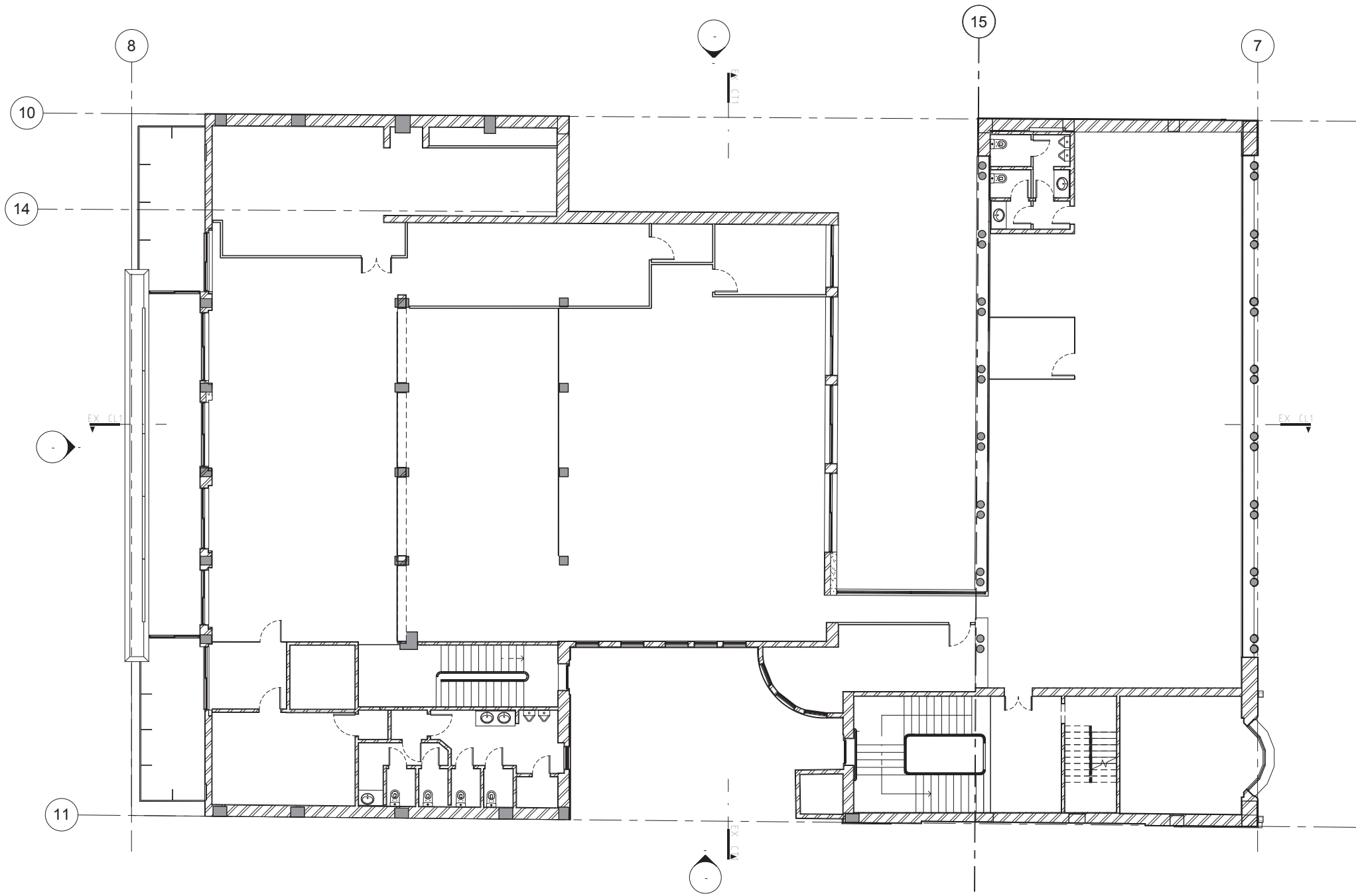
		PROJECTO:	N.º Proj	N.	
		LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266-266A			
	EXISTENTE PISO 2		DESENHO:	EXT.1.005	
			VERSÃO:	V.09/29/16	
		DATA:	2016/09/30		
		ESCALA:	1 : 100		
	APROVADO POR / DATA:	EDITADO PARA: ENTREGA			




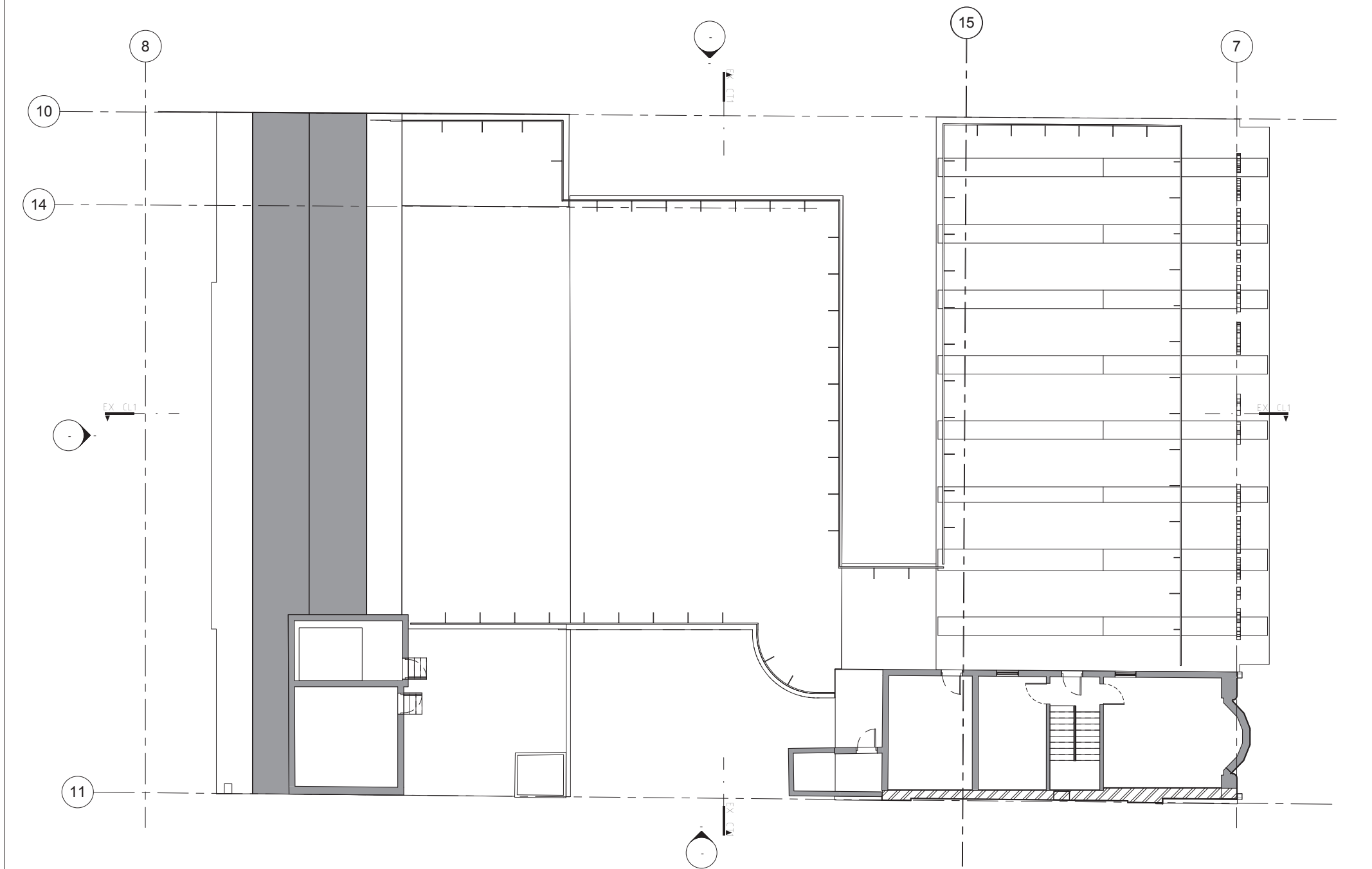
		PROJECTO:		N.º Proj		N.	
		LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266-266A					
		EXISTENTE PISO 3				DESENHO:	
						EXT.1.006	
						VERSÃO:	
						V.09/29/16	
						ESCALA:	
		APROVADO POR / DATA:				1 : 100	
						EDITADO PARA:	
						ENTREGA	




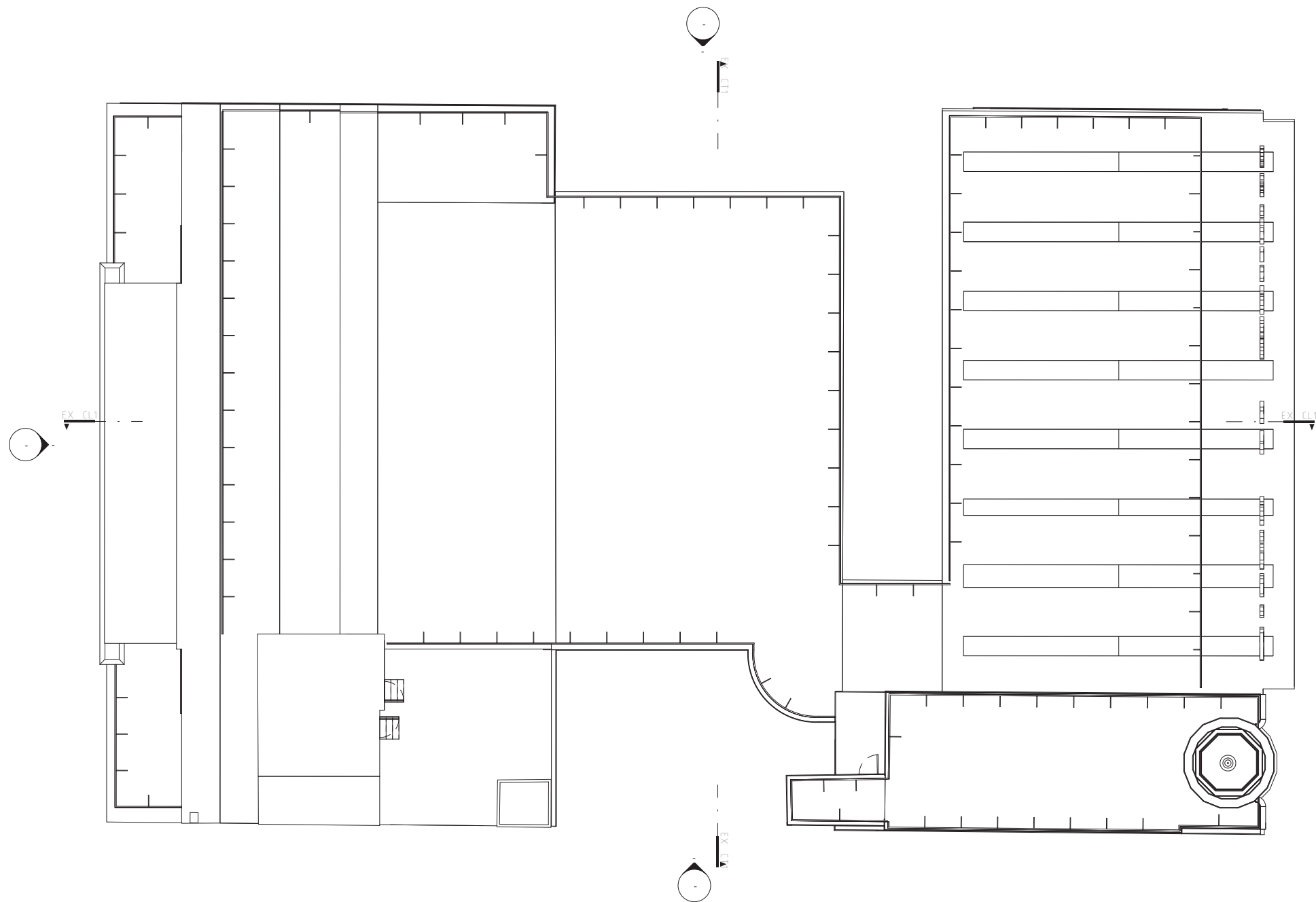
		PROJECTO:	N.º Proj	
		LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266-266A		
	EXISTENTE PLANTA PISO 4		DESENHO:	EXT.1.007
			VERSÃO:	V.09/29/16
		DATA:	2016/09/30	ESCALA:
	APROVADO POR / DATA:		EDITADO PARA:	
			ENTREGA	




		PROJECTO:	N.º Proj:	N.º
		LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266-266A		
	EXISTENTE PISO 5		DESENHO:	EXT.1.008
			VERSÃO:	V.09/29/16
		DATA: 2016/09/30	ESCALA:	1 : 100
APROVADO POR / DATA:		EDITADO PARA: ENTREGA		




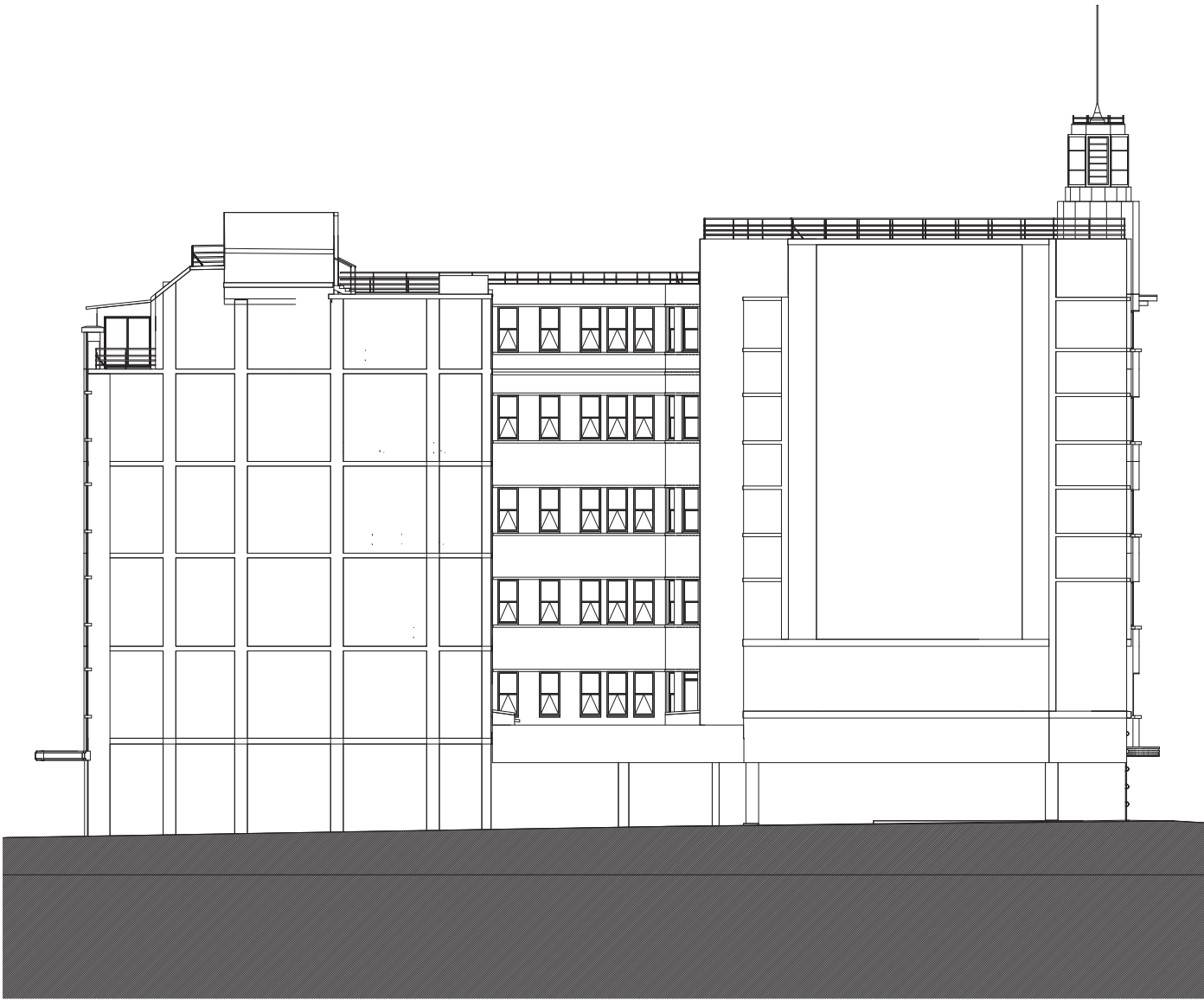
PROJECTO:		N.º Proj		
LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266-266A				
EXISTENTE PLANTA PISO 6		DESENHO:		EXT.1.009
		VERSÃO:		V.09/29/16
		DATA:		2016/09/30
		ESCALA:		1 : 100
APROVADO POR / DATA:		EDITADO PARA:		
		ENTREGA		



	PROJECTO:		N.º Proj	
	LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266-266A			
	EXISTENTE PLANTA COBERTURA		DESENHO:	
			EXT.1.OO10	
			VERSÃO:	
		V.09/29/16		
		DATA:	ESCALA:	
		2016/09/30	1 : 100	
	APROVADO POR / DATA:		EDITADO PARA:	
			ENTREGA	




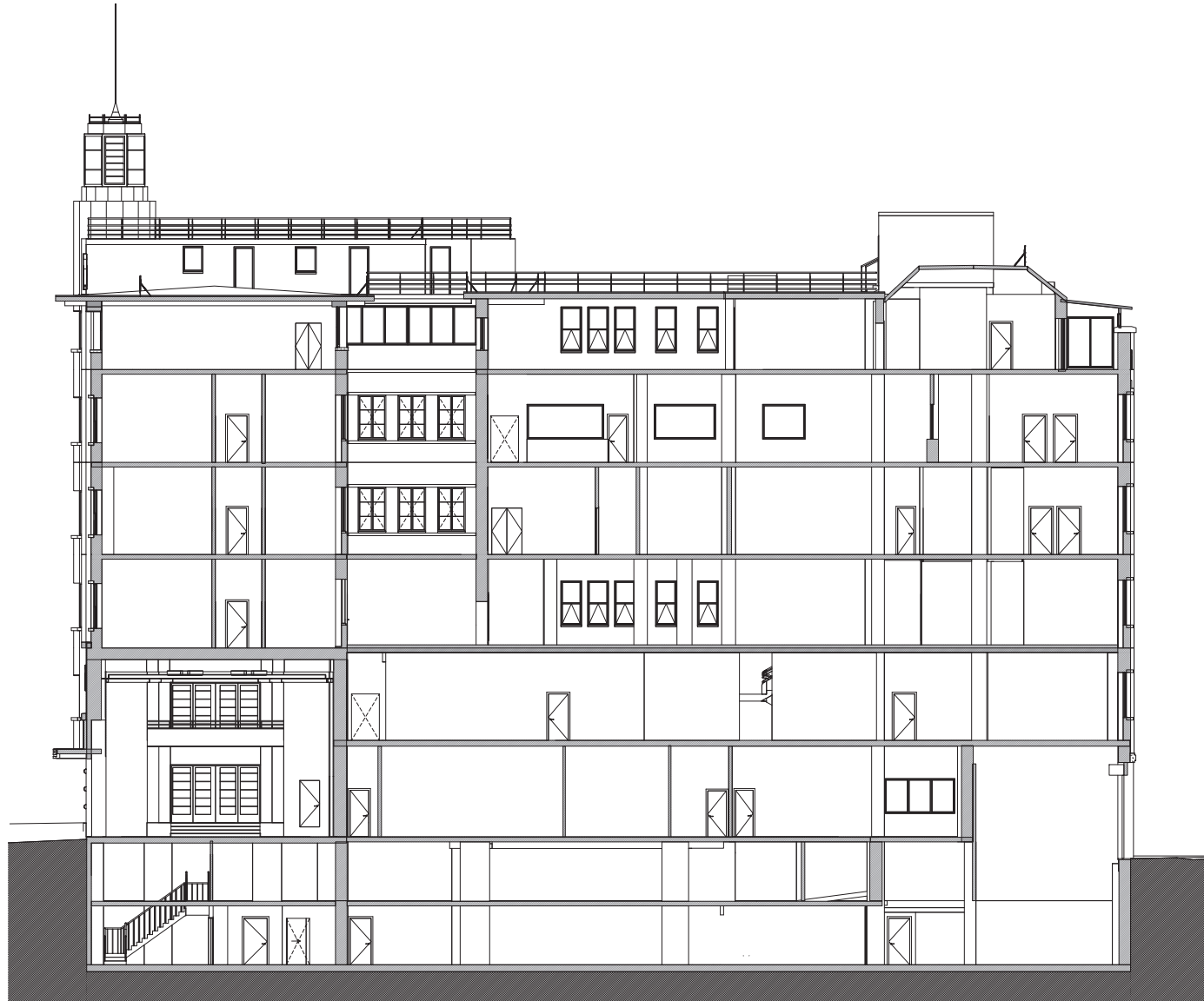
	PROJETO	Nº Tm	
	LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266-266A		
	EXISTENTE ALÇADO PRINCIPAL E ALÇADO TARDZO	DESENHO: EXT. 1.0013 VERSÃO: V.09/29/16	
	DATA: 2016/09/30 APROVADO POR / DATA: _____ ENTREGA PARA: EDIFÍCIO PARA ENTREGA	ESCALA: 1 : 100	



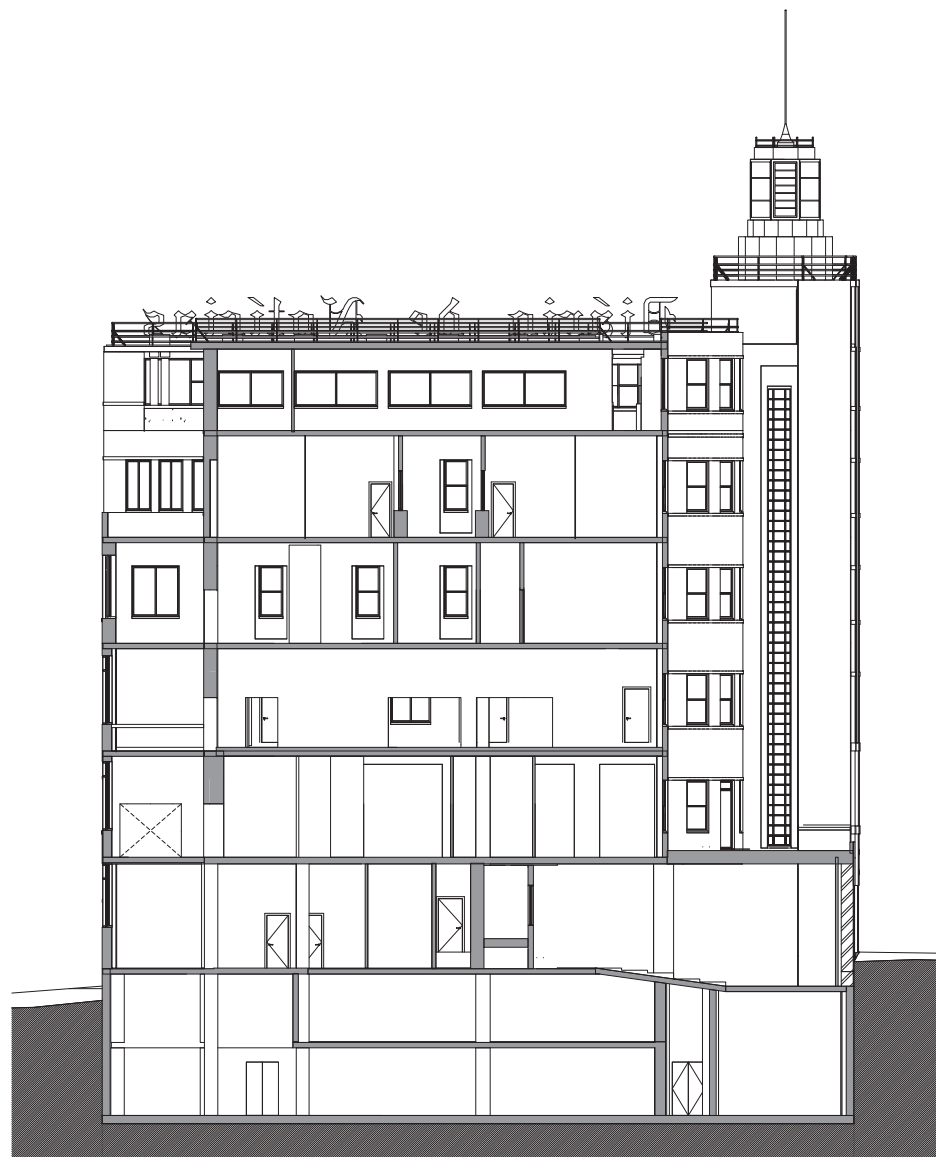
	PROJECTO		1:750	16
	LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266-266A		DESENHO	EXT.1.0014
	EXISTENTE ALÇADO LATERAL ESQUERDO		VERSÃO:	V.09/29/16
			ESCALA:	1 : 100
APROVADO POR / DATA:		EDITADO PARA ENTREGA		




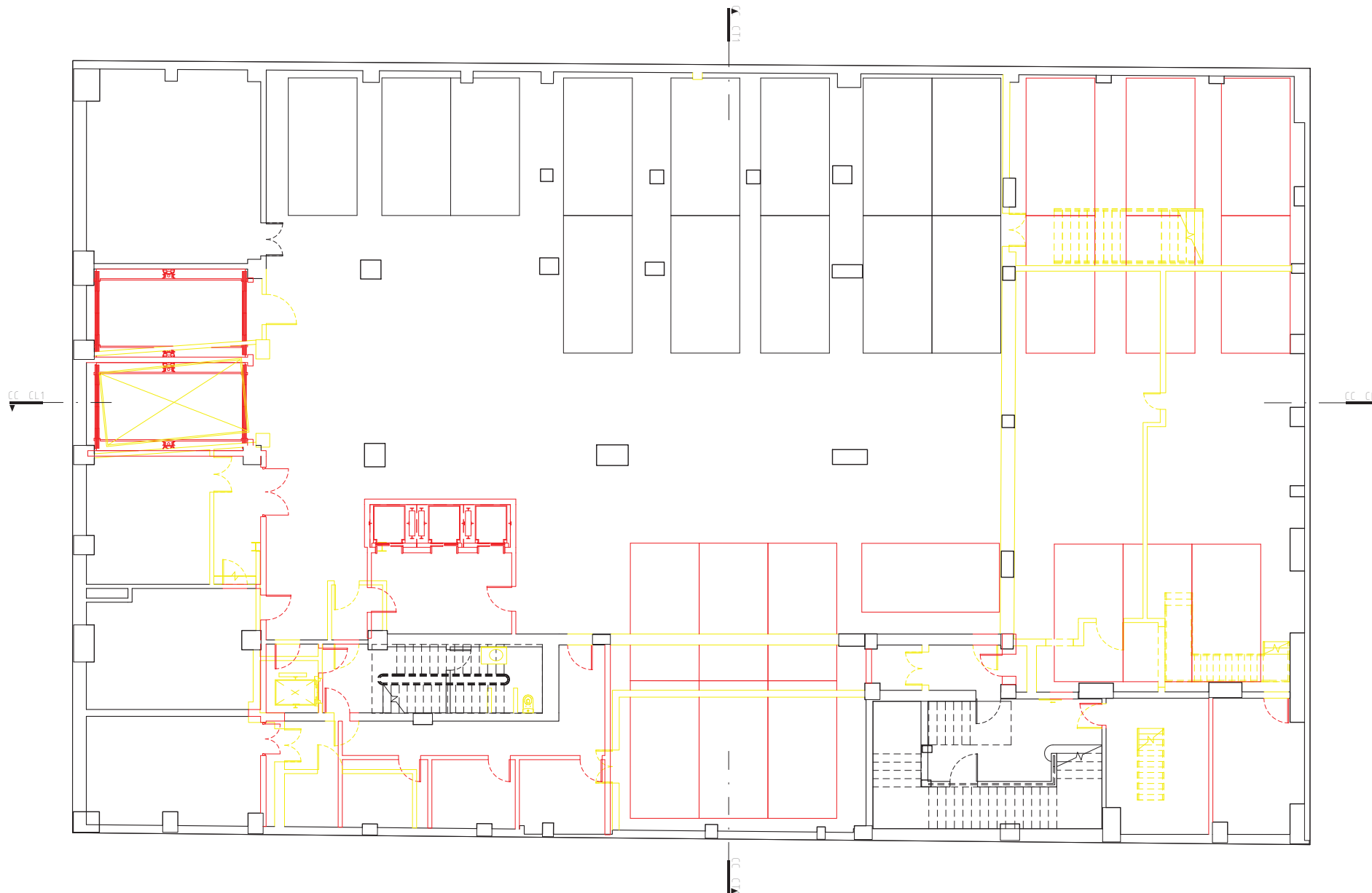
		PROJECTO	N.º Proj			
		LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266-266A				
	EXISTENTE ALÇADO LATERAL DIREITO			DESENHO		EXT.1.0015
				VERSÃO:		V.09/29/16
				ESCALA:		1 : 100
		APROVADO POR / DATA:		EDITADO PARA ENTREGA		



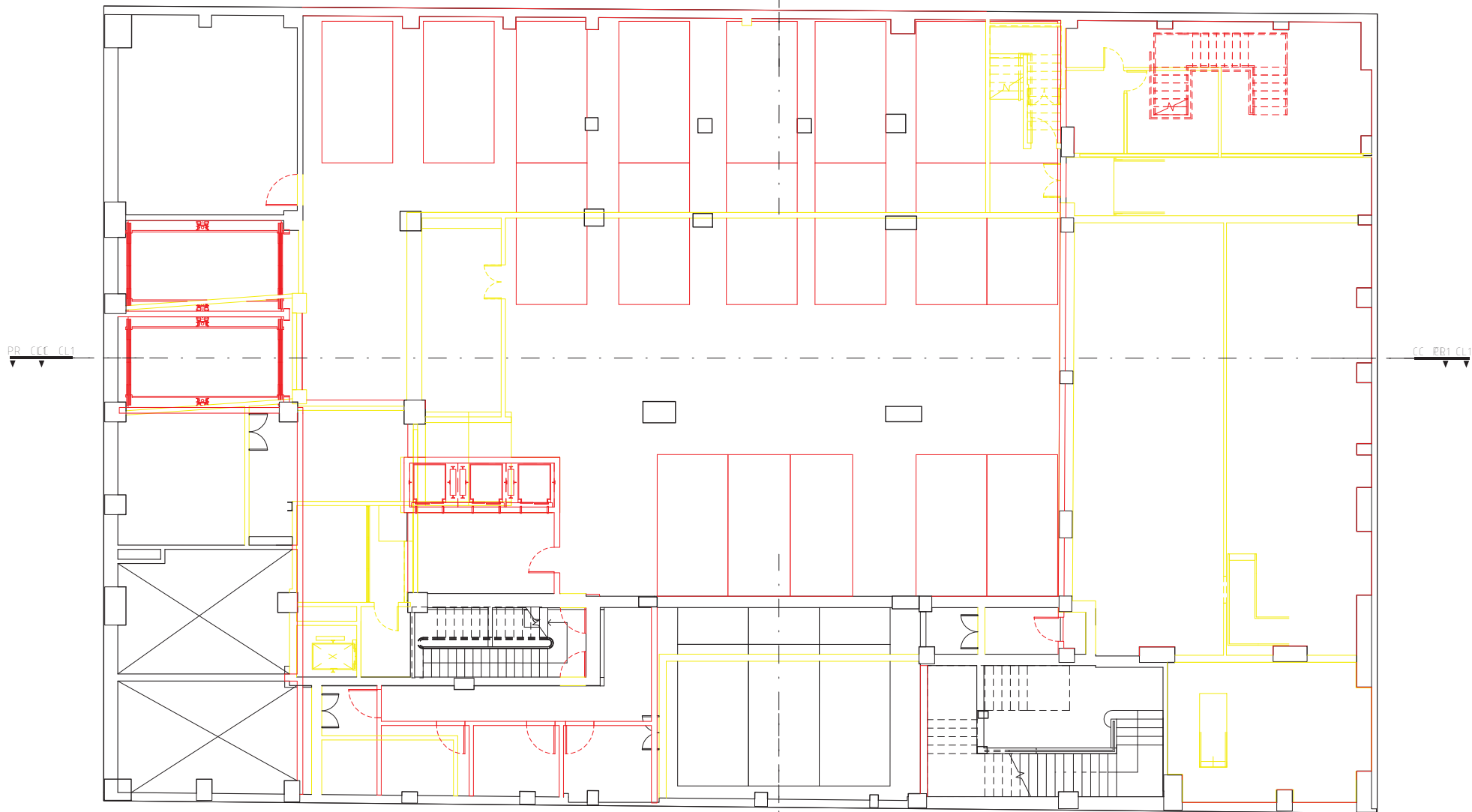
PROYECTO:		LOCALIZACIÓN: Avenida da Liberdade 266-266A		1:750	10
EXISTENTE CORTE LONGITUDINAL		DESIGNO:		EXT.1.0011	
		VERSIÃO:		V.09/29/16	
		ESCALA:		1 : 100	
APROVADO POR / DATA:		2016/09/30		EDITADO PARA ENTREGA	



		PROJETO	Nº 716		
		LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266-266A			
		EXISTENTE CORTE TRANSVERSAL		DESENHO: EXT.1.0012	
				VERSÃO: V.09/29/16	
			DATA: 2016/09/30	ESCALA: 1 : 100	
APROVADO POR / DATA: EDITADO PARA ENTREGA					



PROJECTO:		N.º Proj		N. 
LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A				
CORES CONVENCIONAIS PLANTA PISO -2		DESENHO:	CC.1.001	
		VERSÃO:	V.09/29/16	
	DATA:	2016/09/30		ESCALA:
	APROVADO POR / DATA:		1 : 100	
		EDITADO PARA: ENTREGA		



PROJECTO:
LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A

N.º Proj. N.º

CORES CONVENCIONAIS
PLANTA PISO -1

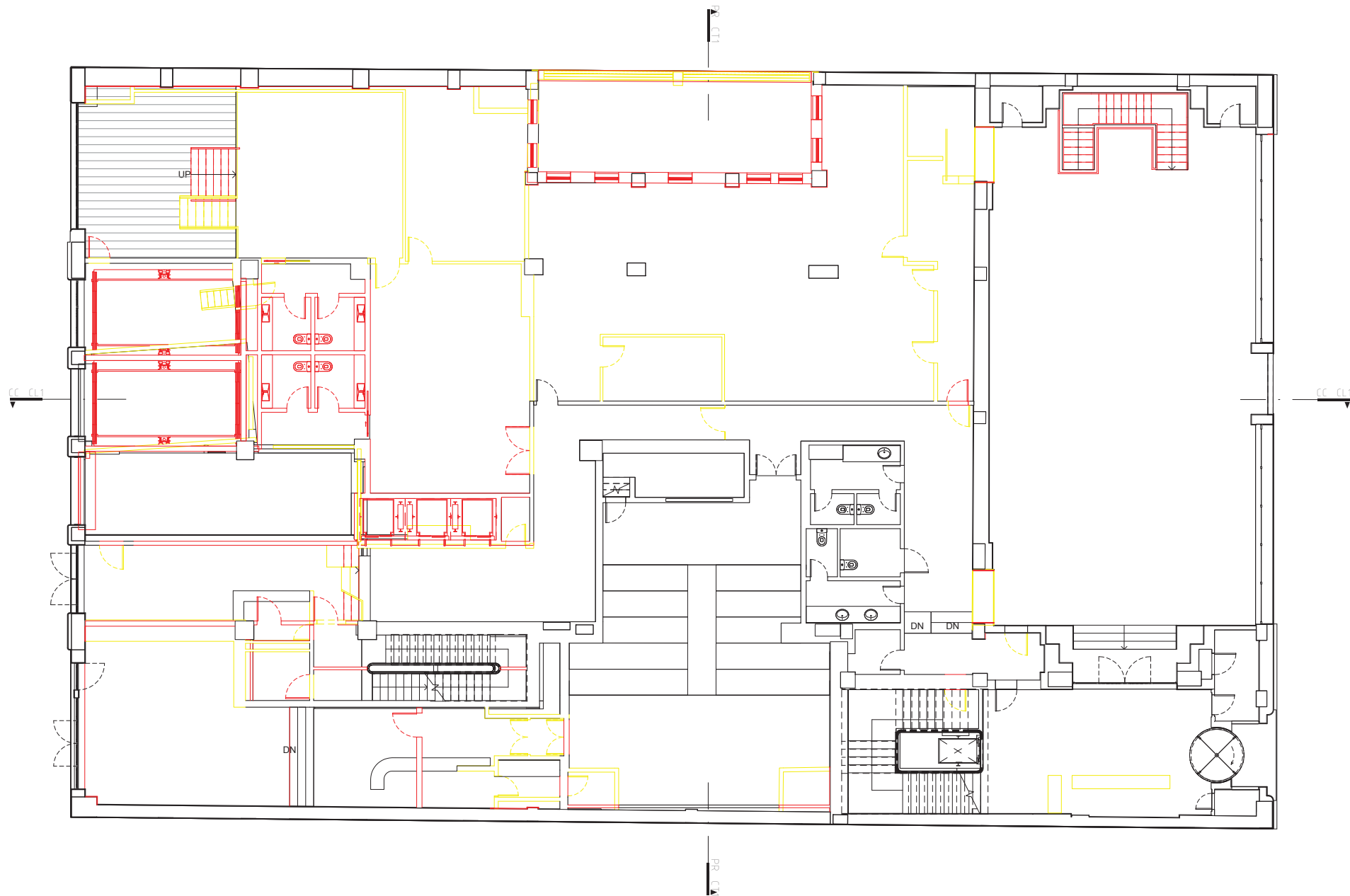
DESENHO:
CC.1.002

VERSÃO:
V.09/29/16

DATA:
2016/09/30

ESCALA:
1 : 100

APROVADO POR / DATA:
EDITADO PARA:
ENTREGA



PROJECTO:
LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A

N.º Proj. N.º

CORES CONVENCIONAIS
PLANTA PISO 0

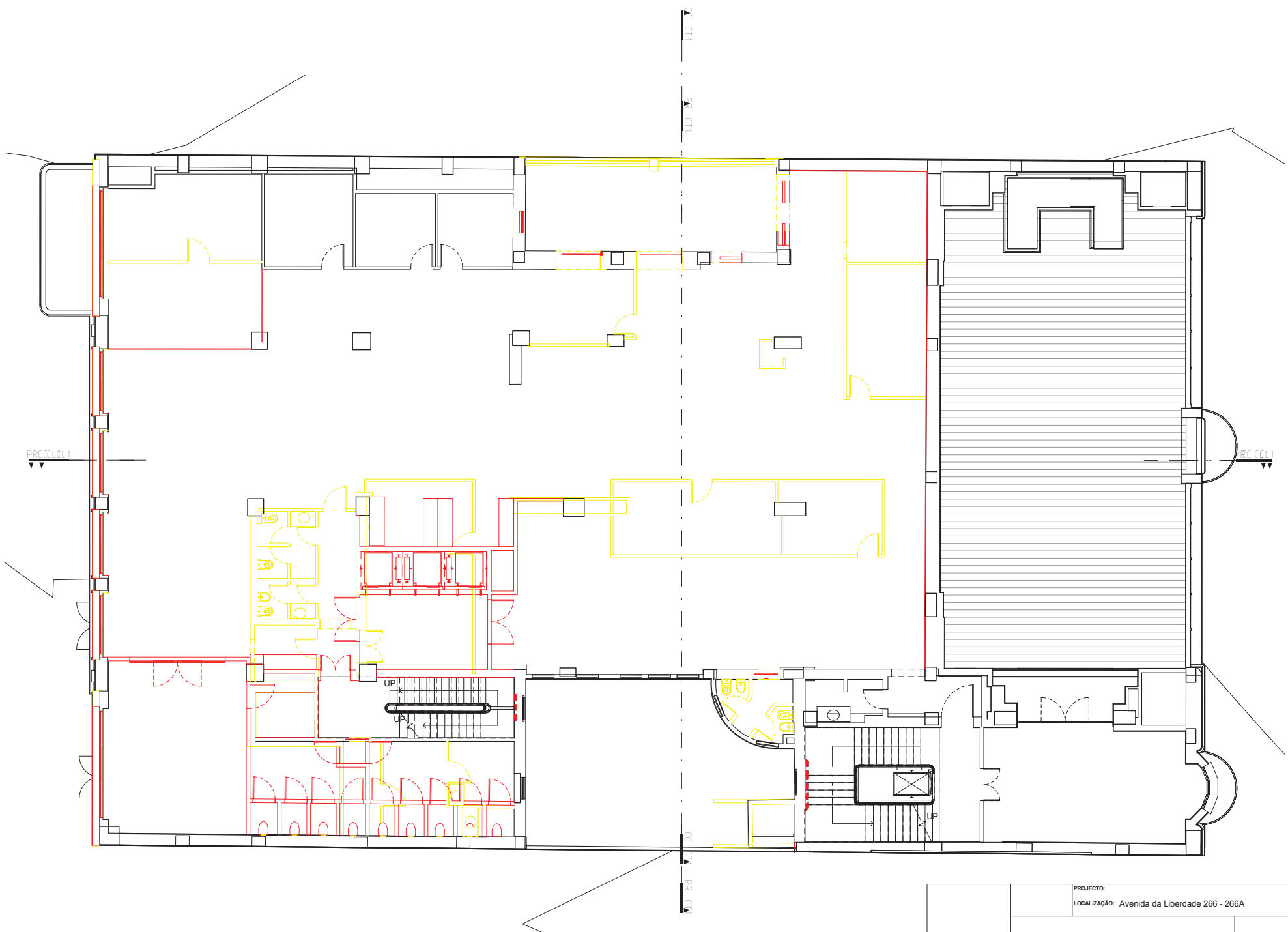
DESENHO: CC.1.003

VERSÃO: V.09/29/16

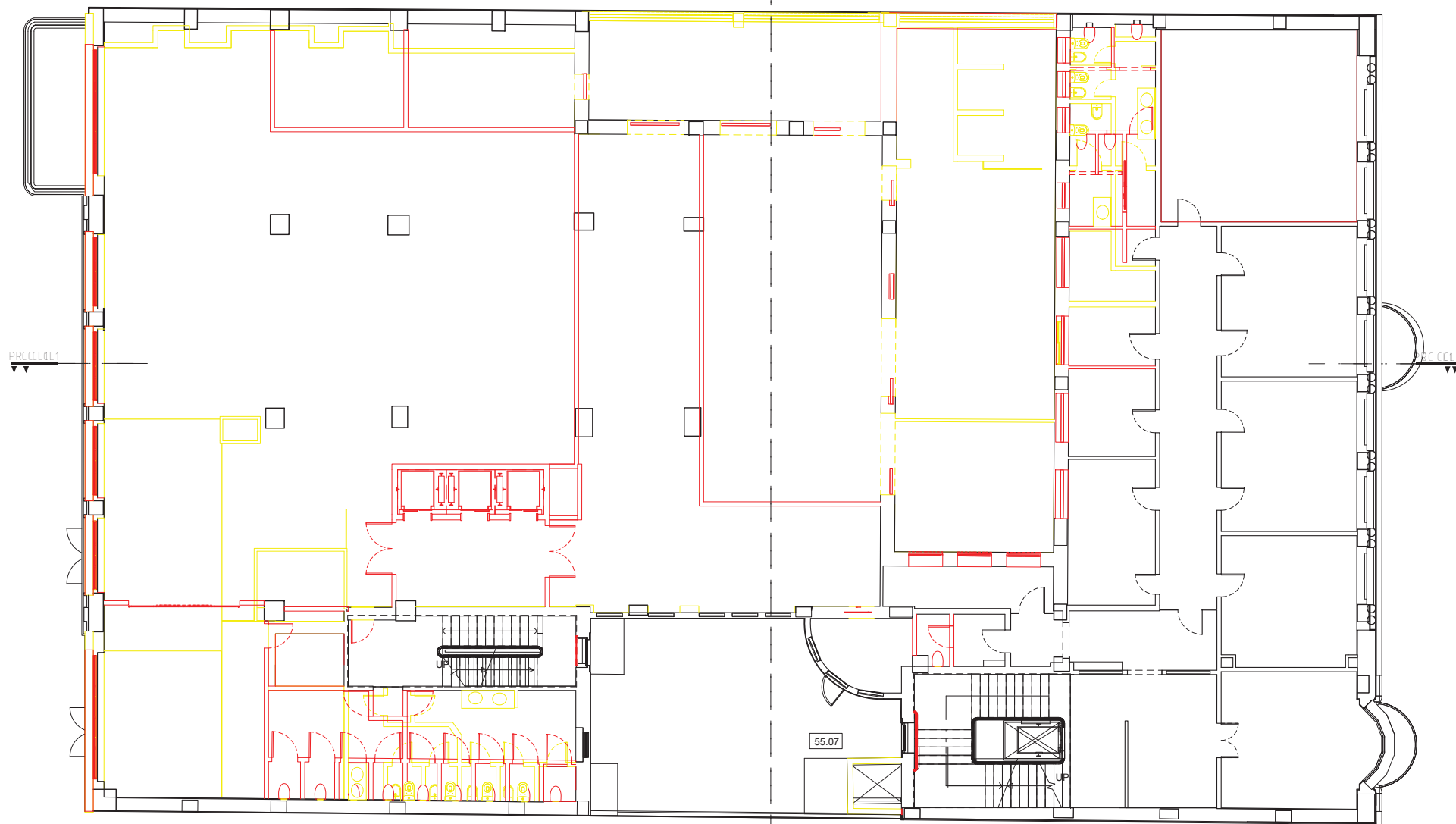
DATA: 2016/09/30

ESCALA: 1 : 100

APROVADO POR / DATA:
ENTREGA



PROJETO:		N.º Proj		N.
LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A				
CORES CONVENCIONAIS PLANTA PISO 1		DESENHO:	CC.1.004	
		VERSÃO:	V.09/29/16	
	DATA:	2016/09/30	ESCALA:	1 : 100
	APROVADO POR / DATA:		EDITADO PARA:	
		ENTREGA		



PRCCCL611

PRCCCL611

55.07

PROJECTO:
LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A

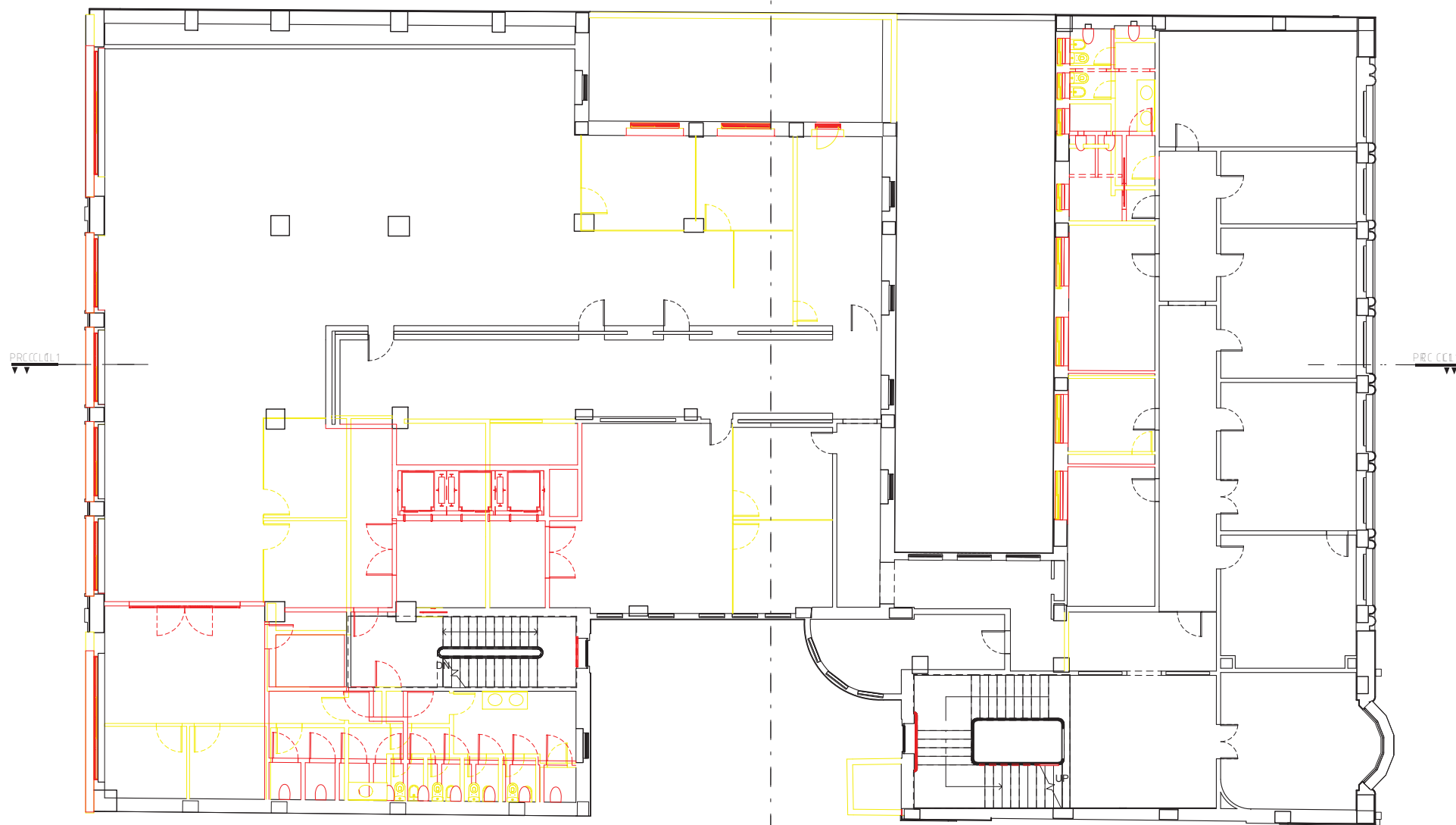
N.º Proj
N.º

CORES CONVENCIONAIS
PLANTA PISO 2

DESENHO:
CC.1.005
VERSÃO:
V.09/29/16

DATA:
2016/09/30
ESCALA:
1 : 100

APROVADO POR / DATA:
EDITADO PARA:
ENTREGA



PROJECTO:
LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A

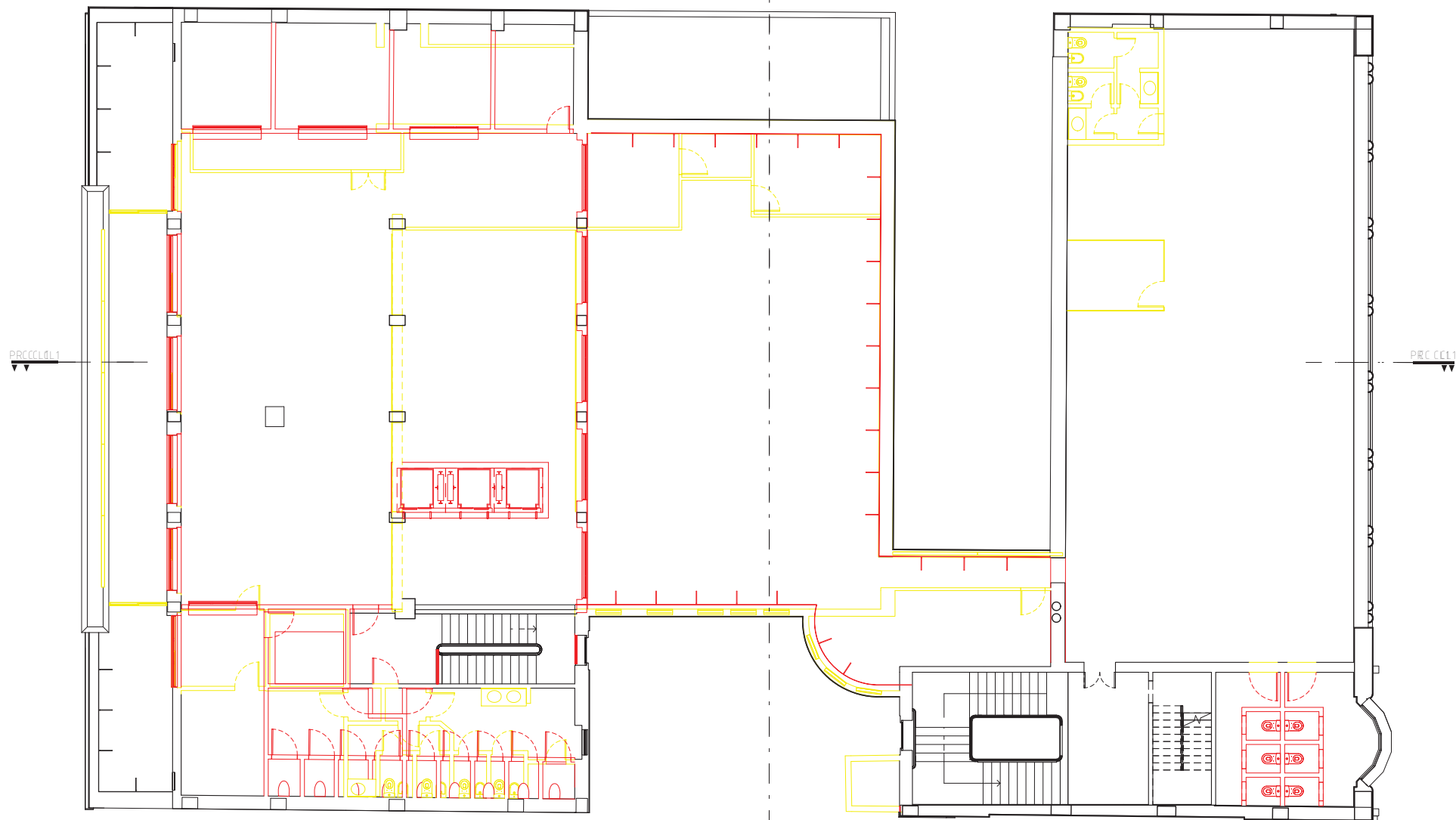
N.º Proj. N.
1

CORES CONVENCIONAIS
PLANTA PISO 4

DESENHO: CC.1.007
VERSÃO: V.09/29/16

DATA: 2016/09/30
ESCALA: 1 : 100

APROVADO POR / DATA:
EDITADO PARA: ENTREGA



PROJECTO:
LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A

N.º Proj
N.º

CORES CONVENCIONAIS
PLANTA PISO 5

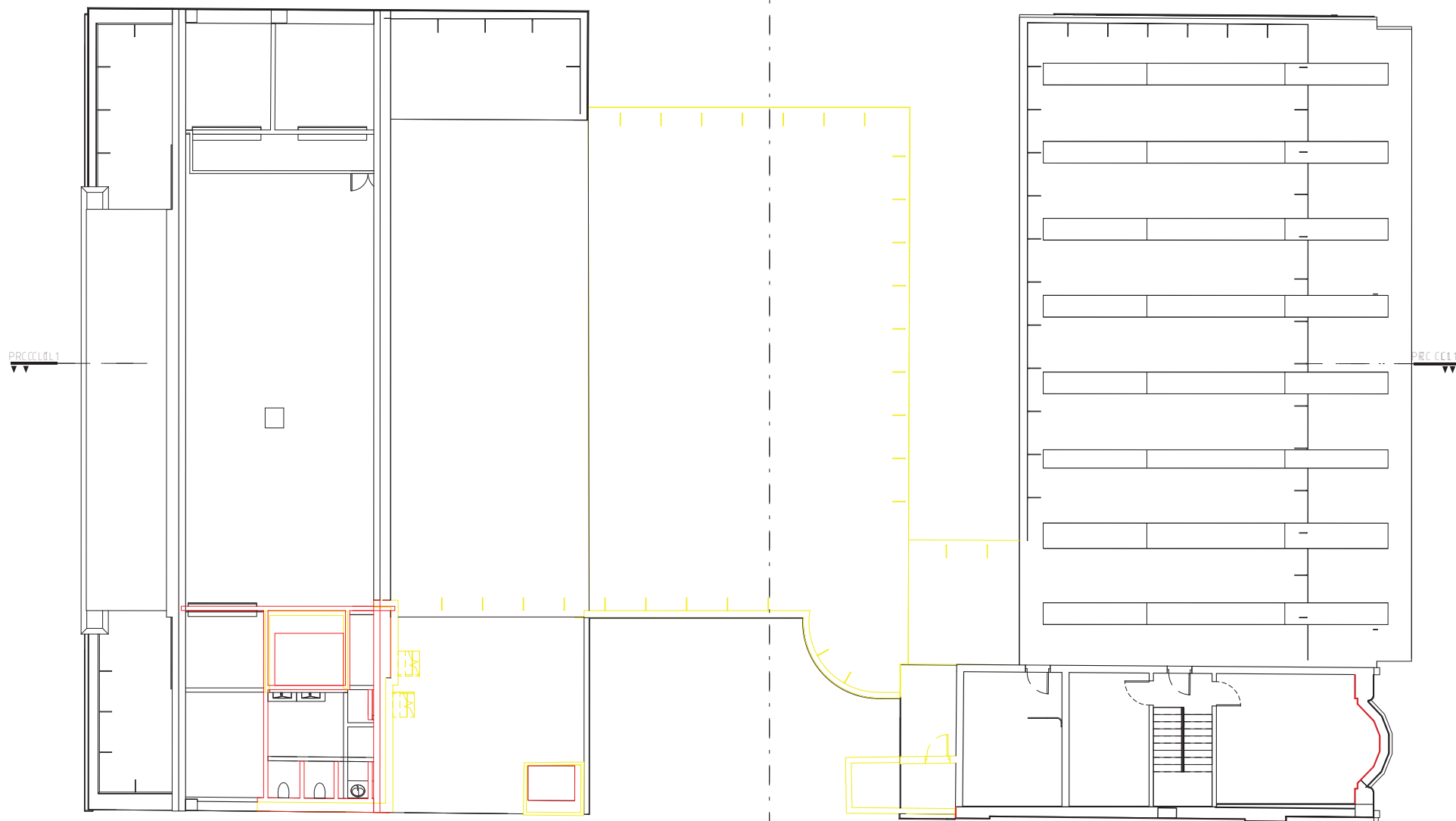
DESENHO:
CC.1.008

VERSÃO:
V.09/29/16

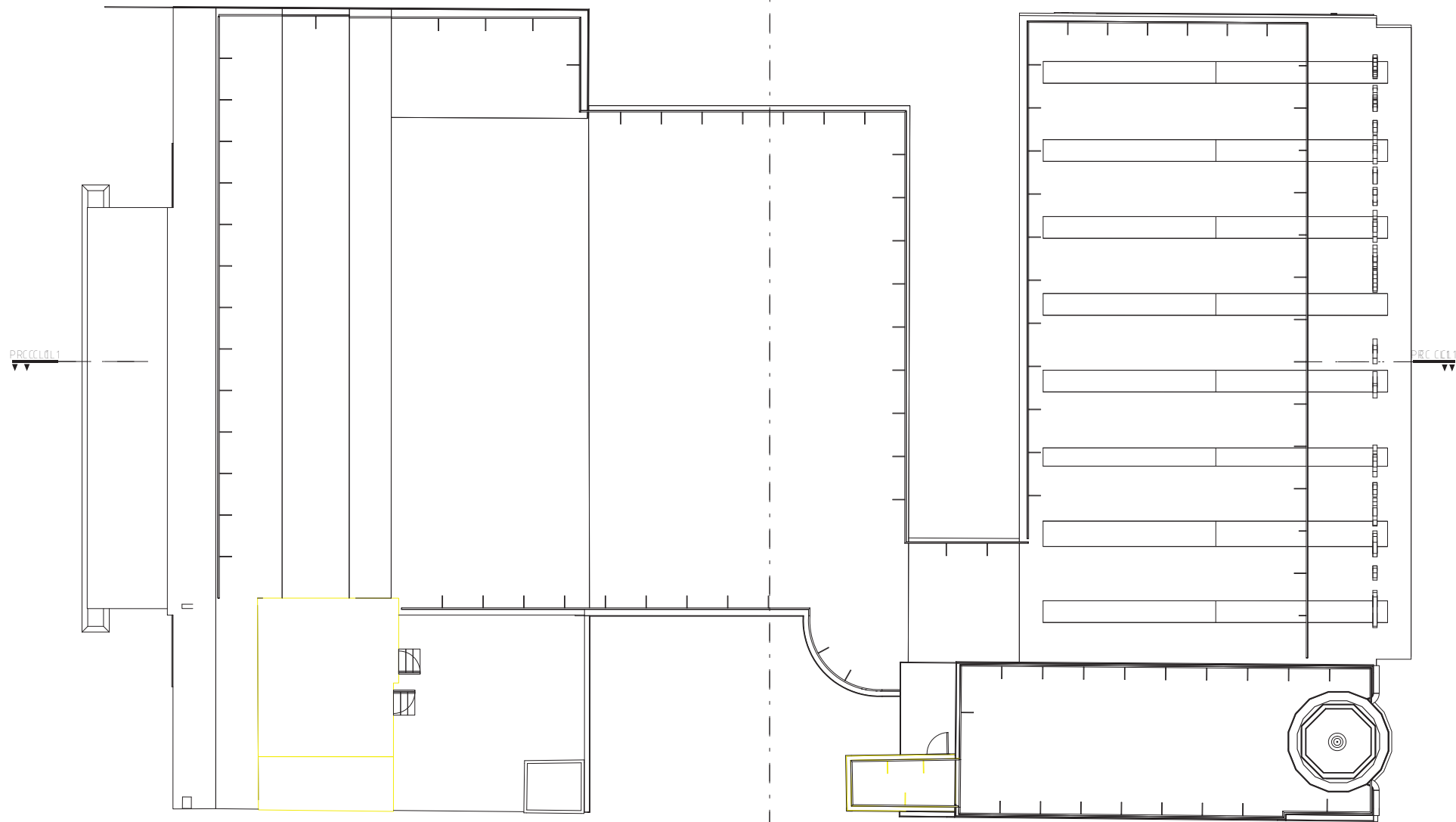
DATA:
2016/09/30

ESCALA:
1 : 100

APROVADO POR / DATA:
EDITADO PARA:
ENTREGA



PROJECTO:		N.º Proj	N.
LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A			
CORES CONVENCIONAIS PLANTA PISO 6		DESENHO:	CC.1.009
		VERSÃO:	V.09/29/16
DATA:		ESCALA:	1 : 100
2016/09/30		EDITADO PARA:	
APROVADO POR / DATA:		ENTREGA	



PROJECTO:
LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A

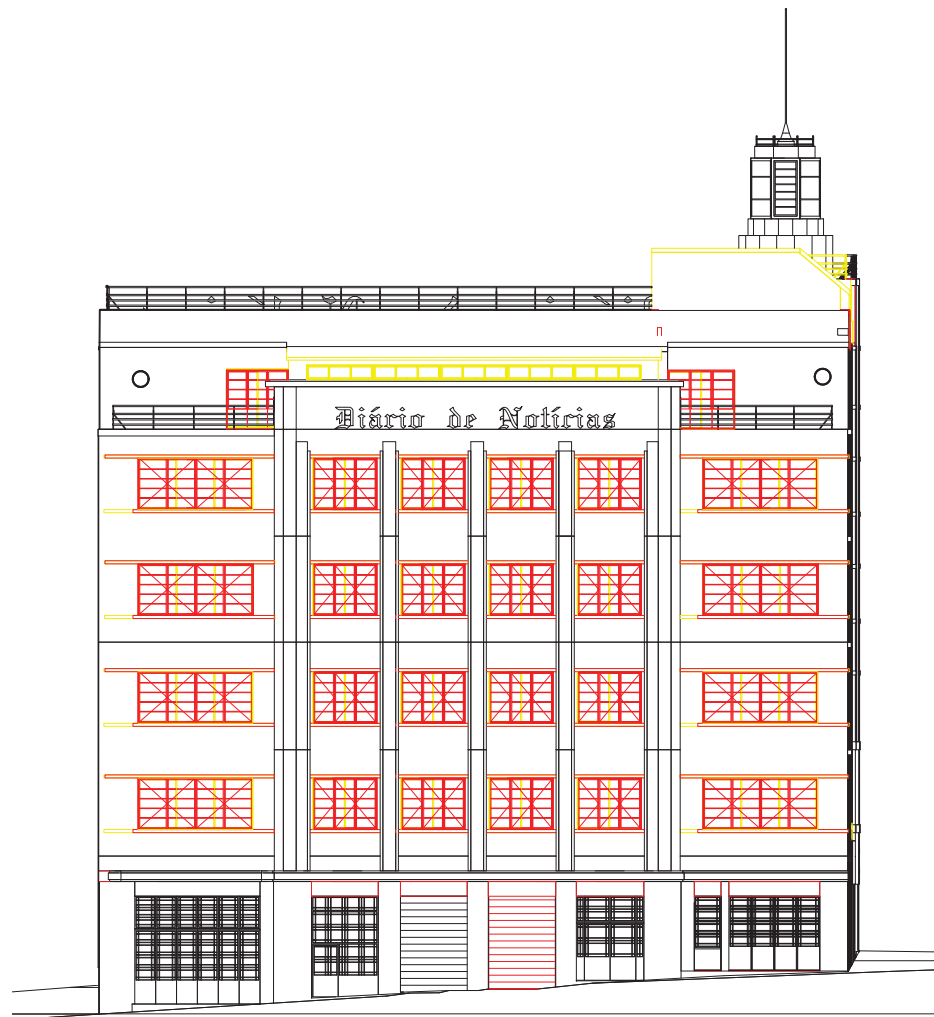
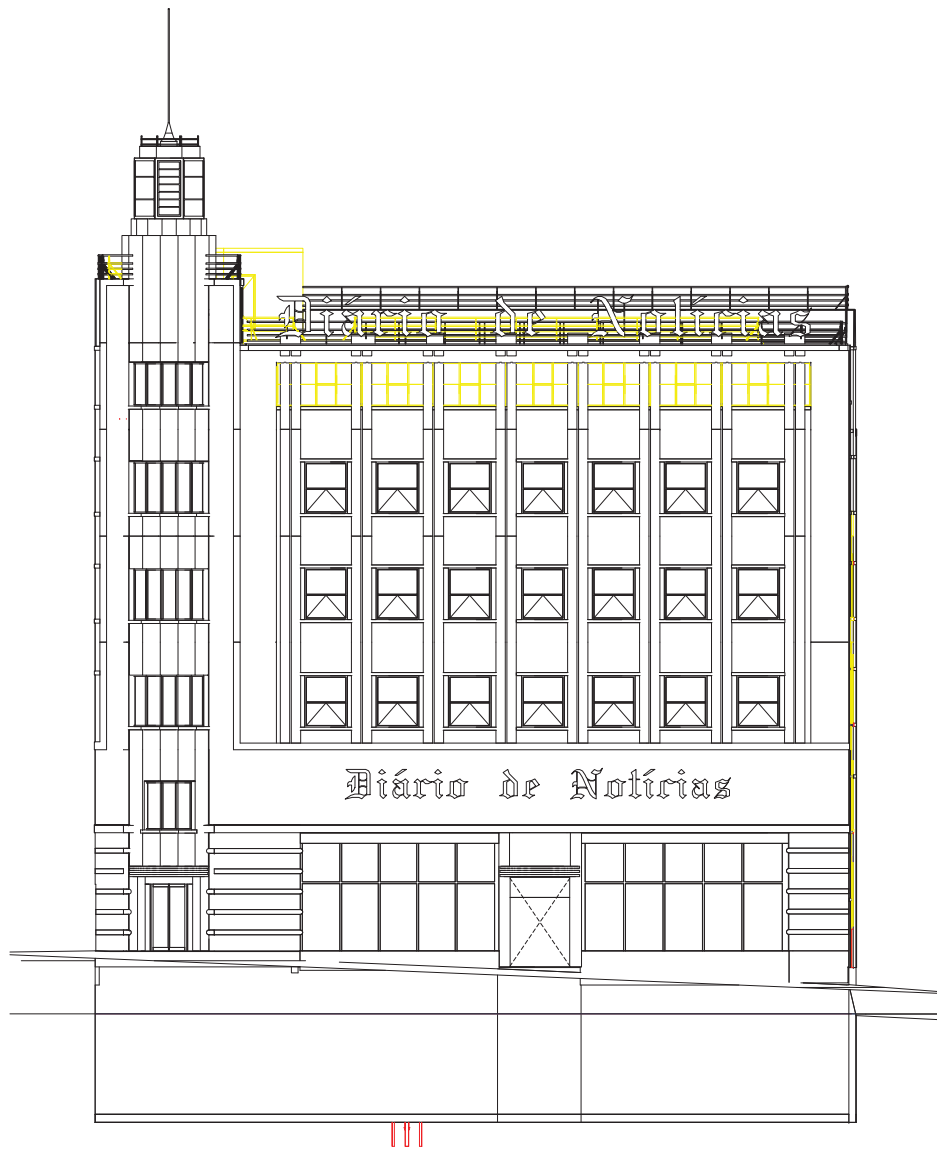
N.º Proj. N.º

CORES CONVENCIONAIS
PLANTA PISO COBERTURA

DESENHO:
CC.1.OO10
VERSAO:
V.09/29/16

DATA:
2016/09/30
ESCALA:
1 : 100

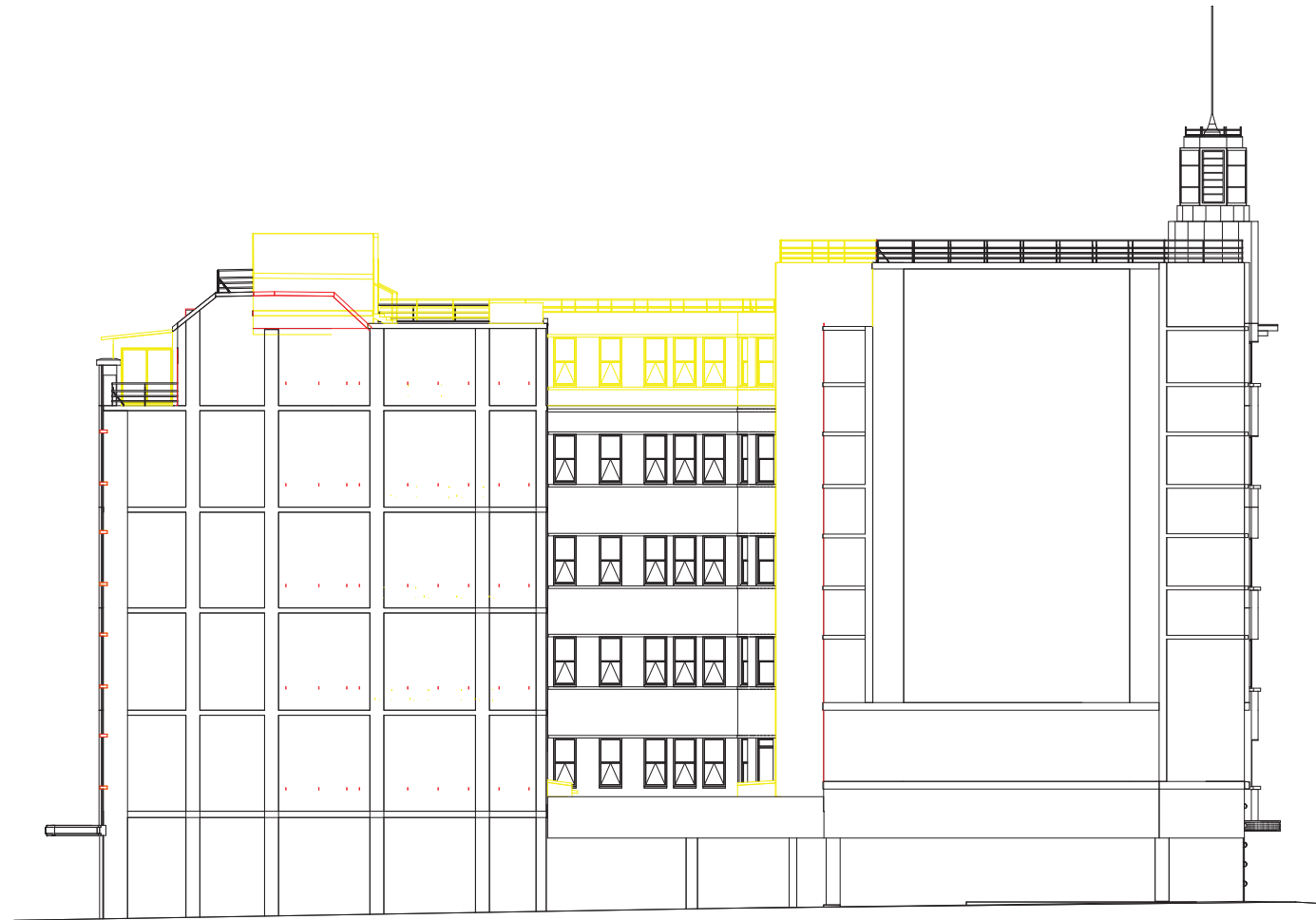
APROVADO POR / DATA:
EDITADO PARA:
ENTREGA



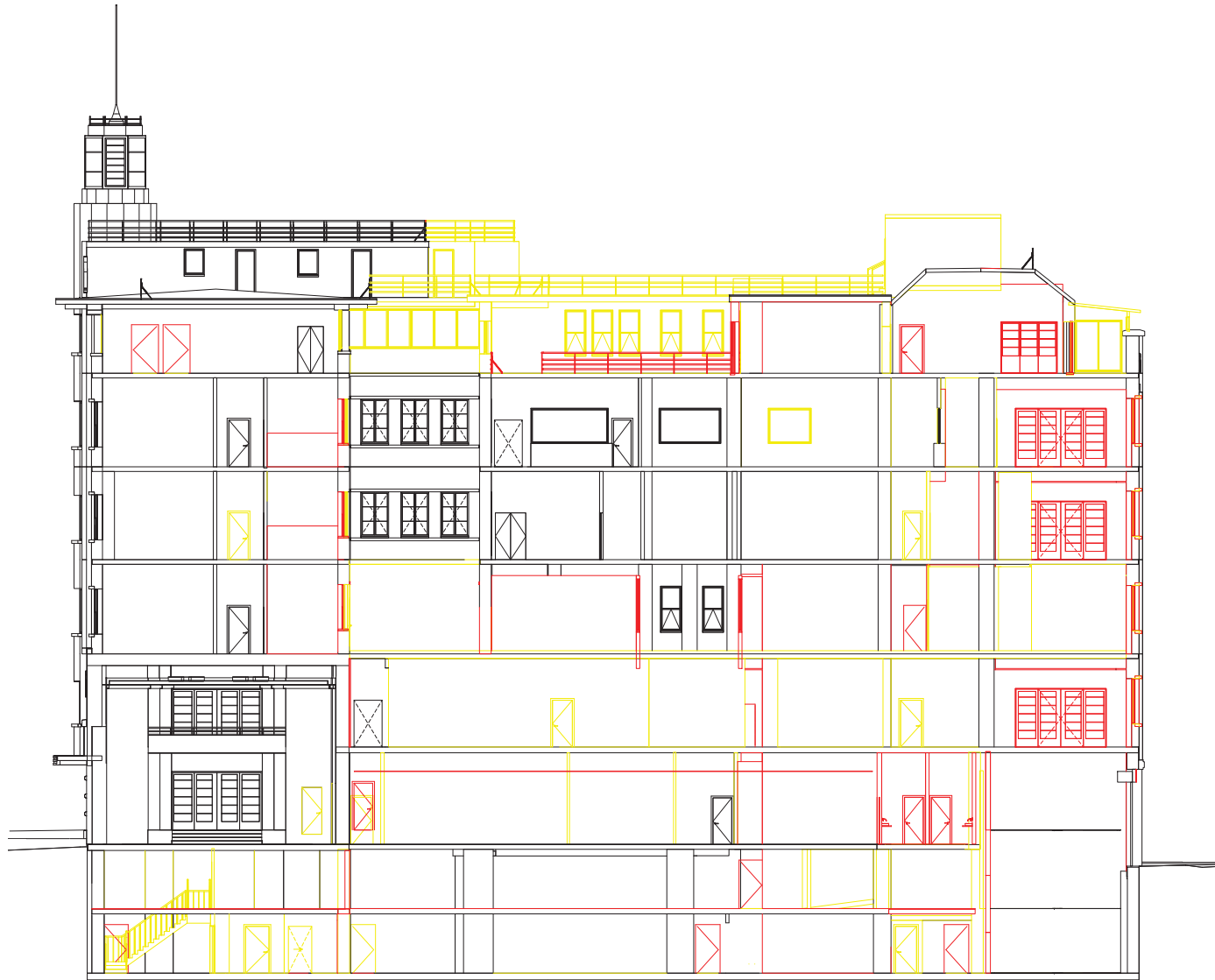
PROJECTO	LOCALIZAÇÃO	Avenida da Liberdade 266 - 266A	127-716	16
CÓRES CONVENCIONAIS			DESIGNO	CC.1.0011
ALÇADO PRINCIPAL E TARDOZ			VERSÃO	V.09/29/16
APPROVADO POR / DATA			DATA	2016/09/30
			EDITADO PARA	ENTREGA
			ESCALA	1 : 100



		PROJETO	Nº 716	16
		LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A		
	CORES CONVENCIONAIS ALÇADO LATERAL DIREITO		DESENHO CC-1.0012	
			VERSÃO V.09/29/16	
		DATA 2016/09/30	ESCALA 1 : 100	
APPROVADO POR / DATA:		EDITADO PARA:	ENTREGA	




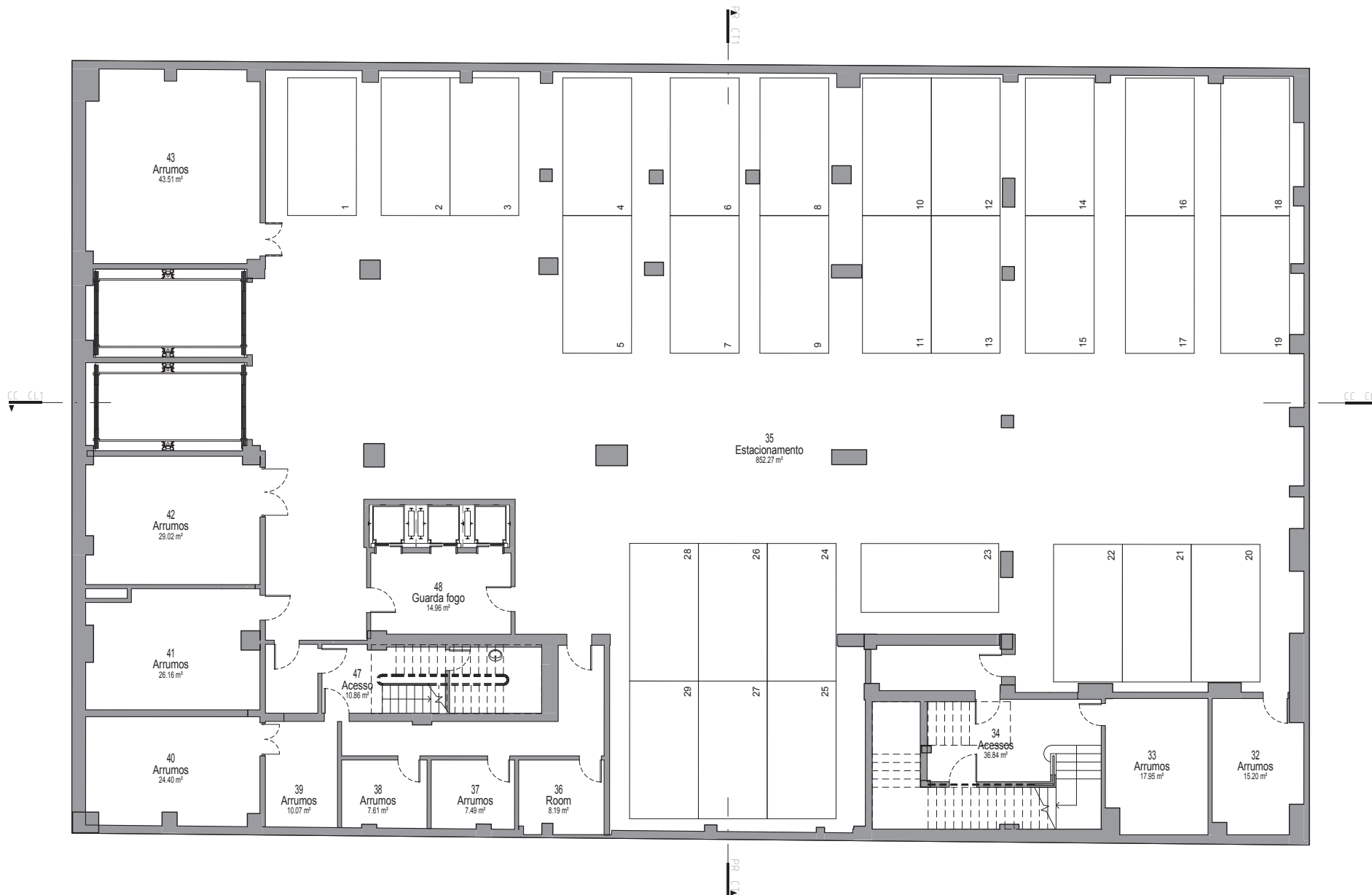
PROJECTO		Nº 716	
LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A		1	
CORES CONVENCIONAIS ALÇADO LATERAL ESQUERDO		DESENHO	CC.1.0013
		VERSÃO	V.09/29/16
		ESCALA	1 : 100
APROVADO POR / DATA:		DATA:	2016/09/30
		EDITADO PARA:	ENTREGA



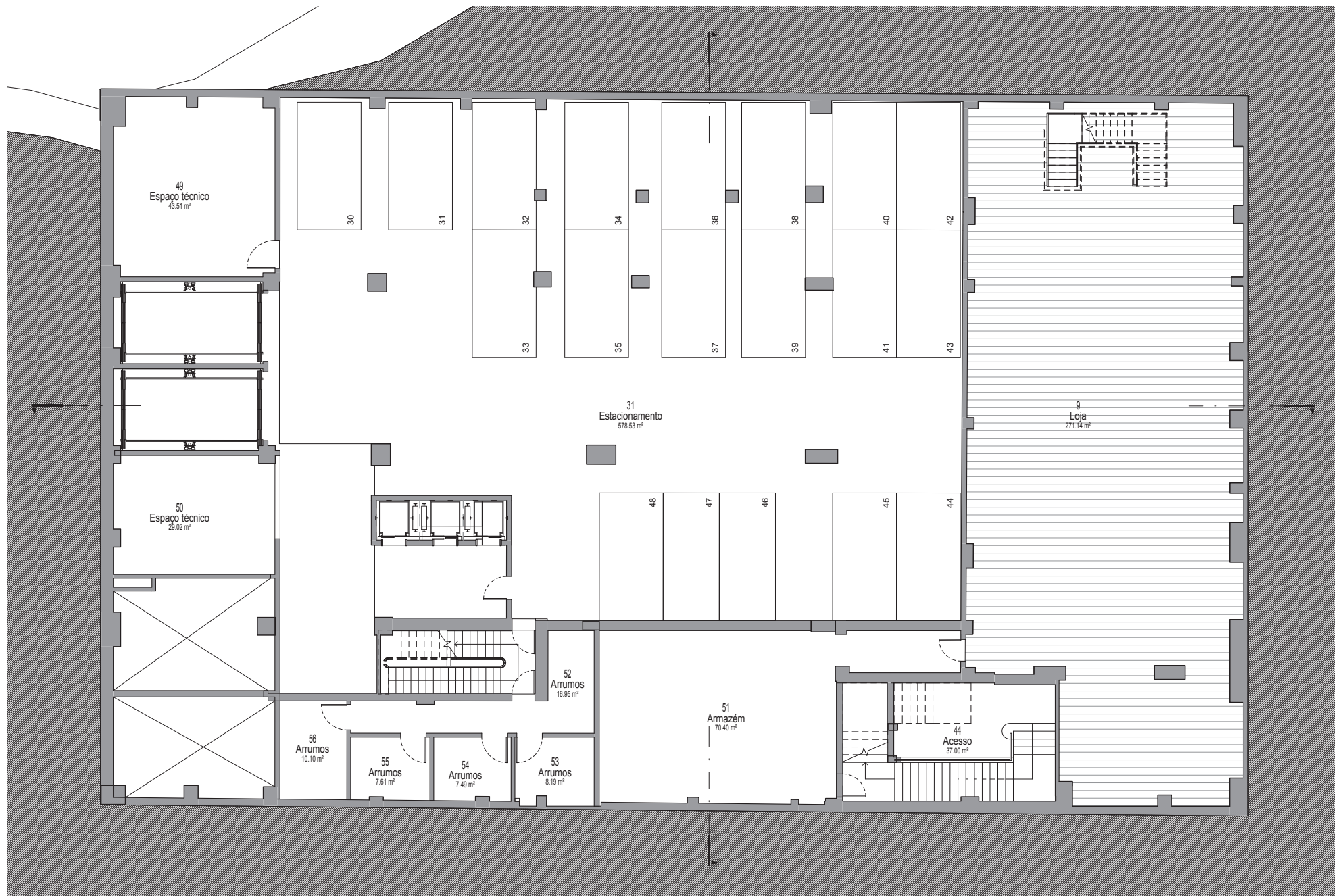
PROJECTO		Nº 716	
LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A		16	
CORES CONVENCIONAIS CORTE LONGITUDINAL		DESENHO	
		CC.1.0014	
		VERSÃO	
APROVADO POR: DATA:		V.09/29/16	
		ESCALA:	
EDITADO PARA:		1 : 100	
ENTREGA			



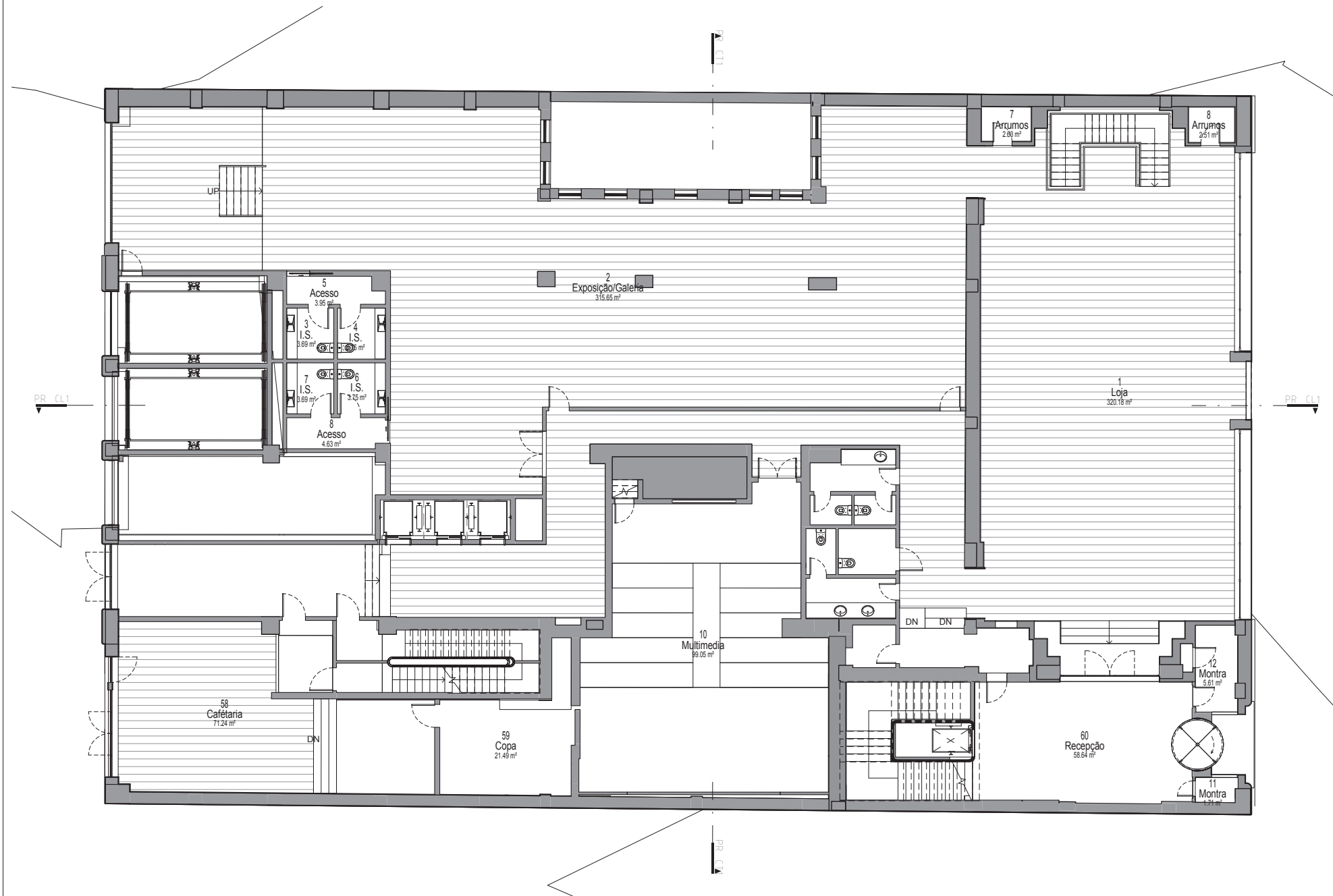
	PROJECTO		Nº 7106		
	LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A				
	CORES CONVENCIONAIS COTRE TRANSVERSAL			DESENHO: CC.1.0015	
				VERSÃO: V.09/29/16	
			DATA: 2016/09/30	ESCALA: 1 : 100	
APROVADO POR / DATA:			EDITADO PARA: ENTREGA		



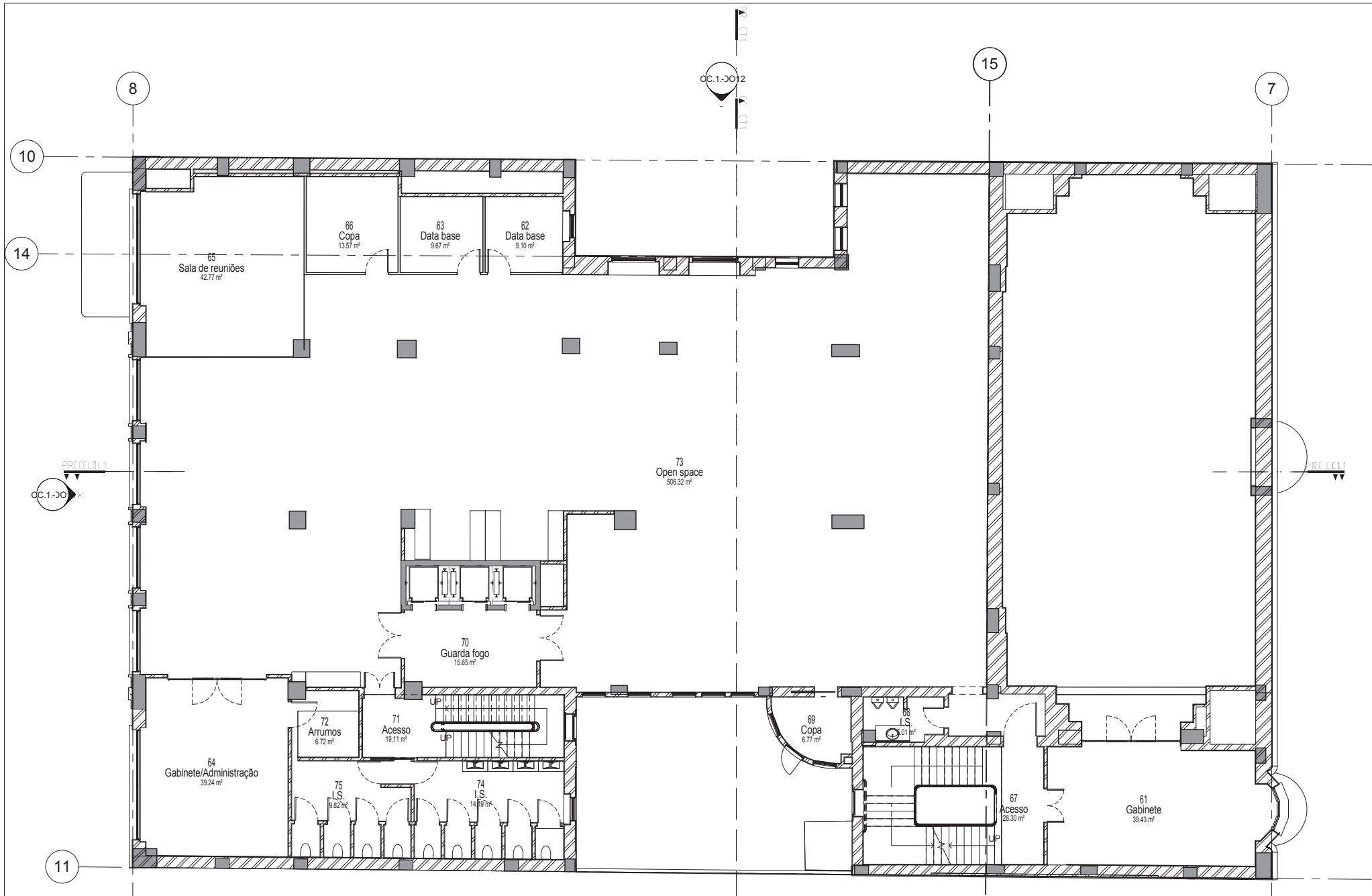
PROJECTO:		N.º Proj	
LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A		N	
PROPOSTA PLANTA PISO -2		DESENHO: PR.1.OO1	
		VERSÃO: V.09/29/16	
		ESCALA: 1 : 100	
APROVADO POR / DATA:		EDITADO PARA: ENTREGA	



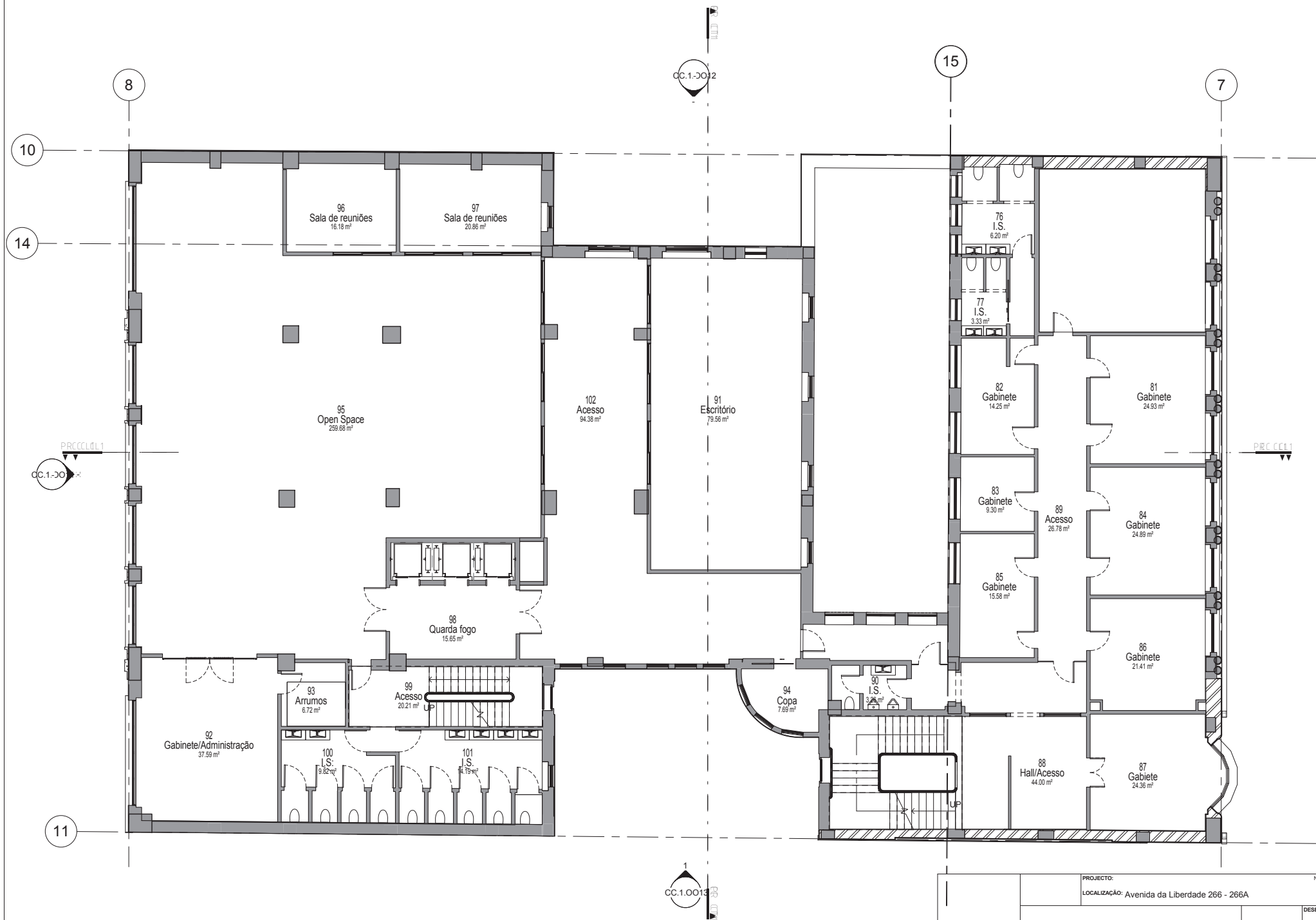
PROJECTO:		N.º Proj	
LOCALIZAÇÃO:		Avenida da Liberdade 266 - 266A	
PROPOSTA PLANTA PISO -1		DESENHO:	
		PR.1.OO2	
		VERSÃO:	
APROVADO POR / DATA:		V.09/29/16	
		ESCALA:	
		1 : 100	
		ENTREGA	



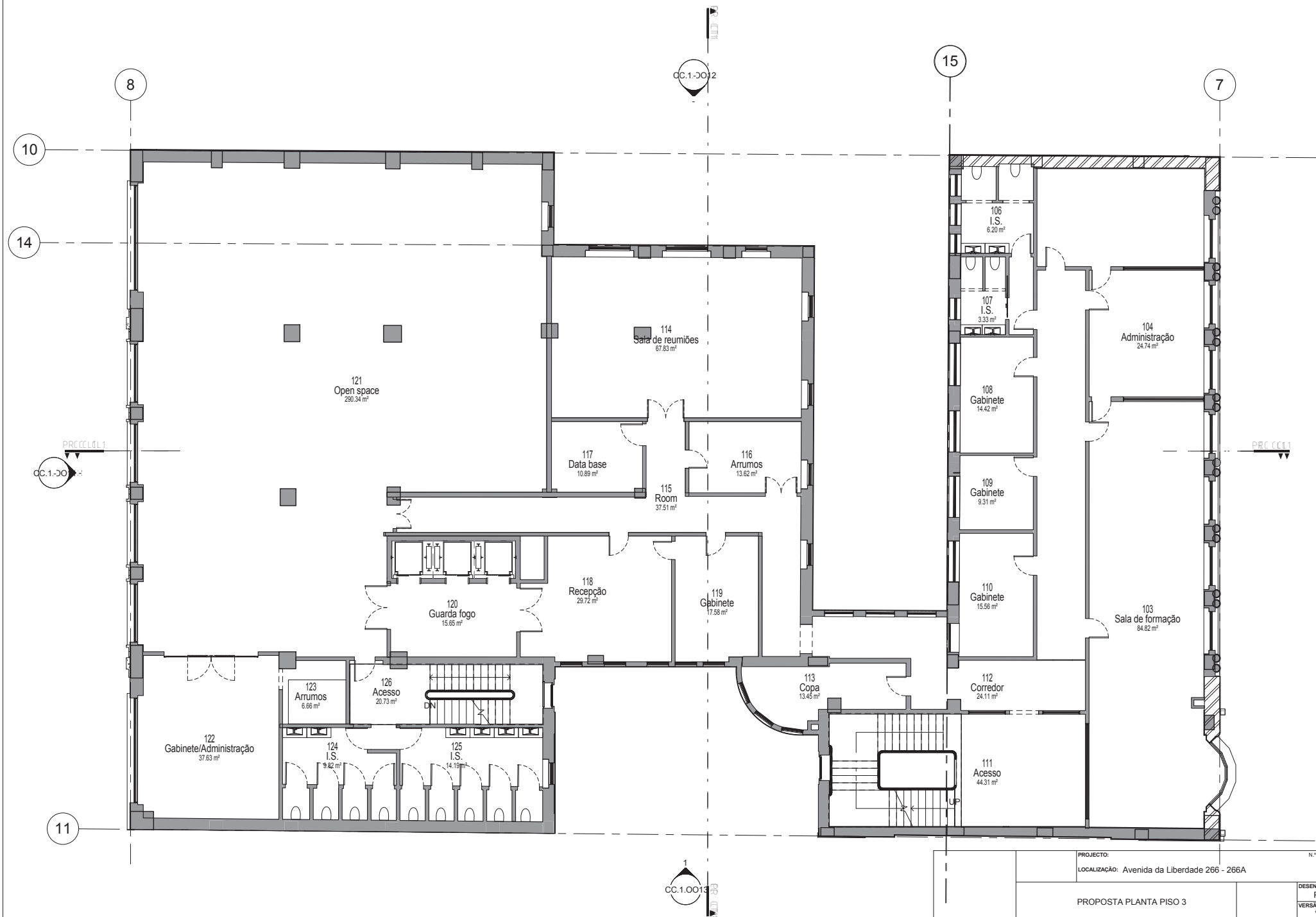
PROJECTO:		N.º Proj		N
LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A				
PROPOSTA PLANTA PISO 0			DESENHO:	PR.1.OO3
			VERSÃO:	V.09/29/16
	DATA:		ESCALA:	1 : 100
	2016/09/30			
APROVADO POR / DATA:		EDITADO PARA:		
		ENTREGA		



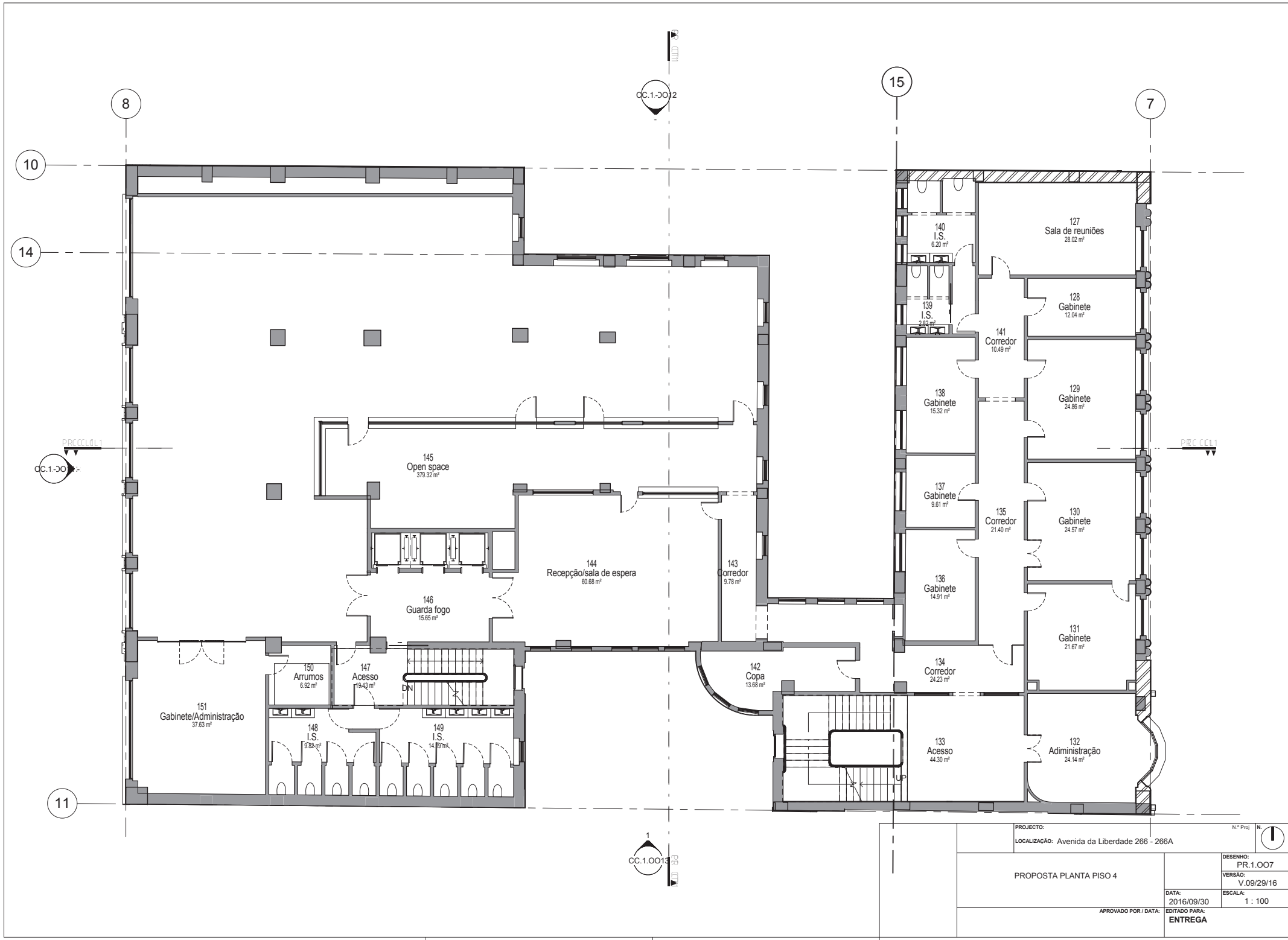
PROJECTO:		N.º Proj	
LOCALIZAÇÃO: Avenida de Liberdade 266 - 266A		N	
PROPOSTA PLANTA PISO 1		DESENHO: PR.1.OO4	
		VERSÃO: V.09/29/16	
		ESCALA: 1 : 100	
APROVADO POR / DATA:		EDITADO PARA: ENTREGA	



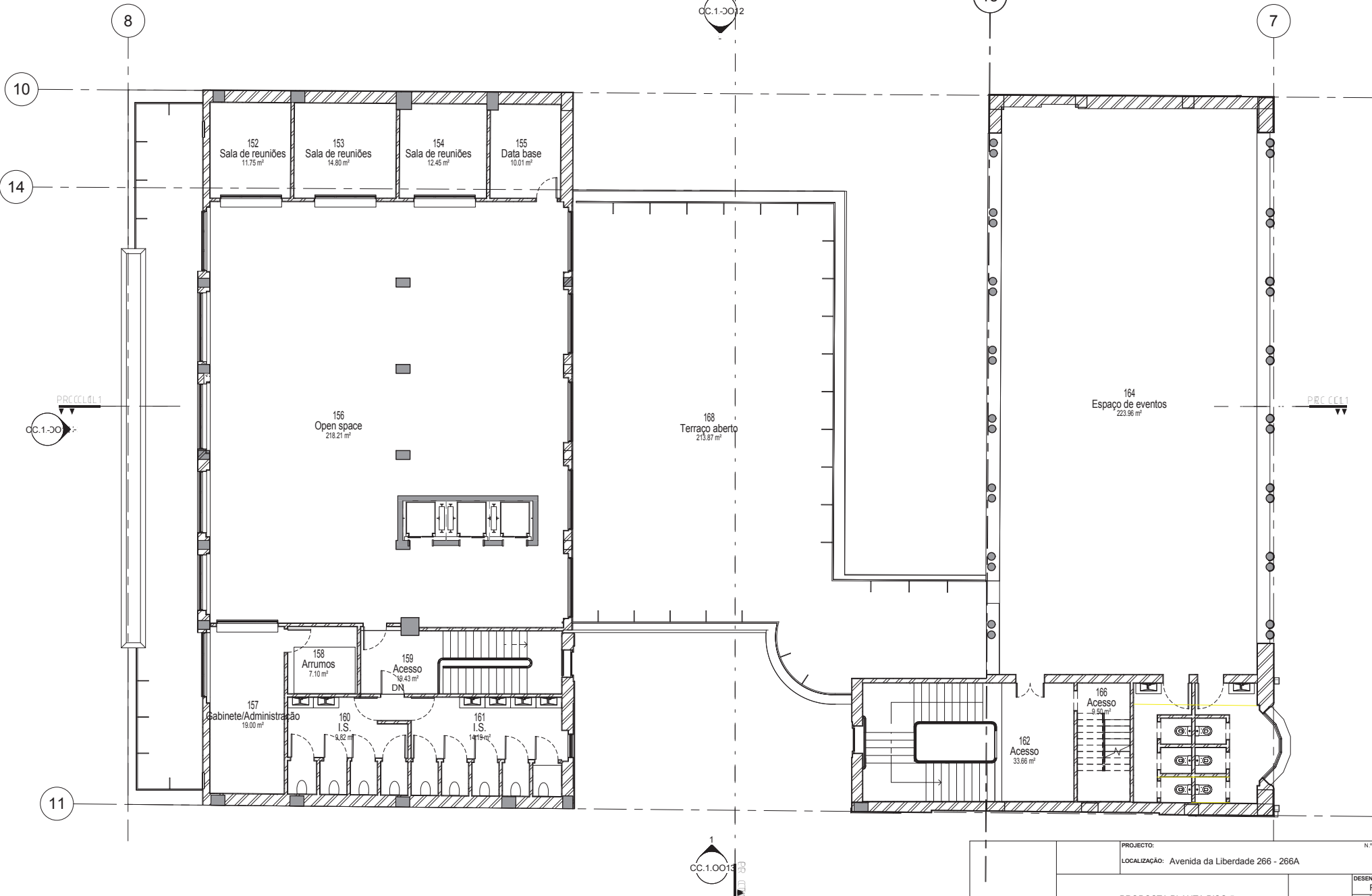
PROJECTO:		N.º Proj	
LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A		N	
PROPOSTA PLANTA PISO 2		DESENHO:	
		PR.1.OO5	
		VERSÃO:	
APROVADO POR / DATA:		V.09/29/16	
		ESCALA:	
		1 : 100	
		EDITADO PARA:	
		ENTREGA	



PROJECTO:		N.º Proj	
LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A		N	
PROPOSTA PLANTA PISO 3		DESENHO: PR.1.OO6	
		VERSÃO: V.09/29/16	
		DATA: 2016/09/30	
		ESCALA: 1 : 100	
APROVADO POR / DATA:		EDITADO PARA: ENTREGA	



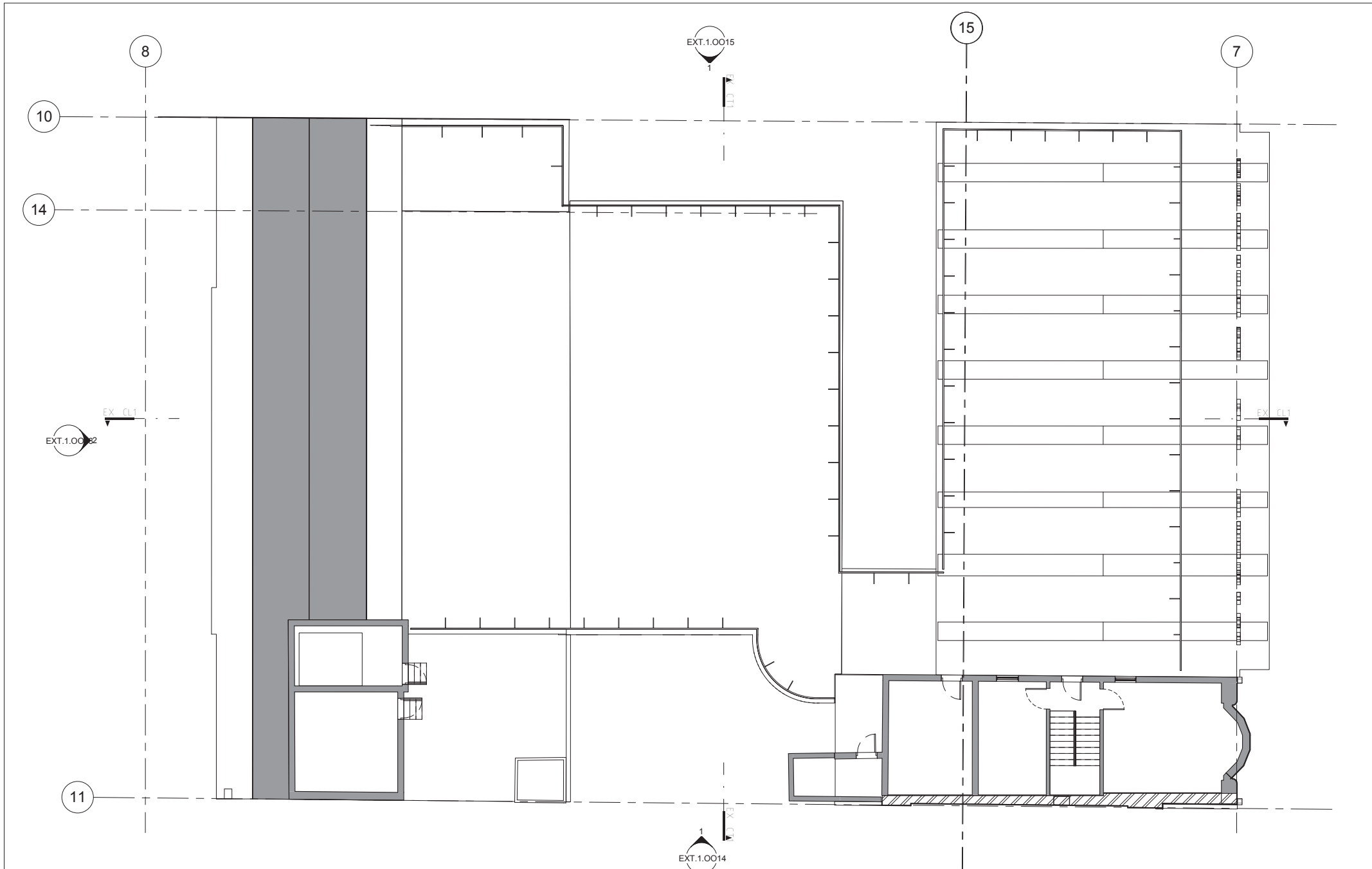
PROJECTO:		N.º Proj	
LOCALIZAÇÃO:		Avenida da Liberdade 266 - 266A	
PROPOSTA PLANTA PISO 4		DESENHO:	
		PR.1.OO7	
		VERSÃO:	
APROVADO POR / DATA:		V.09/29/16	
		ESCALA:	
		1 : 100	
		EDITADO PARA:	
		ENTREGA	




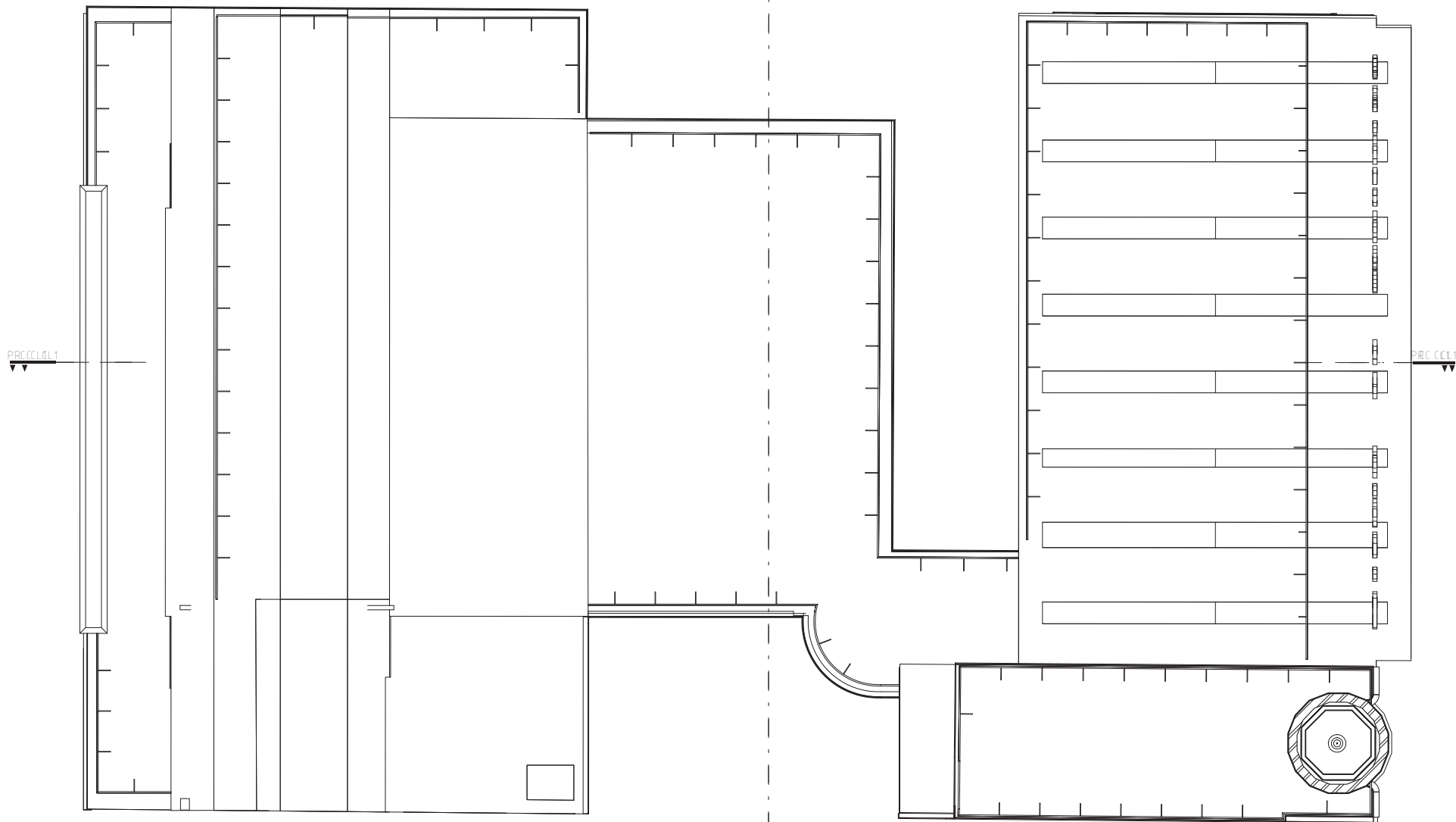
PR_Piso 5

1 : 100

PROJECTO:	N.º Proj	N.º
LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A		
PROPOSTA PLANTA PISO 5	DESENHO: PR.1.OO8	
	VERSÃO: V.09/29/16	
	DATA: 2016/09/30	ESCALA: 1 : 100
APROVADO POR / DATA:	EDITADO PARA:	ENTREGA



PROJECTO:		N.º Proj		
LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266-266A				
EXISTENTE PLANTA PISO 6		DESENHO:		N.
		EXT.1.009		
		VERSAO:		
		V.09/29/16		
		DATA:		ESCALA:
		2016/09/30		
		1 : 100		
APROVADO POR / DATA:		EDITADO PARA:		
		ENTREGA		

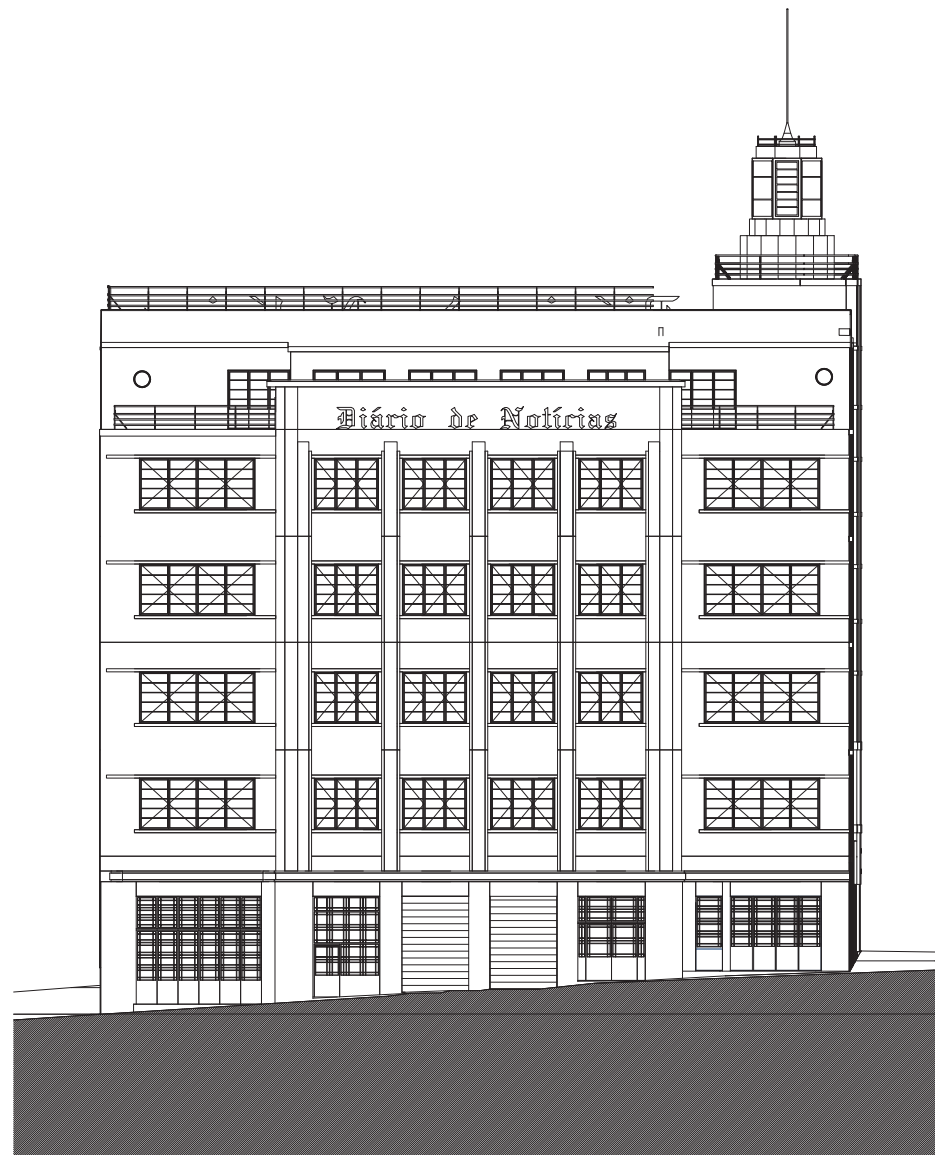


1

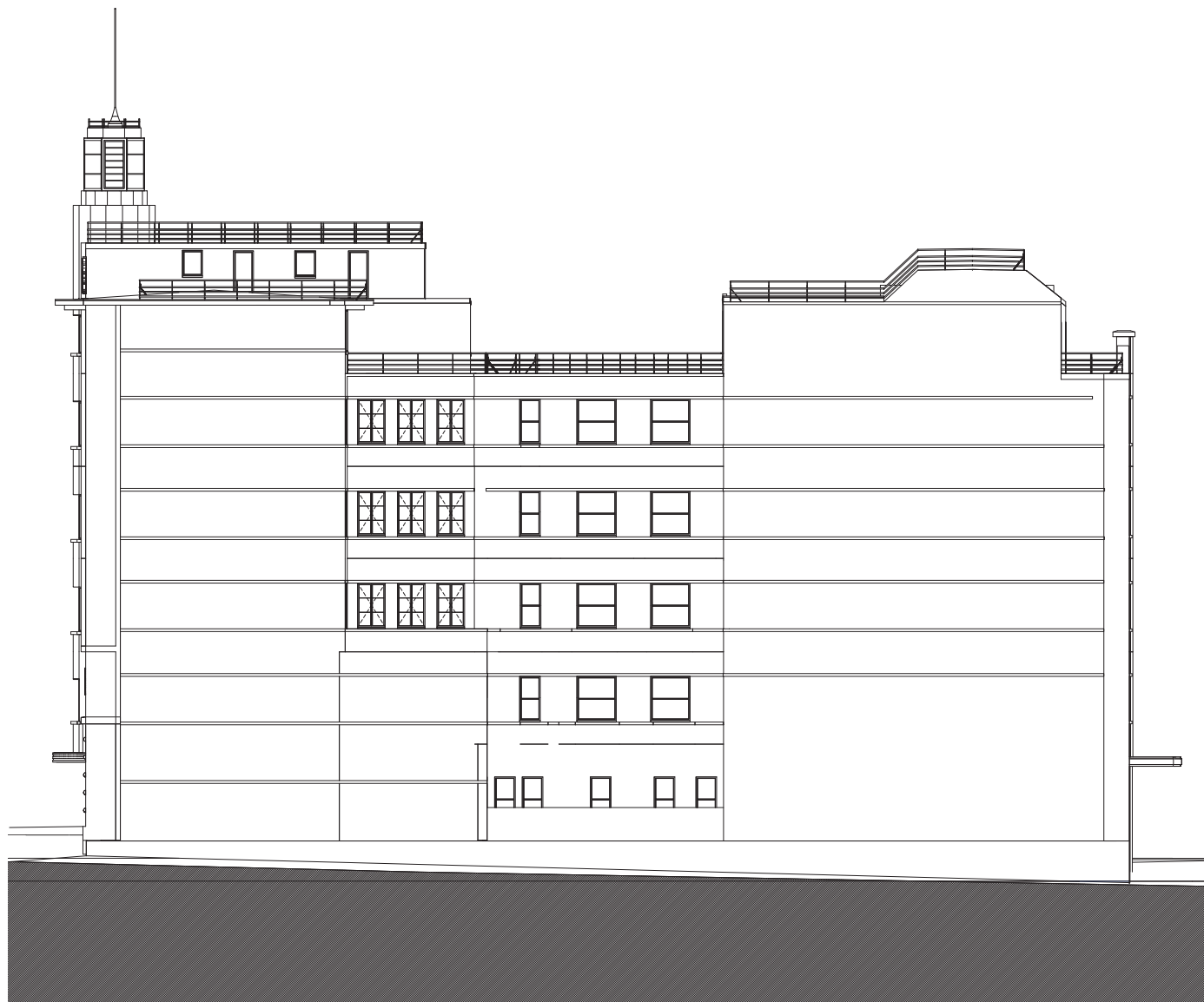
PR_Cobertura


1 : 100

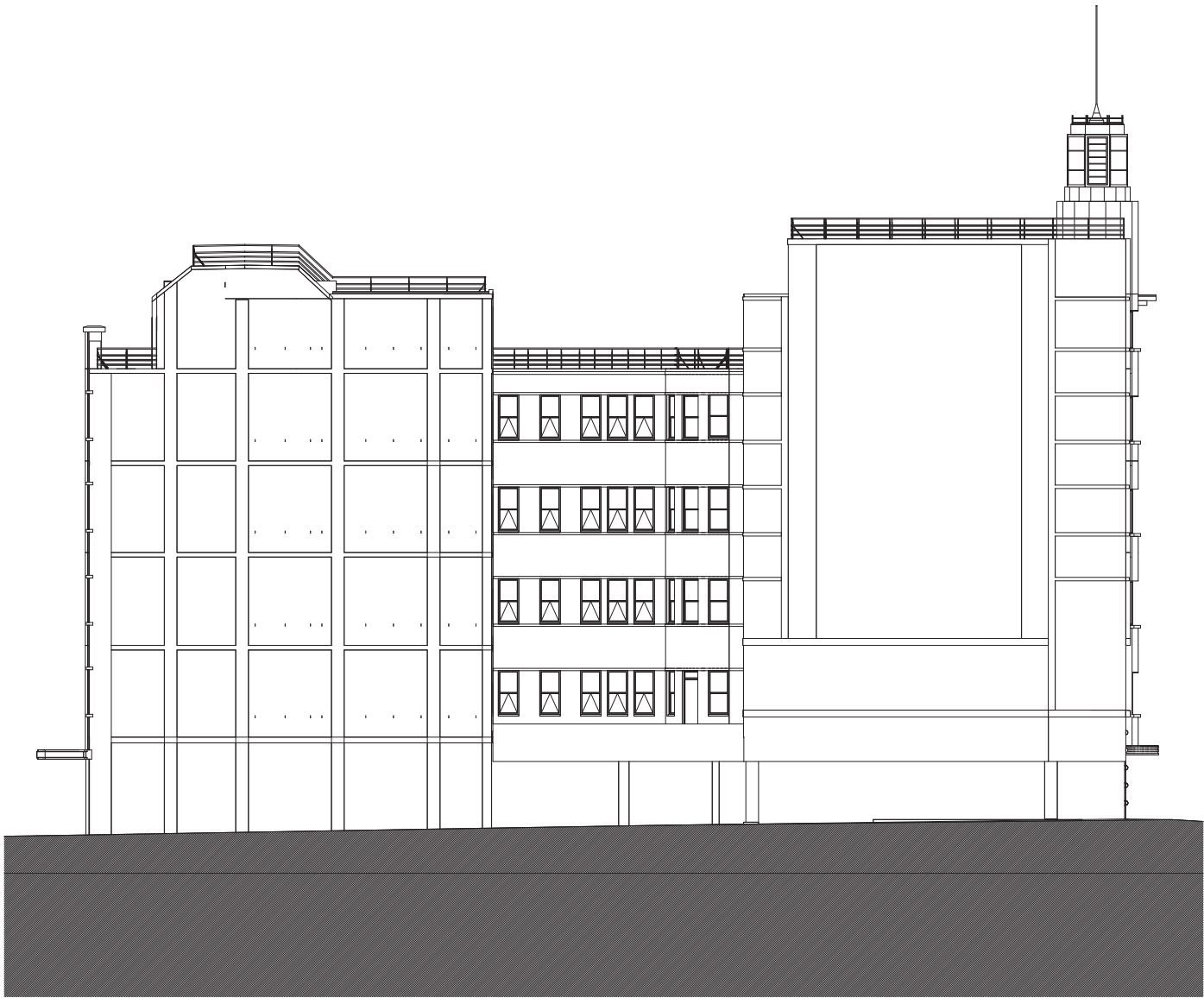
PROJECTO:		N.º Proj	N.
LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A			
PROPOSTA PLANTA PISO COBERTURA		DESENHO:	PR.1.OO9
		VERSAO:	V.09/29/16
APROVADO POR / DATA:		DATA:	2016/09/30
		EDITADO PARA:	ENTREGA
		ESCALA:	1 : 100




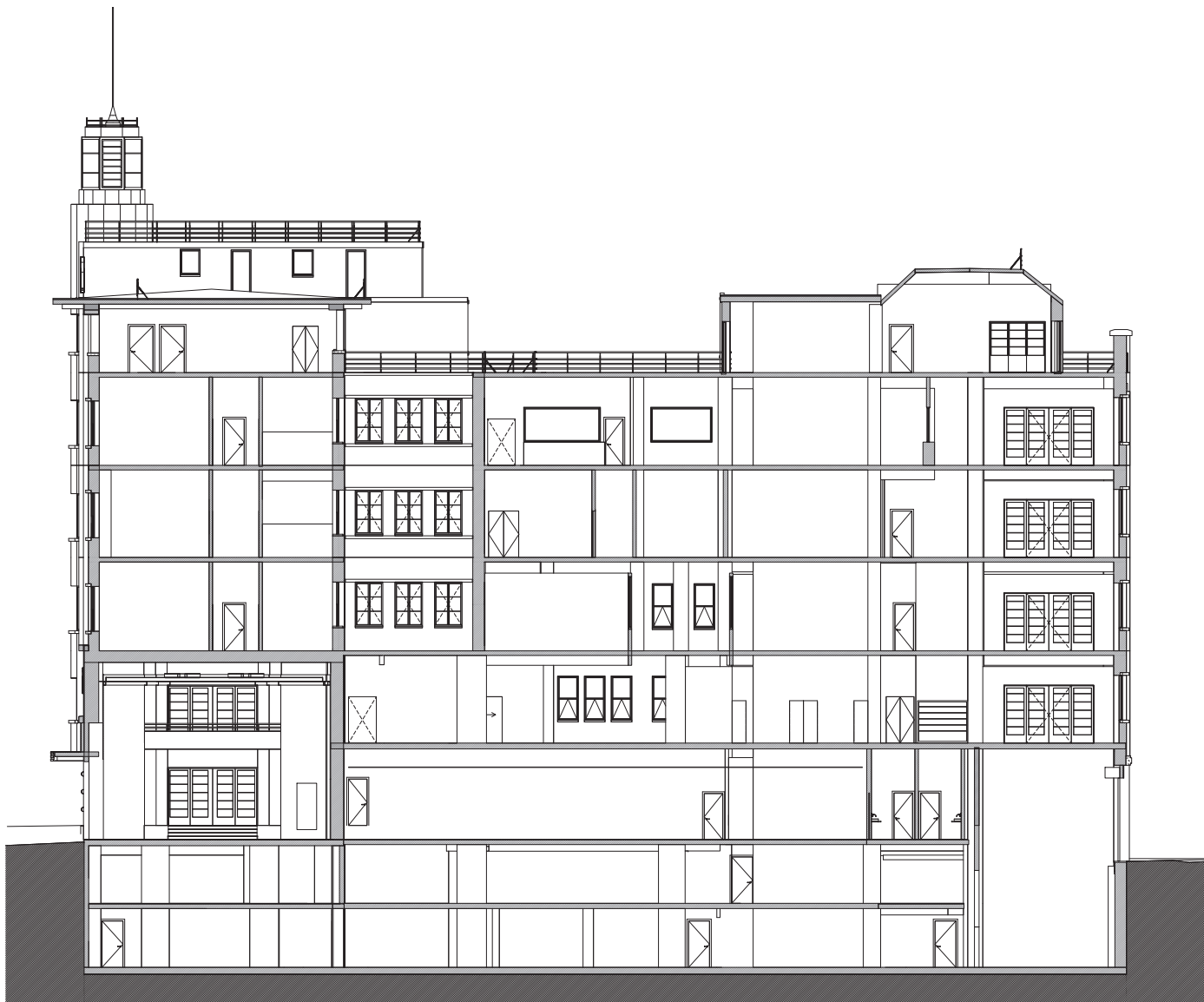
PROJECTO		127-7106	
LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A		PR.1.0010	
PROPOSTA ALÇADO PRINCIPAL E TARDOSZ		DESIGNO	PR.1.0010
		VERSÃO	V.09/29/16
DATA:	2016/09/30	ESCALA:	1 : 100
APROVADO POR / DATA:		ENTREGA	



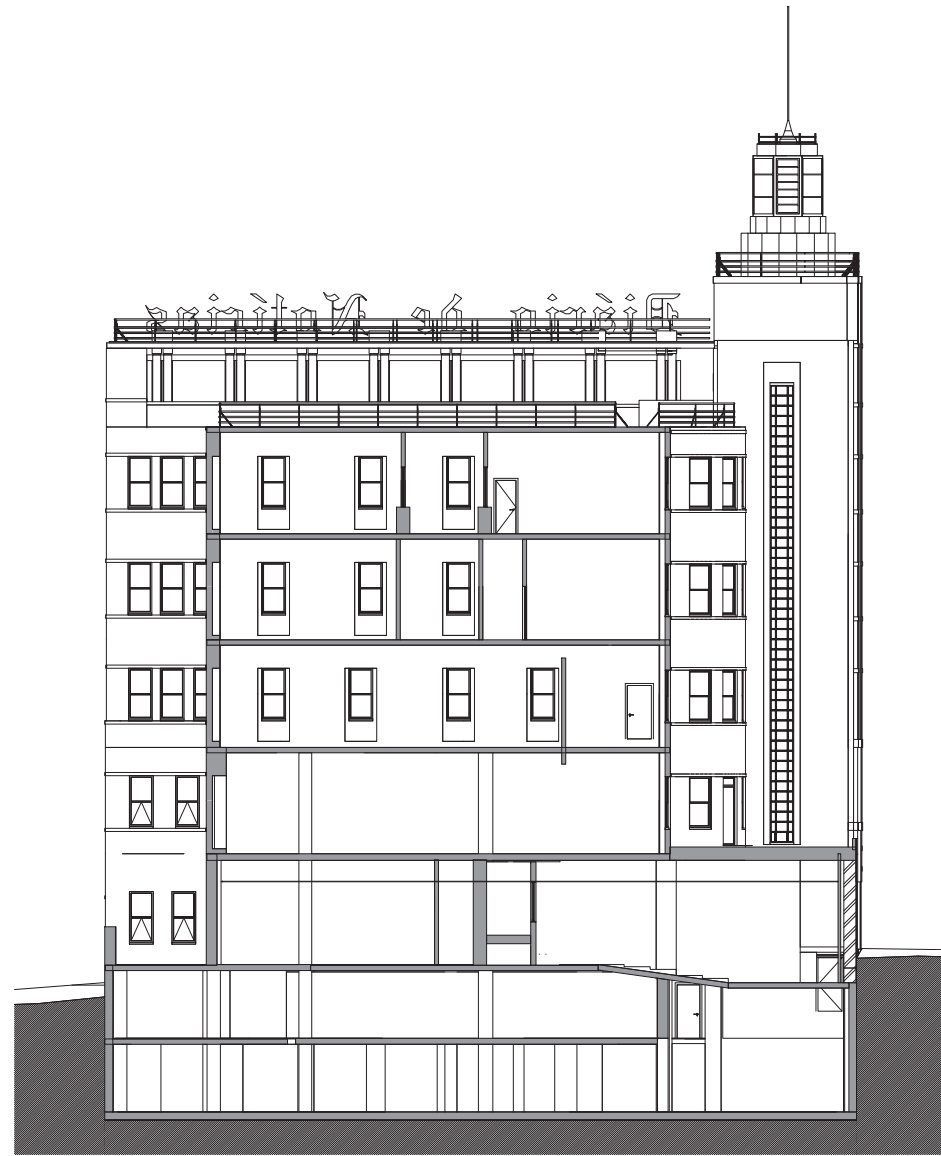
	PROJECTO		N.º Folha			
	LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A					
	PROPOSTA ALÇADO LATERAL DIREIRO		DESENHO			PR.1.0011
			VERSÃO			V.09/29/16
			ESCALA:			1 : 100
		DATA:	2016/09/30	APPROVADO POR / DATA:		
				ENTREGA PARA		




	PROJECTO		N.º Pág		
	LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A				
	PROPOSTA ALÇADO LATERAL ESQUERDO			DESENHO PR.1.0012	
				VERSÃO V.09/29/16	
			DATA 2016/09/30	ESCALA 1 : 100	
APROVADO POR / DATA:		EDITADO PARA: ENTREGA			



		PROJECTO	N.º 716		1	
		LOCALIZAÇÃO: Avenida da Liberdade 266 - 266A				
	PROPOSTA CORTE LONGITUDINAL		DESENHO	PR.1.0013		
			VERSÃO	V.09/29/16		
		DATA	2016/09/30	ESCALA:		1 : 100
		APPROVADO POR / DATA:	EDITADO PARA ENTREGA			



		PROYECTO	Nº 7106		
		LOCALIZACAO:	Avenida da Liberdade 266 - 266A		
		PROPOSTA CORTE TRANSVERSAL		DESENHO:	PR.1.0014
				VERSÃO:	V.09/29/16
			DATA:	2016/09/30	ESCALA:
		APPROVADO POR / DATA:	EDITADO PARA:	ENTREGA	